



A construção da paisagem construída do Centro tradicional de Goiânia: das principais avenidas aos grandes eixos e praças

*** Andréia Camilo da Silva¹ (IC), Ariele Venezian Busso² (IC), Rafael Fonseca Marciano³ (IC), Deusa Maria Rodrigues Boaventura⁴ (PQ) – andreiamusashi@gmail.com**

Universidade Estadual de Goiás. Câmpus Anápolis de Ciências Exatas e Tecnológicas – Henrique Santillo. Endereço: Rodovia BR 153, 3105 – Fazenda Barreiro do Meio, Anápolis – GO, 75132-903

Resumo: A pesquisa procura compreender as transformações da paisagem construída do centro tradicional de Goiânia-GO – mais especificamente os trechos das principais avenidas, os grandes eixos e praças cívica e do trabalhador. Trata-se da análise de uma paisagem que teve início com a fundação da cidade na década de 30 e sofreu suas principais alterações nos anos 50, 70 e 2000, pontuadas pelo crescimento da cidade, por sua verticalização na arquitetura, as alterações de uso e tipologias e pelas intervenções no espaço. É notória, portanto, a complexidade da paisagem do centro de Goiânia, tendo em vista que esse lugar é construído a partir de uma sobreposição de camadas históricas – por vezes heterogêneas – formados por ações sociais, políticas e econômicas. Uma localidade que inicialmente se mostrava com predomínio da vegetação e posteriormente dá lugar a sonhada nova capital de Goiás, se abrindo aos diferentes usos da cidade moderna. As primeiras modificações mais efetivas, ocorreu anos 50, por consequência do aumento populacional, depois, nos anos 70, essa paisagem foi marcada pelo processo de verticalização. Em meados dos anos 2000, a paisagem construída se altera novamente, devido as intervenções urbanas que pontuaram rupturas e continuidades do que se tinha.

Palavras-chave: Paisagem construída. Ruptura. Continuidade. Centro de Goiânia. Análise morfológica.

Introdução

As interpretações referentes a paisagem são numerosas, sendo discutidas em diferentes áreas do conhecimento e analisadas por diversas perspectivas, a fim de se entender as relações sociais e naturais em um determinado espaço e, para além deste aspecto, verificar como essas relações alteram – ou não – essa paisagem no decorrer do tempo. Apesar da variedade de conceitos sobre esse assunto – conjunto de fatores naturais e humanos, relacionamento do homem com o seu espaço físico e outros – Schier (2003), coloca que grande parte deles são





atrelados em determinadas abordagens filosóficas.

Segundo Berque (2008), “A paisagem revela o visível, mas também o invisível. O material, mas também o espiritual. É esta ambivalência que é essencial, e que constituiu a realidade da paisagem”. Contudo, a sociedade segue em constante transformação e, com isso, novos entendimentos e visões surgem corroborando e acrescentando à ideia que já havia. Schier (2003) afirma ainda que “Hoje, a ideia da paisagem merece mais atenção pela avaliação ambiental e estética. Neste sentido, depende muito da cultura das pessoas que a percebem e a constroem”. Outro autor reitera,

Entendidas como símbolos ou representações emblemáticas de poder, capital e status e, como produções culturais, [as paisagens são] surpreendentemente nada ingênuas e persistentes; são sistemas de significados de muita, mas pouco apreciada, importância, que oferecem enorme potencial como objetos de estudo (AZEVEDO, 2008, p. 17).

Apesar das diversas interpretações sobre a paisagem, esse trabalho se debruça, fundamentalmente, sobre a construída. Nesse sentido, a paisagem estudada compreende além da dimensão formal da cidade as diversas ações – através do tempo, dos usos e significados. Sobre isso, Alves aponta que,

As atividades urbanas possuem grande capacidade de adaptação de acordo com as demandas, com isso cada momento é marcado por diferentes padrões de consumo, assim como de relações sociais que, por conseguinte, refletem em diferenciações socioespaciais, as quais constituem diferentes paisagens. (ALVES, 2011, p.4).

A paisagem do Centro de Goiânia não escapa a isso, sendo marcado por significativas transformações ao longo do tempo e pontuada pelas alterações que assinalam a relação do homem com o meio e, sobretudo, com sua época. Desde a sua fundação em 1933, Goiânia – projetada para ser Capital – teve suas mais significativas mudanças nos anos de 1950, 1970 e 2000, datas que marcam seu crescimento, processos de verticalização, mudanças de usos e tipologias das edificações, além de consideráveis intervenções em seu espaço.

Esses aspectos enfatizam a complexidade do lugar – que se constitui por camadas históricas muitas vezes heterogêneas – formado segundo ações sociais, políticas e econômicas, portanto, a paisagem tem em si uma trajetória que se revela espacial e temporalmente. Segundo Berque (2011), “a trajetividade das coisas na



relação da humanidade com a Terra significa que o ambiente não pode ser considerado como um simples objeto exterior, mas, sim, um meio que participa da existência humana e da vida”.

Sendo então a cidade produto resultante de ações distintas, sua paisagem também o é e, por isso, está sujeita a constante mudança revelando rupturas e continuidades históricas, espaciais e arquitetônicas, principalmente em seu centro onde, de acordo com Pesavento (2008), “é onde mais encontramos informações sobre uma sociedade, visto que ele é uma referência identitária para a cidade”.

Em Goiânia é o que ocorre, seu centro histórico é marcado por modificações que teve alterações mais significativas nos anos de 1950 com o aumento populacional, após isso, o processo de “urbanização” descontrolado e especulativo se consolidou e em 1970 o Centro tomou nova forma, assumindo um perfil de paisagem mais verticalizado. Deste mesmo modo as transformações se revelam nas principais avenidas, nos grandes eixos e nas praças – objeto de análise deste plano de pesquisa – que são localidades de fundamental relevância na cidade, mas que ainda assim, não dispõem de estudos sobre sua paisagem.

Esta exploração terá base principal nas categorias de análise de Philippe Panerai (2014), discutidas em seu livro *Análise Urbana*, pois a partir delas, conseguiu-se traduzi-las em uma metodologia que comportou os objetivos dessa pesquisa e permitiu realizar um estudo bem embasado em que considerando as vias e espaços públicos, os recortes fundiários e parcelares, além das edificações – como proposto pelo autor – foi possível obter maior compreensão da paisagem de modo geral.

Material e Métodos

Inicialmente a pesquisa exploratória teve maior importância, objetivando levantar uma bibliografia que desse conta das discussões referentes a paisagem construída, assim como trabalhos sobre o centro da cidade de Goiânia. Esse momento teve fundamental relevância, pois permitiu a percepção da abrangência temática da paisagem, cuja as abordagens são diversas e imprescindíveis, além de ter possibilitado a criação de uma base bem fundamentada para o desenvolvimento





da pesquisa.

Além disso, foram levantadas fotografias antigas, reportagens e imagens de jornais que ajudam a entender e visualizar melhor os diferentes tempos históricos do lugar, bem como compreender a construção da paisagem, podendo a partir desses elementos observar suas continuidades e/ou rupturas. Foram levantadas imagens aéreas e desenvolvidos mapas que buscassem marcar os estudos e análises feitos, de modo a contribuir com a construção de um raciocínio temporal, considerando as transformações físicas e os diversos momentos da paisagem construída do centro tradicional de Goiânia.

Em sequência, a partir das categorias de análise morfológica apresentadas no livro *Análise Urbana* de Philippe Panerai (2014) e sua adaptação para os objetivos desta pesquisa, foi possível chegar a uma proposta de leitura e interpretação da paisagem construída do centro tradicional de Goiânia, tendo como recorte desse plano as principais avenidas, os grandes eixos e praças, portanto, Av. Anhanguera, Araguaia, Goiás e Tocantins e as Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira (Cívica) e do Trabalhador.

Ao escrever sobre os tecidos urbanos, Panerai ressalta seus elementos constitutivos e pontua os três conjuntos ou, aqui chamadas categorias, que foram tomadas como componentes base para a formulação da metodologia de análise desse estudo, que são 1) a rede de vias, que permite a distribuição e a circulação, hierarquizando a rede que é composta não só pelas vias, mas também pelos espaços públicos; 2) os parcelamentos fundiários, que consideram os limites do domínio construído e esse que, por sua vez, compreende não só as edificações, mas também elementos como jardins, pátios, quintais entre outros, além de considerar características – como a distinção que ocorre no interior das parcelas, por exemplo – que asseguram o funcionamento do tecido urbano, o jogo entre permanência e mudança e sua renovação sem comprometer a unidade de conjunto e; 3) as edificações, que sobretudo, introduzem a dimensão vertical nessa paisagem.

Essas categorias têm relação direta, ou seja, a sobreposição delas permite um entendimento geral de todo o conjunto que, por sua vez, garante a legibilidade



do recorte estudado, fazendo com que a leitura da paisagem construída tenha um bom fundamento desde a primeira análise.

Discussão

Goiânia surge de um ideário que buscava romper com o já estabelecido a fim de conquistar o “novo”, tendo por interventor o Sr. Pedro Ludovico Teixeira, cujo plano de ocupação e desenvolvimento do interior central do Brasil viria a materializar – através de uma política expansionista – essa cidade. O arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima foi contratado para a elaboração da nova capital.

Bastante influenciado pelo traçado urbano moderno, Atílio buscava eficiência tanto para o trânsito quanto para o zoneamento da cidade, criando então um sistema radial de vias que confluem para o centro administrativo, a Praça Cívica. Assim, para organizar a ocupação da cidade, foram postos dois grandes eixos: a Avenida Goiás no sentido Norte-Sul – monumental que abrigaria as atividades político-administrativas na extremidade norte – e a Avenida Anhanguera no sentido Leste-Oeste – reservada para ser centro comercial e de serviços (Figura 1).

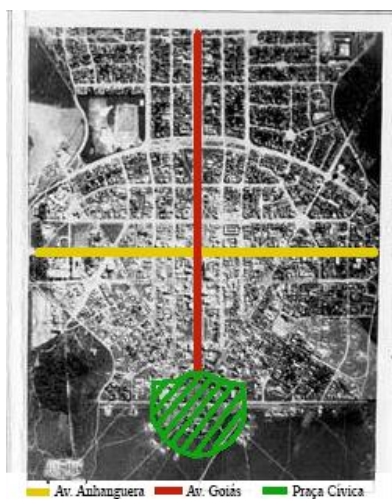


Figura 1- Plano da nova capital com os eixos ordenadores Norte/Sul e Leste/Oeste e o Centro Administrativo. Fonte: Reportagem Correio Oficial, 1938.

Essa forma de organização pretendida por Atílio, tendia a uma configuração que dividia a cidade em zonas, com ordenações a partir também das Avenidas Araguaia, Tocantins e Paranaíba. Em 1935, após rompimento do arquiteto urbanista com o Estado de Goiás, os irmãos Coimbra Bueno junto do engenheiro Armando

Augusto de Godoy assumiram a tarefa e fizeram alterações no traçado com base em conceitos de cidade jardim.

Apesar das alterações feitas no plano original nos primeiros anos – que não só dão partida às primeiras transformações na malha urbana do Centro, mas que também persistem ainda hoje – não ocorreram alterações significativas no que tange o recorte das principais avenidas, os grandes eixos e praças, objeto estudado nesse plano. A avenida Anhanguera, de grande importância em seu contexto e atuante como espaço público é, como identificaria Panerai (2014), uma via estruturadora que consequentemente organiza a massa edificada, sendo os parcelamentos fundiários seus limites.

Assim como a Av. Anhanguera, as outras, Araguaia, Goiás, Paranaíba e Tocantins também são vias estruturadoras cujo os limites recebem influência direta. É uma parte do território que pode sofrer alterações, portanto, continuidades ou rupturas em sua paisagem construída, haja vista que a dinâmica do espaço público dita essas transformações (Figura 2).



**Figura 2- Da esquerda para a direita: Av. Paranaíba, Av. Araguaia, Av. Tocantins, Av. Goiás e, Av. Anhanguera. Territórios servidos diretamente pelas ruas principais - Modelo de análise de Panerai (2014).
Fonte: Acervo próprio.**

As primeiras construções na Avenida Anhanguera surgem na década de 40,

num contexto de especulação imobiliária que atrasou seu adensamento. Entretanto, esse quadro muda quando mudam também as normas de zoneamento passam a permitir a criação de equipamentos de lazer onde era previsto à atividade comercial. Até a década de 1960, esse local será importante para a vida social e econômica da cidade, de acordo com Vaz (2002).

Na década de 60 com o processo de “urbanização” desenfreado, a paisagem construída assume um perfil mais verticalizado marcando assim uma ruptura com o que se tinha inicialmente – sobrados dão lugar às torres (Figura 3 e 4). Com o advento do transporte público da cidade conectando a área central com a região periférica, o fluxo diário de pessoas aumentou e influenciou diretamente no desenvolvimento do comércio de rua, popularizando o Setor Central.



Figura 3- A esquerda: Avenida Goiás, 1945. Sílvio Berto. Goiânia-GO. A direita: Vista aérea - Avenida Goiás, década de 1960. Alois Feichtenberger. Goiânia-GO. Fonte: Acervo MIS|GO.



Figura 4- A esquerda: Avenida Goiás com Avenida Anhanguera, década de 1950. Goiânia-GO. A direita: Vista aérea - Avenida Anhanguera, década de 1960. ColonVist. Goiânia-GO. Fonte: Acervo MIS|GO.

O deslocamento da população inicial do Centro colaborou com as mudanças ocorridas posteriormente, além dos os desgastes naturais do tempo e também dos novos usos dos espaços. De acordo com Moysés (2006), houve a dispersão do comércio, em meado dos anos 1980, e a criação de shoppings centers

em outras localidades, isso acelerou e impulsionou a especulação imobiliária fazendo com que a região do Centro tomasse outra forma.

Ocorreram ainda várias modificações na paisagem construída dos trechos que compõem o objeto de análise dessa pesquisa. Ações de revitalização foram tomadas a partir dos anos 2000 e transformou, mais uma vez, a paisagem do centro de Goiânia. E é nesse contexto que a Praça do Trabalhador se encontra, em revitalização. Com grande espaço e marcada pela presença da Feira Híppie, a paisagem construída desse local é mais horizontal em relação a Av. Goiás – por onde se chega em relação a Praça Cívica. Na extremidade contrária a Praça do Trabalhador, está a Praça Cívica, que por sua vez, manteve por muito tempo sua paisagem de edifícios históricos (Figura 5), o espaço aberto e suas grandes árvores (Figura 6).



Figura 5- Palácio das Esmeraldas, década de 1960. ColonVist. Goiânia-GO. Fonte: Acervo MIS|GO.



Figura 6- A esquerda: Vista aérea - Praça Cívica. Década de 1950. Sílvio Bento. Goiânia-GO. A direita: Vista aérea – Praça Cívica. Década de 1960. Alois Feichtenberger. Goiânia-GO. Fonte: Acervo MIS|GO.



Figura 7- Ao centro: Palácio das Esmeraldas e outros edifícios históricos da Praça Cívica e ao fundo: Palácio Pedro Ludovico Teixeira. Goiânia-GO. Fonte: Acervo próprio.

Entretanto, apesar de ter mantido seus edifícios – à época, monumentais e ainda hoje patrimônios da cidade – hoje, ao olhar para o Palácio das Esmeraldas, o que se tem é um grande estranhamento ao se deparar com um grande paredão do Palácio Pedro Ludovico Teixeira – década de 70 – cuja materialidade nada orna com as demais obras da praça (Figura 7 acima). São novos tempos, novas formas de construir, mas isso é de fato uma ruptura com a paisagem construída desse local que se destacava pela história gravada em todo o seu perímetro, no entanto, ainda compõem a “terceira dimensão” da paisagem construída do Centro tradicional de Goiânia.

Considerações Finais

As transformações do Centro tradicional de Goiânia – desde sua construção na década de 1930 – tiveram vários agentes, entre eles o crescimento acelerado, as alterações de usos e de seus habitantes, a verticalização, o comércio e as intervenções. Com a metodologia criada a partir das categorias de análise de Panerai (2014), foi possível observar pontos importantes da construção dessa paisagem, como por exemplo, ainda valendo-se do autor, a garantia da memória de usos anteriores e reestabelecimento da continuidade entre territórios – a nova capital, Goiânia, e o núcleo urbano de Campinas – pelo uso da pista de rodagem para a formação da Avenida Anhanguera.

A verticalização - “terceira dimensão” como coloca Panerai – é pontuada ainda na década de 1960, marcando uma nova ruptura nessa paisagem com a substituição dos sobrados por edifícios de múltiplos pavimentos. Em 1980, vem a descentralização e no final do século XX, a implantação do Eixo Regional de



Serviços – sistema de transporte público na Av. Anhanguera – junto de inúmeras intervenções nessa região, rompem com a paisagem pois tentaram retomar seu aspecto socio cultural.

Essas mudanças na paisagem, não só dos trechos de análise, mas também de toda a cidade, do ponto de vista de Panerai (2014), são elementos imprescindíveis para a construção da cidade contemporânea. Suas rupturas são consequências do quadro econômico e social e, corroboram, portanto, na compreensão do lugar e de seus agentes formadores.

Agradecimentos

Agradeço a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e agradeço pela oportunidade de ter sido Voluntária de Iniciação Científica, modalidade que nos permite espaço para desenvolver pesquisas que, de fato, contribuem significativamente com nossa formação. Principais agradecimentos a professora Dr.^a Deusa Maria Rodrigues Boaventura, coordenadora e orientadora desse trabalho, que contribuiu positivamente para nossa formação acadêmica. Agradeço meus colegas de pesquisa e de curso, Ariele Venezian Busso e Rafael Fonseca, por todo apoio, contribuição e conversas que nos levaram a conclusões de grande relevância na pesquisa.

Referências

- ALVES, Lidiane. Representações das transformações espaciais. Breves considerações sobre a paisagem urbana. **Para onde?** Revista eletrônica, v. 4, n. 1, agosto de 2011.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2017.
- MARIA, Yanci Ladeira. **Paisagem: cultura-natureza em perspectiva. Uma abordagem trajetiva do conceito de paisagem**. 2016. 262 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- MOYSÉS, Aristides. **Cidade, segregação urbana e planejamento**. Goiânia: Editora da UCG, 2006.
- PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: Editora da UNB, 2014.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. **História, memória e centralidade urbana**. Goiânia: Revista Mosaico. V1, n.1, jan./jun. de 2008.
- PIERI, Alice. **Um olhar sobre o conceito de paisagem cultural: o caso de Urussanga/SC**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2015.
- SCHIER, R. A. **Trajetórias do conceito de paisagem na geografia**. R. RA'E GA, Curitiba, n.7, p. 79-85, 2003. Editora UFPR.
- VAZ, Maria Diva Coelho. **Transformações do centro de Goiânia: Renovação ou reestruturação?** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM CONSTRUÍDA DO CENTRO TRADICIONAL DE GOIÂNIA ENTRE A AVENIDA PARANAÍBA E A PRAÇA DO TRABALHADOR

Ariele Venezian Busso^{1(IC)*}; Rafael Fonseca Marciano^{1(IC)}; Andréia Camilo da Silva^{1(IC)}; Pedro Augusto Resende Rimoli^{1(PG)}; Deusa Maria Rodrigues Boaventura^{1(PQ)}.

*arielle.venezianbusso@yahoo.com.

¹Câmpus de Ciências Exatas e Tecnológicas da Universidade Estadual de Goiás.

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de debater as transformações na paisagem do trecho contido entre a Avenida Paranaíba e a Praça do Trabalhador em Goiânia, debatendo possíveis acontecimentos e suas consequências no amadurecimento regional. Tendo a discussão sobre a paisagem, desde o surgimento da cidade na década de 30 até os dias atuais, como tema central e abordando-se pontos da história que possam ter causado alterações e desenvolvimentos nesta área que carrega tanto peso a história da cidade. Estudos sobre morfologia e intervenções urbanas, na ótica de Panerai, são úteis quando se almeja a elucidação e supervisão do processo que resultou no cenário urbano atual da capital do cerrado. Conhecer o comportamento orgânico de Goiânia, em seu espaço central, com foco na região do antigo Bairro Popular contemplando-se às mudanças e evoluções que aconteceram por meio de ações sociais e políticas culminando na construção do que conhecemos como paisagem urbana.

Palavras-chave: paisagem, Panerai, centro de Goiânia.

Introdução

A análise da paisagem é indispensável para quem procura compreender melhor a cidade, visto que ela é reveladora das diversas ações do homem no espaço ao longo tempo. Schier (2003) ainda completa afirmando que o estudo dessa categoria se refere à “apresentação do objeto em seu contexto geográfico e histórico, levando em conta a configuração social e os processos naturais e humanos.” No espaço urbano, a paisagem é o resultado da organização da sociedade sobre uma paisagem natural, e envolve formas, símbolos e valores. Sendo assim, as paisagens, além de individuais, são dinâmicas, reproduzindo os aspectos de determinada sociedade e meio (ALVES, 2018). Para compreender a cidade, é importante abordar a paisagem construída do seu centro tradicional, ponto de ancoragem da memória da urbe, repleto de significados.

Segundo Pesavento (2008), as cidades são detentoras de história e

memória, e o centro urbano é onde se encontra a maioria das informações sobre uma sociedade, visto que ele é uma referência identitária para a cidade. O centro é o núcleo de origem da cidade, sendo ele o sítio portador do traçado original da urbe. Com o crescimento da cidade, o centro urbano sofre transformações, como desgaste físico e alterações de uso. A modernidade urbana implica mudanças, e para a recuperação do passado da cidade no centro urbano, é preciso abordar a cidade atual, que se vê, e a cidade oculta, esquecida.

A reflexão sobre o centro tradicional de Goiânia revela traços das diversas transformações que a cidade passou desde a sua origem, e a contribuição dessas transformações para a sua paisagem. O centro da cidade de Goiânia possui uma parte, entre a Avenida Paranaíba e a Praça do Trabalhador, conhecida anteriormente como “Bairro Popular”, com terrenos menores e mais baratos se comparados com o centro tradicional da cidade. Para a compreensão da paisagem construída do centro de Goiânia e suas transformações, é preciso analisar não somente o núcleo inicial da cidade constituído pela Praça Cívica e seu entorno, como também a área denominada Bairro Popular.

Material e Métodos

O primeiro momento da investigação foi dedicado a pesquisa exploratória, empenhando-se ao levantamento bibliográfico que apresentam discussões sobre a teoria da paisagem construída, bem como trabalhos que discorreram sobre o centro da cidade, com ênfase na região compreendida como antigo Bairro Popular. Também foram levantadas reportagens e imagens de jornais antigos a fim de entender os diversos tempos históricos da região compreendida entre a Avenida Paranaíba e a Praça do Trabalhador. Sendo realizados levantamento de mapas, imagens aéreas e exame de fotografias, para a percepção dos registros do tempo e das transformações físicas do objeto de estudo. Concluindo com a montagem de uma proposta de leitura e interpretação da paisagem usando como referência as categorias de análise morfológica de Philippe Panerai (2014), adaptando-as aos objetivos do trabalho.

Com de metodologia de Panerai, temos a imagem de conjunto constituída aos poucos, por meio de uma análise ponderada de mapas e pesquisas de campo



previamente coletados. No capítulo 4 de seu livro “Análise Urbana”, o autor define que “o tecido urbano é constituído pela superposição ou imbricação de três conjuntos: as redes de vias, os parcelamentos fundiários, e as edificações”. Para o entendimento das transformações da paisagem da área de estudo correspondente às quadras entre a Av. Paranaíba e a Av. Independência, foi necessário identificar e analisar cada conjunto e a articulação entre eles.

O conjunto das redes de vias aborda a análise de seu traçado viário e da distinção entre espaços públicos e privados. Como se estrutura o traçado urbano, sua conexão com a cidade, sua relação com os espaços privados. Na análise da área em estudo, foi avaliado como esses espaços se comportam e como são as suas relações e transformações. Para isso, foram utilizados mapas ou fotografias aéreas que buscam compreender a área em estudo e sua inserção no território, assim como a transformação do traçado urbano.

Já o conjunto de parcelamentos fundiários foi estudado através da representação negativa da rede de vias, ocasionando uma visualização do domínio construído. Este é constituído pelos edifícios, jardins, pátios, quintais, edificações temporárias, terrenos baldios, canteiros de obras. A relação entre rua e parcela é o ponto estruturador da massa edificada, e a análise desta permitiu reconhecer se as edificações estão alinhadas ao lote ou possuem recuos, são geminadas ou isoladas, são altas ou baixas, sempre possuindo a rua como referência.

Por fim, o conjunto das edificações pretende analisar a massa construída, e a terceira dimensão foi imprescindível para esse estudo. Edifícios de alto gabarito podem se situar em um lote semelhante ao de seu vizinho de nível térreo, situação mascarada em uma análise de planta. A terceira dimensão revela contrastes importantes para o estudo da paisagem. Uma análise dessa dimensão foi realizada através de vistas aéreas e fotografias antigas, abandonando a representação planimétrica e revelando uma modelagem do terreno e edificações.

Resultados e Discussão

4.1 Início da nova capital: concepção e primeiras décadas

Goiânia teve seu surgimento através de uma política expansionista na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas. Sob influência do modelo de



urbanismo francês da primeira metade do século XX, o arquiteto Atílio Corrêa Lima buscou privilegiar o sistema viário, criando um zoneamento em dois grandes eixos (FIGURA 1) – o eixo Norte-Sul, de caráter monumental, e o eixo Leste-Oeste, de caráter comercial e de serviços (DINIZ, 2007). “Nas intenções do urbanista, o traçado da cidade obedeceu de maneira geral à configuração do terreno, às necessidades do tráfego e ao zoneamento” (VALVA, 2016).

Panerai (2014) afirma que o traçado viário, até pouco tempo, era a reprodução do mapa da cidade, e o conjunto do sistema viário representa o espaço público. A rede de vias se forma de modo contínuo e hierarquizado, onde as ruas principais e locais organizam o território urbano. O núcleo urbano de Goiânia é inserido no território tendo os eixos Norte-Sul e Leste-Oeste como estruturadores da cidade, e principais acessos ao núcleo pioneiro. Hoje, a Avenida Anhanguera (Eixo Leste-Oeste) conecta a área à rodovias que vão até cidades vizinhas como Goianira e Senador Canedo, e o Bairro Popular é circundado por vias arteriais que fazem a conexão bairro-entorno, e vias locais que organizam os lotes e o fluxo no território.

Seguindo com as diretrizes do urbanismo francês, que visava a criação de uma zona urbana compatível com as práticas geradas pela produção industrial e a civilização contemporânea (DAHER, 2003), Atílio setorizou a cidade em zonas (FIGURA 2). A área em estudo, situada entre a Av. Paranaíba e a Praça do Trabalhador – antigo Setor Norte, ou Bairro Popular, era destinada à zona industrial (DINIZ, 2007).

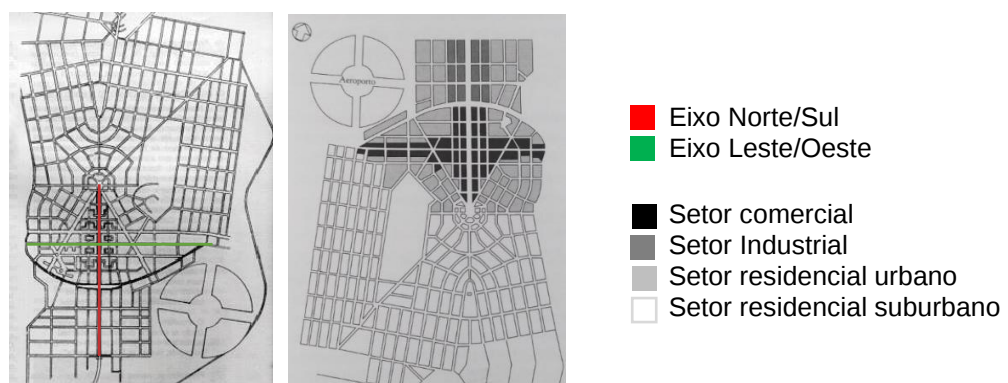


FIGURA 1 E 2: (1) Plano de 1933 com os eixos estruturadores; O zoneamento de Goiânia segundo os setores de atividade propostos por Atílio | Fonte: (1) Segplan; (2) Daher.

Nas primeiras décadas da nova capital, o Bairro Popular era composto por edificações residenciais, em sua maioria, distantes da Avenida Goiás. As residências

(FIGURA 3) tinham aspectos estéticos semelhantes, com a fachada frontal dotada de janelas e um alpendre, e telhado de duas águas com beirais. Uma boa parte do setor foi destinada como abrigo de trabalhadores que ajudavam na construção da nova capital, atraídos por casas a um valor acessível. Com isso, nasceu o antigo Bairro Popular, nome criado pelos moradores do local (CHRISTINO, 1998).

Uma notória massa vegetativa se faz presente na paisagem da nova capital (FIGURA 4). Atílio, em seu plano urbanístico, destinou áreas vegetativas próximas ao núcleo principal, e elas estão presentes ao leste e noroeste do antigo Setor Norte, e próxima à Praça Cívica. A arborização era presente nos interiores dos lotes, e vazios urbanos ainda eram evidentes. Além do Estádio Olímpico Pedro Ludovico Teixeira, inaugurado em 1940, pode se notar, próximo à Avenida Oeste, uma concentração de edificações, onde era a vila militar (CHRISTINO, 1998).



FIGURAS 3, 4 E 5: (3) Rua 71, a primeira rua do Bairro Popular, década de 1930; (4) Vista aérea no início da década de 40; (5) Vista panorâmica do Bairro Popular, vendo-se em primeiro plano, a direita, parte do prédio da Escola Técnica Federal de Goiás, 1942 | Fonte: (3) Álbum de Goiás; (4) O Popular; (5) Sílvia Berto

Até o final da década de 40, o Estado de Goiás era responsável pela comercialização dos lotes da cidade, passando essa responsabilidade nas negociações para a iniciativa privada em 1947, com o Decreto n.574, ocasionando um aumento no índice de crescimento populacional da cidade.

4.2 O crescimento populacional das décadas de 50 à 80

Em 1950, Goiânia teve um acelerado crescimento populacional, aumentando de 26 mil habitantes para 52 mil, e abrigando 76% da população na área urbana (OLIVEIRA, 2004). A vegetação próxima ao Aeródromo já não se encontra mais presente, dando lugar às novas construções. A ocupação do Bairro Popular se mostra mais adensada, ocupando agora grande parte dos lotes próximos à Avenida Goiás (FIGURA 6).

Com a iniciativa privada responsável pelas negociações dos lotes, e o significativo crescimento populacional na década de 50, a paisagem construída do núcleo pioneiro se modificou. A maioria dos lotes se encontravam ocupados, e haviam algumas construções com mais de dois pavimentos. Na segunda metade da década de 50, com a construção de Brasília, a chegada da ferrovia e a abertura da BR153, a cidade passou por outro aumento populacional, e Goiânia passou a ser o centro das rotas migratórias.

A chegada dos trilhos, no entorno do bairro, era sinônimo de progresso, ainda mais quando associado ao início de fornecimento de energia elétrica, e a Estação Ferroviária dava uma nova característica à paisagem urbana (GOI, 2010). O Mercado Popular da Rua 74 teve sua inauguração em 1953 e se tornou um marco para o bairro. O centro de Goiânia começou a sofrer com a especulação imobiliária, o que deu início à verticalização da área. Em 1964, criou-se a Lei 2045, que permitia a construção de edificações acima de 15 pavimentos na região central de Goiânia, o que acarretou no início da verticalização da área (BUSTAMANTE, 1983).

Em 1972, o nome Bairro Popular é extinto, através do Decreto n. 4.560, e o bairro passa a ser considerado parte do Setor Central de Goiânia, e o crescimento populacional acelerado continua na década de 80. O bairro anteriormente destinado aos trabalhadores que ajudaram na construção de Goiânia, era então considerado um bairro da classe média, com barracões destinados a aluguéis e pensões de estudantes, sendo um dos bairros mais densamente habitados da capital (JORDÃO, 1981).



FIGURAS 6 E 7: (6) Vista aérea com primeiro plano a Praça do Trabalhador, início da década de 60; (7) Vista aérea com primeiro plano a Praça do Trabalhador, final da década de 60 | Fonte: Acervo MIS/GO

4.3 Transformações e permanências na paisagem construída após 1990

A presença de condomínios horizontais em Goiânia provocou o alastramento do tecido urbano e a saída da população de maior renda do centro da cidade (BRITO, 2015). A paisagem presente nas primeiras décadas do século XXI demonstra uma estagnação na variação de alturas das edificações. Ainda que o bairro tenha passado por um adensamento a partir da década de 50 e começado sua verticalização, o antigo Bairro Popular manteve sua paisagem horizontal. Poucos são os vazios urbanos existentes, e seus edifícios mais altos se localizam mais ao centro, próximos à Avenida Goiás.



FIGURAS 8 E 9: (8) Vista do Estádio Olímpico, 1962; (9) Vista do Estádio Olímpico, início do século XX | Fonte: (8) Hélio de Oliveira; (9) Google Earth.

Em 2003, o núcleo pioneiro de Goiânia teve seu traçado viário tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pois é ele que define o plano urbanístico inicial, “assenta num suporte geográfico preexistente, regula a disposição dos edifícios e quarteirões, liga os vários espaços e as partes da cidade, e confunde-se com o gesto criador” (LAMAS, 1993). Desde a sua inauguração, a área antes denominada Bairro Popular não teve seu traçado alterado, funcionando como uma permanência na paisagem.



FIGURAS 10 E 11: (10) Traçado urbano de 1933; (11) Traçado urbano de 2016 | Fonte: (10) Plano Diretor; (11) da autora.

As quadras de traçados mais regulares, presentes próximas à atual Avenida Goiás, foi planejada para abrigar a zona industrial e hoje recebe edificações comerciais e de serviço. Adentrando-se mais ao bairro, ruas locais, de menores larguras são responsáveis por organizar os lotes residenciais. A via, para Panerai (2014) é um elemento de uso coletivo, sendo o espaço público o conjunto de ruas, avenidas, bulevares, vielas, passeios e praças. A rede de vias de Goiânia tem relação com os elementos naturais do terreno, como a topografia e o escoamento de águas, o conjunto urbano, permitindo a expansão da cidade sem que isso afete sua harmonia na paisagem, a geometria, e a monumentalidade (VALVA, 2016).

O parcelamento é demarcado pelas vias, e é composto pelo domínio do construído, constituído pelos lotes e quarteirões, elementos estruturadores da massa edificada, sendo o alicerce do que é edificado. Os lotes do antigo Bairro Popular são paralelos às vias. São áreas mais reservadas, que mesmo sem uma barreira física, não recebem um fluxo grande de pessoas, sendo tais ruas utilizadas, em sua maioria, pelos próprios moradores. Panerai (2014) defende que a memória do passado vivenciado pelo território é conservado através do parcelamento.

As edificações estão visceralmente conectadas ao parcelamento e à malha urbana. No antigo Bairro Popular, uma grande quantidade das residências localizadas nas ruas locais são as mesmas de décadas atrás. Porém, hoje elas estão cercadas por grades ou muros, alterando a relação visual entre o espaço público e o privado. As ruas arteriais, mais ao centro do bairro, hospedam muitos comércios e serviços. Nelas, algumas edificações se encontram com fachadas descaracterizadas, com grandes letreiros em sua frente.



FIGURAS 12 E 13: (12) Casas da Rua 65, 2017; (13) Comércio da Rua 74, 2019 | Fonte: Google Street View

Houve também uma mudança na arborização do bairro. Vias que antes eram carregadas de árvores, até a década de 90, hoje apresentam poucas árvores.



Poucas ruas, como a Rua 66, mantiveram uma quantidade razoável de árvores de copas alargadas em pequenos trechos. No interior dos lotes, também ocorreu uma diminuição drástica de vegetação.

Considerações Finais

Podemos notar uma mudança na proporção da cidade, horizontalizada em seu início e mais verticalizada após a década de 70, alterando seu sistema viário e a morfologia da cidade. O Bairro Popular começou a se adensar, devido ao seu baixo custo e ao crescimento populacional após a década de 50. A criação da Lei 2045 possibilitou a construção de edifícios de até 15 pavimentos na região central da cidade, possibilitando a construção da primeira edificação de gabarito alto do bairro na esquina da Av. Paranaíba com a Av. Goiás. Em 1972 o nome Bairro Popular foi extinto, possivelmente por conta da especulação imobiliária. O bairro, antes destinado aos operários, começou a abrigar a classe média.

A paisagem do bairro, nos dias de hoje, apresenta algumas permanências e rupturas. O traçado urbano não sofreu alterações com o tempo, e devido à sua característica particular, teve seu tombamento realizado em 2003. A “terceira dimensão”, termo utilizado por Panerai para referenciar a massa vertical construída, continuou com seu caráter horizontal. A quantidade de edificações de alto gabarito, que interferem na relação público x privado, não interferiu na horizontaneidade do bairro. Muitas residências antigas permanecem no bairro, nas ruas locais. Ao andar pelas quadras mais internas da área, é possível reconhecer as residências da década de 40. Porém, a arborização do bairro alterou drasticamente ao passar os anos.

As modificações da paisagem construída de uma área retratam as condições econômicas e sociais da cidade, e são formadoras da identidade local. Elas são fatores fundamentais para a criação da contemporânea (PANERAI, 2014). O projeto urbanístico proposto por Atílio propõe um tecido que transcende a rede de vias, o parcelamento fundiário e as edificações. Quando analisados em conjunto, ele revela uma harmonia consistente, relevantes para a preservação do seu traçado.

Agradecimentos

Agradeço a UEG pelo auxílio nos meus estudos e pela bolsa de iniciação

REALIZAÇÃO



científica concedida, a minha orientadora Deusa Maria Rodrigues Boaventura pelo apoio e confiança em mim, e aos meus colegas Rafael Marciano e Andréia Camillo por caminharem comigo nessa jornada.

Referências

- ALVES, L. Representações das transformações espaciais. Breves considerações sobre a paisagem urbana. **Para onde? Revista eletrônica**, v. 4, n. 1, agosto de 2011.
- BRITO, L.C. **A expansão urbana de Goiânia e instrumentos de gestão: um enfoque sobre a região sudeste**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 2015.
- BUSTAMANTE, J.A.H. **A influência da legislação nas transformações físicas do trecho inicial da Avenida Anhanguera ao longo da sua existência**. Goiânia: UCG, 1983.
- CHRISTINO, D. Casas por 70 contos. **Diário da Manhã**, 28 de setembro de 1998.
- DINIZ, A. **Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935): ideal estético e realidade política**. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, 2007.
- FOLHA DE GOIÁZ. **A humilde origem de um setor nobre**. Goiânia, 11 de novembro de 1987.
- FOLHA DE GOIÁZ. **Era uma vez um bairro chamado Popular...** Goiânia, 25 de outubro de 1981.
- GOI. Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento. – **Goiânia: Instituto Casa Brasil de Cultura**, 2010. 190p.
- JORDÃO, E. Vende-se casa com quintal ou troca-se por apartamento e fusca. **Jornal O Popular**. Goiânia, 28 de junho de 1981.
- LAMAS, J.R. (1992). **Morfologia Urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenjian.
- OLIVEIRA, S.B.C.; FROTA, J.A.D. e CAIXETA, Eline M.M.P. Paisagem urbana em transformação: Visões aéreas de Goiânia no período de 1960 a 2000. Belo Horizonte: **4º Colóquio Ibero-Americano, paisagem cultural, patrimônio e projeto**. 26 a 28 de set., 2016.
- O POPULAR. **Não parou a destruição de flamboaians**. Artigo n.610. Novembro de 1975.
- PANERAI, P. **Análise urbana**. Brasília: Editora da UNB, 2014.
- PESAVENTO, S.J. História, memória e centralidade urbana. Goiânia: **Revista Mosaico**. V1, n.1, jan./jun. de 2008.
- SCHIER, R.A. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. **R. RA'E GA: UFPR**. Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003.
- VALVA, M.D. A permanência e a transformação das cidades. Goiânia e o tombamento de seu traçado viário. Venezuela: **Revista Espacios**, vol.38 (n.16). 2017. p.15





A construção da paisagem construída do centro tradicional de Goiânia entre a Praça Cívica e a avenida Paranaíba

***Rafael Fonseca Marciano¹ (IC), Ariele Venezian Busso² (IC), Andréia Camilo da Silva³ (IC), Deusa Maria Rodrigues Boaventura⁴ (PQ). E-mail: rafaelfonseca.mart@gmail.com**

Universidade Estadual de Goiás. Campus Anápolis de Ciências Exatas e Tecnológicas – Henrique Santillo. Endereço: Rodovia BR 153, 3105 – Fazenda Barreiro do Meio, Anápolis – GO, 75132-903.

Resumo: O estudo da paisagem construída de uma cidade é primordial para a compreensão de sua evolução e das transformações ocorridas ao longo do tempo. Sua análise pode revelar inúmeras camadas sobrepostas de formação e estruturação urbana, além de explicitar como sua mudança é resultado direto de seus aspectos socioculturais e econômicos. Por esse motivo, a pesquisa busca compreender a formação da paisagem construída no centro de Goiânia através da metodologia estabelecida por Philippe Panerai (2014), que segue três conjuntos de análise: as vias e espaços públicos; recortes fundiários e parcelares; e a terceira dimensão – os edifícios.

Palavras-chave: Paisagem construída. Análise urbana. Centro de Goiânia. Phillippe Panerai.

Introdução

A urbanização e o processo de crescimento de centros urbanos, dentre diversas outras questões, provocam, como resultado direto de sua história, a transformação de sua paisagem. Todavia, a compreensão do que é paisagem constitui uma tarefa complexa, algo que Schier (2003) aponta como uma discussão que, desde o século XIX, busca entender e conciliar as relações sociais e naturais em determinado espaço. Atualmente, o entendimento de paisagem é um resultado direto da atividade humana sob o meio ambiente, se tornando um produto cultural (SCHIER, 2003). Segundo Oliveira et al. (2016), “a paisagem, em termos de lugar construído pelo homem, é o reflexo de suas relações, no tempo, de cultura e memória”. Corroborando com esse pensamento, Alves (2011) define paisagem urbana como “o conjunto de espaços onde se desenvolve o cotidiano da vida de seus habitantes”, sendo ela resultado da interação entre o meio físico, os grupos sociais que o habitam e o espaço construído, resultante de sua ocupação. Como resultado, duas paisagens coexistem, a natural e a humanizada, sendo a sua



sobreposição o que é denominado paisagem urbana (ALVES, 2011).

Complementando esta visão holística de paisagem, vale a pena destacar que a paisagem urbana adquire um caráter primordial para a compreensão das transformações do centro urbano. Assim, centro tradicional de uma cidade é, além das demais áreas e setores, um retrato da ação do tempo e guarda, nos edifícios e no traçado urbano, a memória de camadas sobrepostas da história. De acordo com Pesavento (2008), o centro de uma cidade possui complexas responsabilidades que se transformam ao longo do tempo. Ele é o coração de um sistema como um todo, abrigando seus primeiros equipamentos urbanos e sendo o primeiro cartão de visitas de uma cidade. Portanto, a paisagem construída do Centro de Goiânia se mostra como um reflexo de todas as transformações da cidade, sendo um objeto de estudo primordial para qualquer reflexão a ser feita sobre ela.

A capital goiana surge como um marco da modernidade brasileira, em 1933 sendo a primeira capital brasileira planejada do século XX. A primeira paisagem da cidade, dada pelo plano de Atilio Corrêa Lima, traduz, tanto no traçado urbano quanto na estética dos edifícios, as promessas modernas para a cidade, onde a vegetação ainda predominava juntamente com a visão de um amplo horizonte do cerrado, caracterizando tipicamente uma nova cidade se erguendo no sertão (BOAVENTURA, 2017). A partir da década de 1950, o desenvolvimento de Goiânia é impulsionado pela construção da nova capital federal Brasília e a chegada da estrada de ferro. Com isso, a cidade passa a se desenvolver econômica e socialmente sendo sua arquitetura transformada pelos moldes da arquitetura moderna brasileira (OLIVEIRA et al., 2016).

Na década de 1960, a cidade começa a atingir um crescimento populacional desenfreado. Planejada para uma evolução de 50 mil habitantes, em 1966 a cidade atinge 260 mil, culminando no processo que Gonçalves (2002) denomina de o “desplanejamento” de uma cidade planejada. Com isso, a cidade começa a se expandir rapidamente, consolidando uma lógica de descontrole e especulação, transformando a paisagem do centro, que começa a se verticalizar (BOAVENTURA, 2017). Como consequência disso, o zoneamento e usos estabelecidos pelo plano original começam a serem alterados, descaracterizando progressivamente a

paisagem. Nas décadas de 1970 e 1980, o processo de verticalização se intensifica, culminando a destruição de várias casas para a construção de edifícios comerciais e residenciais, além de mudanças na escala da rua, na ocupação dos lotes e a redução significativa do volume de áreas verdes (OLIVEIRA et al., 2016). Posteriormente, o centro começa a passar por um processo de abandono e desgaste, com a mudança de uma parte dos habitantes para novas centralidades na capital, o que provoca a busca de revitalizar seus usos com ações intervencionistas na década de 2000 (BOAVENTURA, 2017).

Assim, o trabalho intenta investigar o processo de transformação da paisagem urbana do centro de Goiânia, na região entre a Praça Cívica e a Avenida Paranaíba, retomando a cidade desde sua fundação até os dias atuais, passando por todo seu processo de crescimento, adensamento e de mudanças urbanas e arquitetônicas. Todavia, o foco não irá se ater somente nas avenidas principais, que definem o traçado do setor, mas também nas avenidas adjacentes dentro deste recorte. Com isso, busca-se ampliar as informações sobre essa região da cidade, disponibilizando novos dados para futuros pesquisadores e avançando na reflexão crítica das transformações sofridas pelo centro, tudo isso através de uma nova leitura estabelecida pelos princípios de análise morfológica da cidade e da paisagem urbana estabelecidos por Philip Panerai.

Material e Métodos

Inicialmente, a investigação voltou-se para a pesquisa exploratória e levantamento bibliográfico do recorte espacial das ruas adjacentes entre a Praça Cívica e a Avenida Paranaíba em Goiânia. Complementando a fase de pesquisa, foram realizadas visitas de campo à área estudada. Após essa etapa, dedicou-se à montagem de uma proposta de leitura e interpretação da paisagem, com base nas categorias morfológicas de Panerai (2014), adaptando-a aos objetivos do trabalho. Segundo Panerai (2014), a cidade deve ser compreendida como um organismo vivo em constante evolução, onde associações e sobreposições de elementos urbanos construíram o tecido urbano atual e fornecerão subsídios para sua formação futura. Portanto, para compreendermos a cidade, o estudo do tecido urbano é fundamental,



sendo esse constituído pela imbricação ou superposição de três conjuntos: a rede de vias, os parcelamentos fundiários e a terceira dimensão – os edifícios (PANERAI, 2014).

O primeiro conjunto de análise empregado, as vias e o espaço público, “compreende a totalidade das vias: ruas e vielas, bulevares e avenidas, largos e praças, passeios e esplanadas, cais e pontes, mas também rios e canais, margens e praias” (PANERAI, 2014, p. 79) onde sua organização e suas relações possibilitam a distribuição e circulação. Seguindo as indicações de Panerai (2014), a análise foi feita sob o ponto de vista do espaço público como um sistema local que organiza o tecido, com a produção de mapas e estudos das vias da área estudada para facilitar essa compreensão. Assim, além da produção de mapas que permitissem o estudo da estruturação viária interna do bairro, se utilizou do levantamento fotográfico como complemento ao estudo histórico das vias e espaços públicos.

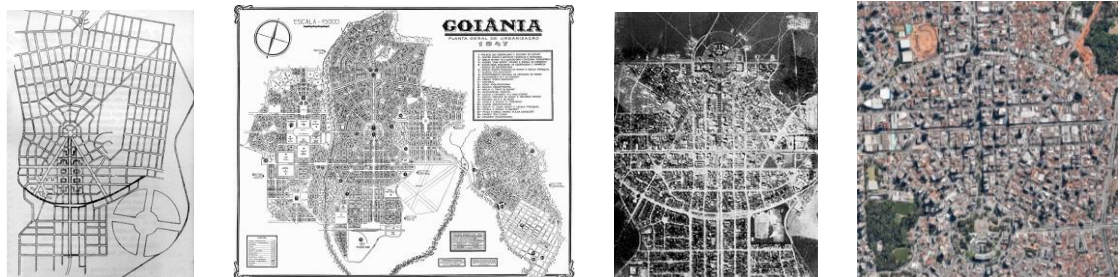
Posteriormente, o segundo conjunto, recortes fundiários e parcelares, engloba não somente os edifícios, mas todo o conjunto de domínio construído, como jardins, quintais, edificações temporárias, terrenos baldios, até canteiros de obra (PANERAI, 2014). Esses elementos devem ser analisados em conjunto e no seu caráter sequencial, representando toda a massa edificada que, ao ser estudada, revela conjuntos parcelares e fenômenos urbanos. Assim, para analisar esse conjunto, foram produzidos mapas de cheios e vazios e negativos que revelem o traçado das ruas e ressaltem a ocupação da cidade ao longo do tempo. Com isso, buscou-se analisar as permanências e rupturas do tecido urbano do centro de Goiânia ao longo das décadas.

Afinal, o último conjunto analisado é o da terceira dimensão, que agrega não somente os edifícios, mas a topografia do terreno. A análise da topografia pode revelar o sentido da ocupação do centro, o porquê da implantação de edifícios e equipamentos urbanos onde estão. Complementando essa análise, os edifícios entram com papel primordial para compreender a paisagem construída dessa região, revelando alturas e transformações datadas ao longo das décadas de Goiânia – revelado pelo levantamento fotográfico.

Resultados e Discussão

Segundo Panerai (2014), a compreensão e estudo do tecido urbano e da transformação do mesmo, deve englobar três conjuntos: a rede de vias, os parcelamentos fundiários e as edificações. Sendo assim, a sequência de discussão do trabalho foi realizada a partir do indicado pelo autor, culminando numa compreensão da área de estudo.

A análise da rede de vias teve como objetivo principal compreender a distribuição e circulação da área entre a praça Cívica e a Av. Paranaíba. Para tal, o primeiro mapa produzido foi o de hierarquia viária, com o intuito de observar como as vias foram organizadas e o papel que elas possuem na estruturação da forma urbana (PANERAI, 2014, p. 81). Como resultado disso, pôde ser identificado as grandes vias responsáveis por conectarem o Centro aos bairros lindeiros, sendo os principais agentes nessa ligação a avenida Anhanguera e a R.10. Essas avenidas, previstas desde o plano inicial da cidade, passaram por transformações em sua infraestrutura ao longo do tempo para que pudessem atender as necessidades da cidade em expansão, mas sem sofrer grandes transformações no traçado na área analisada. Assim, ao analisar juntamente com as plantas e imagens de satélite antigas (Figura 1, 2 3 e 4), observa-se uma permanência do traçado do Centro de Goiânia, mostrando como a concepção original ainda permanece na rede viária atualmente, algo que é, segundo Panerai (2014, p. 81), uma das primeiras propriedades do espaço público sendo que este “pertence à longa duração e não deve, em nenhuma situação, ser avaliado segundo o único critério da circulação automotiva”.



Figuras 1, 2, 3 e 4 – Plano original proposto por Atilio Corrêa Lima; Planta de urbanização de 1947; Imagem aérea de Goiânia em 1938; Imagem aérea atual do centro de Goiânia. Fonte: MANSO, 2001;

<http://vm136.lib.berkeley.edu/EART/maps/goianix.gif>; Correio Oficial, 1938; Google Earth, 2019.

O segundo conjunto analisado foi o dos recortes fundiários e parcelares onde seu agrupamento revelam fenômenos urbanos. O mapa de cheios e vazios e o mapa negativo das vias (Figuras 5 e 6) da área revelam o domínio do construído do Centro e mostram como esse domínio se constitui por unidades heterogêneas que dinamizam as relações nesse espaço (PANERAI, 2014, p.86) e demonstram suas mudanças e evoluções ao longo das décadas desde sua implantação, algo que será melhor observado no terceiro conjunto de análise. Percebe-se também que, por mais que o desenho das quadras permaneça, a massa edificada estabelece novas relações dentro deste desenho, se adequando a novos usos e ocupações ao longo do tempo, em especial devido ao processo de verticalização da área.



Figura 5 – Mapa cheios e vazio; Mapa negativo de vias. Fonte: do autor.

Complementando essa análise, o mapa de lotes da área deve ser observado pois, segundo Panerai (2014, p. 87), “a parcela não é um terreno a ser ocupado de qualquer maneira, mas uma unidade de solo urbano organizada a partir da rua”. Assim, para o autor independentemente de as edificações estarem alinhadas aos lotes, serem geminadas ou isoladas, ou possuírem diferentes gabaritos, elas sempre terão como referência a rua, tendo que se submeter a ela (PANERAI, 2014).

Todavia, essa submissão ao espaço público resulta, segundo Panerai (2014), em duas consequências. A primeira permite que se estabeleça uma solidariedade entre os edifícios, mesmo eles pertencendo a épocas ou tipos diferentes, algo que se é muito observado ao se andar pelo Centro, onde edifícios históricos e patrimoniais convivem com edificações contemporâneas. Como exemplo disso pode ser apontado o caso do Sesc Centro, localizado no cruzamento da rua 15 com a rua 19, inaugurado em 2014 e que fica defronte do Lyceu de Goiânia, um edifício concebido juntamente com a cidade e tombado como Patrimônio Histórico

pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2003.

A segunda diz respeito a criação de diferentes características e apropriações no interior da parcela, algo que ocorre em todos os lotes edificados. Essas apropriações podem se dar tanto na escala do lote, como pode ser observado no mapa de cheios e vazios (Figura 3), onde as edificações se apropriam de maneiras diferentes. No caso das avenidas e ruas de comércio, se observa uma apropriação completa até a testada e as laterais do lote, e à medida que se olha para as quadras nas ruas adjacentes se observa uma apropriação que respeita os afastamentos dos limites da parcela. Olhando para a escala da quadra, pode-se observar uma diferente apropriação, onde os lotes se isolam dentro dela ou casos onde novos espaços públicos são criados no interior da quadra. Um exemplo disso é o Beco da Codorna, onde o interior da quadra se transforma num espaço de convívio e ligado à promoção de atividades culturais e artísticas. Portanto, de acordo com Panerai (2014, p. 88), “essas duas qualidades asseguram o ‘funcionamento’ do tecido, o jogo de permanência e mudança, sua capacidade de se renovar sem pôr em xeque a unidade de conjunto”. Assim, essa solidariedade das edificações permite que sejam substituídas gradualmente sem perder sua relação com a rua e o vínculo com prédios vizinhos, mantendo suas disposições alusivas ao status da fachada (PANERAI, 2014).

Por fim, o último conjunto analisado, denominado por Panerai (2014) como a terceira dimensão, complementa e finaliza o estudo do recorte do Centro de Goiânia. Para o autor, o estudo da planta é essencial, pois diz respeito à forma da cidade, mas não deve impedir a percepção da dimensão vertical do conjunto. Primeiramente, a análise da topografia revela as influências do terreno original, que pode se ocultar visualmente ao ser sobreposta pela forma construída (PANERAI, 2014). Assim, o mapa topográfico, ao ser sobreposto pelo desenho das quadras, revela como foi pensado o desenho urbano do centro pioneiro da cidade. Pode-se observar que a monumentalidade procurada por Atílio Corrêa Lima foi obtida através de uma apropriação do terreno onde a praça Cívica foi implantada no ponto mais alto, permitindo com que as três grandes avenidas (Av. Goiás, Av. Tocantins e Av. Araguaia) partissem dela para os pontos mais baixos. Isso provocou na época uma



hierarquia visual muito bem estabelecida, pois nas primeiras décadas de existência da cidade o gabarito das edificações do entorno não ultrapassava 3 pavimentos. Todavia, com o processo de verticalização da cidade, iniciado na década de 1960, e nas transformações das avenidas, que deixaram de ser tão arborizadas, a hierarquia visual e a monumentalidade acabam sendo ocultadas.

Os edifícios e como se transformaram ao longo do tempo, introduzem não somente a dimensão vertical (PANERAI, 2014), mas mostram a transformação da paisagem construída do Centro de Goiânia. Através da observação da linha do tempo pode-se certificar a construção da paisagem do recorte de estudo. Nas décadas de 1930 e 1940 (Figuras 7 e 8), período de construção e instituição da cidade, observa-se nas fotografias uma Goiânia mais pacata e com poucas edificações. Em 1950 (Figura 9), fica claro o início do desenvolvimento da capital em decorrência da construção de Brasília, devido a ocupação avançada do Centro e ao aparecimento de alguns edifícios mais verticalizados, todavia ainda dentro de uma altura máxima de cinco pavimentos. Na década de 1960 (Figura 10), surgem edificações que alcançam até dez pavimentos e com edificações marcadas pelo modernismo, que se consolida em Goiânia (OLIVEIRA et al., 2016). Isso faz com que “a nova configuração modifica a paisagem da cidade com a construção de vários edifícios, projetos e obras que contribuíram significativamente para a modificação da paisagem cultural da cidade” (OLIVEIRA et al., 2016, p. 6). Assim, devido ao crescimento acelerado da cidade nesse período, se inicia um processo de especulação de maneira descontrolada, resultando em uma verticalização intensa nas décadas seguintes (BOAVENTURA, 2017).

Sendo assim, nas décadas de 1970 e 1980 (Figuras 11 e 12), como resultado da especulação sobre a área, diversas casas são demolidas e em seu lugar são construídos grandes edifícios residenciais e comerciais, resultado direto do novo Plano Diretor (1967-1979) do arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm (OLIVEIRA et al., 2016). Assim, segundo Oliveira et al. (2016), as proporções da área são alteradas, as áreas verdes começam a desaparecer e as relações de escala estabelecidas originalmente se perdem. Na década de 1990 (Figura 13) a verticalização e ocupação do Centro chegam ao seu limite iniciando assim um

processo de desgaste e abandono, que acaba sendo incentivado pelo novo Plano Diretor (OLIVEIRA et al., 2016). Isso culmina, nas décadas de 2000 e 2010 (Figura 14) em diversas discussões acerca da revitalização do Centro de Goiânia e de como conseguir recuperar a vida da área.



Figuras 7, 8, 9 e 10 - Perspectiva do Centro Cívico em 1930; Avenida Goiás em 1945; Vista Aérea – Avenida Goiás em 1955; Vista Aérea – Avenida Goiás, 1960. Fonte: Autor Desconhecido, Goiânia – GO, Acervo MIS|GO; Silvio Berto, Goiânia – GO, Acervo MIS|GO; ColonVist, Goiânia – GO, Acervo MIS|GO; Alois Feichtenberger, Goiânia – GO, Acervo MIS|GO.



Figuras 11, 12, 13 e 14 - Vista Aérea do Centro (1975-76); Avenida Goiás em 1980; Imagem aérea de Goiânia em 1992; Imagem do Centro de Goiânia em 2019. Fonte: Facebook Goiânia Antiga; Facebook Goiânia Antiga; SEPLANH; Google Earth.

Considerações Finais

A pesquisa intentou em sua totalidade analisar o processo de transformação da paisagem construída do Centro de Goiânia, dentro da área entre a Praça Cívica e a Avenida Paranaíba. Esse estudo foi realizado utilizando uma metodologia nova, não encontrada em nenhuma outra referência bibliográfica pesquisa, que segue os princípios de análise estabelecidos por Philippe Panerai estruturado em três conjuntos: as vias, os recortes fundiários e parcelares e a terceira dimensão. Através desse processo observou-se que, por mais que ainda mantenha as características estruturais do plano de 1947 (Figura 2), a ocupação fundiária e a terceira dimensão da área foi completamente transformada.

Isto posto, pode-se afirmar que, devido ao processo de verticalização iniciado em 1970, muitos exemplares das edificações iniciais da cidade foram perdidos, sendo novas camadas históricas da cidade colocadas no tecido. Por mais que tenha havido uma perda do caráter original do Centro, uma nova paisagem foi



constituída englobando e permitindo a coexistência de edifícios e traçados urbanos históricos com as intervenções contemporâneas. Assim, a pesquisa consegue elucidar esse processo e pode fornecer uma base, juntamente com todo material coletado, para futuras pesquisas sobre a área sob a nova perspectiva oferecida de Panerai (2014).

Agradecimentos

Agradeço à UEG pelo auxílio nos meus estudos e pela construção de minha formação acadêmica. Agradecimentos especiais à professora Dr^a. Deusa Maria Boaventura pela grande oportunidade e por todo conhecimento transmitido ao longo desse ano e às minhas companheiras de pesquisa, Ariele Venezian Busso e Andréia Camilo da Silva, pelo apoio e pelas horas de pesquisa e produção que empregamos juntos.

Referências

- ALVES, Lidiane A. **Representações Das Transformações Espaciais: Breves Considerações Sobre A Paisagem Urbana**. Para Onde!?, [S.l.], v. 4, n. 1, ago. 2011.
- BOAVENTURA, Deusa Maria R. A construção da paisagem construída do centro tradicional de Goiânia. Anápolis/GO: **Projeto de Iniciação Científica**, 2017. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Goiás.
- GONÇALVES, Alexandre R. **Goiânia: uma modernidade possível**. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002. 177 p.
- MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia; Uma Concepção Urbana e Moderna – Um Certo Olhar**. Goiânia: Edição do autor, 2001.
- OLIVEIRA, Simone Borges Camargo, FROTA, José Artur D’Aló e CAIXETA, Eline M. M. Pereira. **Paisagem urbana em transformação: Visões aéreas de Goiânia no período de 1960 a 2000**. Belo Horizonte: 4º Colóquio Ibero-Americano, paisagem cultural, patrimônio e projeto. 26 a 28 de set., 2016.
- PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014. 198 p.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. **História, memória e centralidade urbana**. Goiânia: Revista Mosaico. V1, n.1, jan./jun. de 2008.
- SCHIER, R. A. **Trajetórias do conceito de paisagem na geografia**. R. RA'E GA, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003. Editora UFPR.



A DENSIDADE URBANA E A QUALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO - REFLEXÃO ACERCA DOS ESPAÇOS PRODUZIDOS A PARTIR DOS PROCESSOS DE “VERTICALIZAÇÃO PERIFÉRICA” DAS INCOPORADORAS LOCAIS EM GOIÂNIA/GO (2007-2015).

Ludmila Marques da Silva ¹ (PQ)*, Angélica de Amorim Romacheli ²(PG).
lumrques94@gmail.com

Universidade Estadual de Goiás – Campus de Ciências Exatas e Tecnológicas – Henrique Santillo/Anápolis-Go.

Resumo

Na presente pesquisa estão sendo levantados, os empreendimentos e as incorporadoras locais que vem se destacando no mercado imobiliário entre 2007 e 2015 em Goiânia, com o intuito de investigar a qualidade dos espaços públicos urbanos gerados. E o fenômeno, da “verticalização periférica”, que é um processo de mudança do mercado imobiliário que teve consequências relevantes na transformação das cidades, tantos nos aspectos físicos dos edifícios, quanto nos espaços urbanos em que estão inseridos. A pesquisa se dedica ao estudar e analisar esse fenômeno, que teve um grande impacto na cidade de Goiânia, entre os anos de 2007 e 2015, considerando o recorte das incorporadoras locais, mais específico nas transformações nos espaços públicos urbanos. A metodologia dos diversos recortes da pesquisa é com base em Romacheli (2018). A partir disso foi processado todas as informações levantadas que acabou gerando arquivos específicos de análise, como planilhas dos empreendimentos com dados e imagens, relatórios em formato de texto, e representações gráficas. A buscou um entendimento desse processo, para compreensão ampla deste fenômeno. O questionamento que está sendo colocado na pesquisa, se refere ao impacto da implantação massiva dessas tipologias no espaço público urbano e os impactos na segurança pública e na mobilidade urbana.

Palavras Chaves: verticalização periférica. espaços urbanos. incorporadoras.

Introdução

Na presente pesquisa, foram analisados os empreendimentos e as incorporadoras locais que atuaram no mercado imobiliário goianiense entre 2007 e 2015, com intuito de investigar a qualidade dos espaços públicos urbanos gerados. Com o boom imobiliário houve abertura de capitais das grandes empresas no mercado imobiliário, levando a uma grande injeção de recursos no setor. Segundo Anitelli (2010), esse aporte bilionário de fundos financeiros foi aplicado na incorporação de



empreendimentos, vendidos de maneira subsidiada por fundos governamentais que disponibilizaram crédito.

A forma de atingir o público-alvo das incorporadoras SA, foi popularizando o próprio crédito imobiliário, que ficou disponível para a população mais pobre (ANITELLI, 2015). Com a ajuda do Governo Federal, o maior alvo das incorporadoras, foram as famílias de renda média baixa. Segundo Romacheli (2018), com a abertura de capitais, empresas sediadas no Sudeste, em especial em São Paulo, passam a buscar estratégias que permitissem dar conta da projeção crescente de lucros que pudesse atender as necessidades do mercado.

As análises realizadas nesta pesquisa se dedicam ao estudo da produção das construtoras e incorporadoras regionais, que durante o processo de “verticalização periférica” de Goiânia, se sobressaíram numa atuação paralela às incorporadoras de capital aberto. As incorporadoras locais se aliaram, para produzir os seus empreendimentos na cidade, de forma a garantir seu espaço no mercado local. O objetivo dessa análise é compreender o resultado da produção desses empreendimentos em especial quanto ao seu impacto nos espaços públicos urbanos. A “verticalização periférica” é um processo recente que alterou o mercado imobiliário, e teve consequências relevantes na transformação das cidades, tanto nos aspectos físicos dos edifícios, quanto nos espaços urbanos em que estão inseridos. Baseada em refinadas estratégias de marketing, atraíram o público comprador para áreas mais distantes, mediante um relevante processo autosegregação dos moradores. A localização periférica foi um elemento marcante na contabilidade desses empreendimentos e representa, hoje, um impacto relevante no crescimento da dependência do automóvel, intensificando a crise da mobilidade urbana.

Material e Métodos

1. Etapa bibliografia: Estudo do Referencial teórico;
2. Levantamento preliminar: Levantamento panorâmico, físico dos empreendimentos das incorporadoras locais, via aplicativos do Google Earth e Google Street View e



via site de imobiliárias, construtoras e incorporadoras/ Levantamentos de dados básicos dos empreendimentos/ Produção de planilha com empreendimentos e dados básicos;

3. Levantamento recorte: Preparação de levantamento de campo / levantamento de campo; Produção de mapa sobre os objetos levantados da paisagem urbana analisada; Produção de relatórios em formato de texto e representações gráficas após identificar aspectos relevantes das análises e os levantamentos.

4. Levantamento área recorte: Investigação dos espaços criados pelos empreendimentos e sua relação com a cidade; os fragmentos urbanos e seus elementos, por meio de exercícios de percepção do ambiente construído; Análises e diagnósticos sobre a qualidade morfológica dos espaços produzidos; Adaptação da metodologia Romacheli (2018); Seleção de exemplos a serem estudados; Seleção das amostras; Levantamento e produção dos mapas, a partir de plantas, e fotos de satélite;

5. Análise dos resultados e produção do relatório.

Resultados e Discussão

Na primeira etapa da pesquisa foi feito um estudo e discussão sobre o referencial teórico, a respeito da verticalização periférica. A partir disso foi feito um levantamento de dados dos empreendimentos das incorporadoras locais e de capital aberto, com base no “Mapa de caracterização do boom imobiliário de 2007 – 2015”, produzido por Romacheli (2018). Deste modo se fez uma revisão dos dados gerais, via *Google Street View™*, *Google Earth™*, *sites* das incorporadoras e levantamento de campo. Logo após a revisão do mapa os empreendimentos foram classificados por tipo de incorporadora: de capital aberto e locais, como pode ser observado no mapa 1.



Mapa 1: Empreendimentos verticais localizados nas regiões periféricas de Goiânia de 2007 a 2015. Fonte: Costa e Silva, 2019. Foram levantados, no total, 81 empreendimentos. Cinquenta e cinco foram produzidos por incorporadoras locais (60%) dos empreendimentos e 40% produzidos por incorporadoras de capital aberto. No total, os empreendimentos apresentam uma área de terreno de 519.069,84 m², numa média de 9.437,54 m² por empreendimento. São grandes áreas localizadas na região periférica tornando assim os moradores dependentes do automóvel para sua locomoção, agravado também pelo processo de autosegregação, além da utilização de grandes áreas destinadas a estacionamento no interior dos condomínios. Esses terrenos são escolhidos devido ao fator econômico, por serem mais baratos e maiores, fazem com que as incorporadoras lucrem ainda mais com os empreendimentos.

Tabela 1 - Empreendimentos verticais localizados nas regiões periféricas de Goiânia de 2007 a 2015 pelas incorporadoras locais

INCORPORADORAS LOCAIS	ÁREA TOTAL (m ²)	PERIMETRO TOTAL (m)	Nº TOTAL DOS APARTAMENTOS	TAMANHO DOS APARTAMENTOS
55	519.069,84	21.128,90	12.425	42 m ² a 123 m ²

Fonte: Arquivo da autora, 2019

No conjunto dos empreendimentos estudados, observou-se a participação de 25

incorporadoras locais. Na tabela abaixo apresenta-se a síntese da atuação das principais empresas locais atuantes na chamada “verticalização periférica” no período de 2007 a 2015.

Tabela 2 - Principais incorporadoras de capital local atuantes no mercado goianiense entre 2007 e 2015. Número de empreendimentos, área total de terreno, perímetro, número de unidades produzidas, área unidades.

EMPRESA	QUANT.	ÁREA TOTAL DOS TERRENOS (m²)	PERÍMETRO	Nº DE APART.	ÁREA APART.
Engel/Dinâmica/CMO/Tropical	9	66.681,4	3214,83	1885	54 a 105 m²
CMO Construtora	8	61.733,4	2854,86	1778	52 a 123 m²
TROPICAL	3	31.543	572	1106	59 a 79 m²
CMO e Tropical Vega	2	7.311,1	767,49	340	48 a 65 m²
Incorporações	2	7.199,0	466,56	336	57 a 63 m³
FR incorporadora	2	17.525,0	762,39	576	54 a 58 m²
Total	26	191.992,9	8638,13	6021	48 a 123 m²

Fonte: Arquivo da autora, 2019

Considerando as sete principais incorporadoras locais, foram computadas 6.021 unidades de habitação, que corresponde cerca de 23.684 habitantes. Considerando uma taxa de três moradores por apartamento, pode-se estimar que 1,76% da população de Goiânia passou a residir na última década, nesses edifícios.

Após a o levantamento dos empreendimentos, em um segundo momento da pesquisa foi feito uma análise dos mesmos a partir da metodologia da Romacheli (2018). Foi utilizado o mapa digital da prefeitura e imagens satélite do Google Earth™ para delimitar o recorte, e assim poder analisar o processo de mudança desses espaços nas últimas décadas.

A região escolhida para essa etapa, foi a do Res. Parque Oeste Industrial, umas das áreas que se destacou nos primeiros momentos da pesquisa, por concentrar um grande número de unidades de unidades de habitação. A região se localiza na parte Oeste de Goiânia, próximo a Av. Pedro Ludovico e a saída da BR-060. Foram levantados seis condomínios verticais de habitação com uma área total de 54.304,9m² e 836 unidades habitacionais, produzidas pelas incorporadoras ENGEL, Dinâmica, Tropical e CMO. As peças gráficas produzidas são apresentadas em recortes de 1000m x 1000m que corresponde ao um raio caminhável e foram realizadas com base nas imagens via satélite no Google Earth™ de 2018.



Amostra setor
Res. Parque Oeste
Industrial 2014

Área dos condomínios

Mapa 2- Imagem aérea da amostra de 1x1km do Res. Parque Oeste Industrial 2014. Fonte: Google Earth™, 2018. Modificado pela autora. Imagem



Amostra setor
Res. Parque Oeste
Industrial 2017

Área dos condomínios

Mapa 3 — Imagem aérea da amostra de 1x1km do Res. Parque Oeste Industrial 2017. Fonte: Google Earth™, 2018. Modificado pela autora. Imagem

O primeiro indicador analisado foi a continuidade urbana. Segundo Romacheli (2018), essa é a característica que diz respeito à integridade do tecido urbano. O entorno descontínuo é interrompido por acidentes geográficos, propriedades rurais, áreas de preservação e grandes infraestruturas. Para realizar uma análise acerca da variável continuidade urbana nas amostras estudadas, foi adotada uma variação do recorte inicial, a ser chamada de “amostra ampliada”. Foi realizada uma ampliação de dois quadrados de 1km x 1km, um para cada lado da amostra principal resultando num retângulo de 3km x 1km. Na amostra ampliada do Res. Parque Oeste Industrial, foi possível identificar um alto grau de descontinuidade. A área é cortada longitudinalmente pelo córrego Macambira e um afluente, dessa forma a área apresenta no seu entorno várias áreas que estão desocupadas.



Mapa 4 – Mapa de classificação das quadras da amostra ampliada do Setor Oeste. Fonte: Romacheli, 2018.



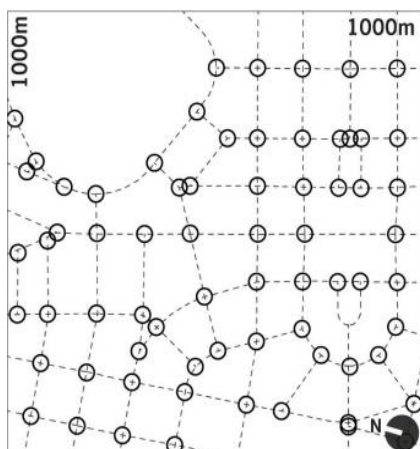
Mapa 5 - Mapa de classificação das quadras da amostra ampliada do Setor Res. Parque Oeste Industrial. Fonte: autora, 2019.

REALIZAÇÃO

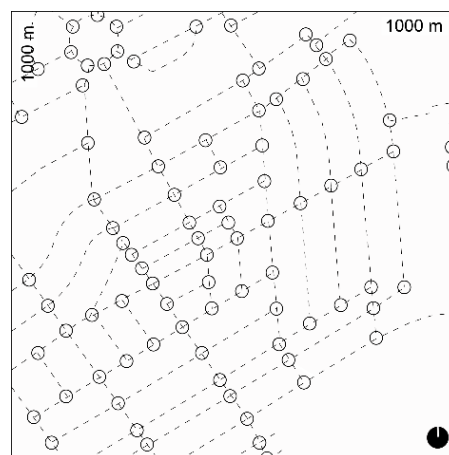


O segundo indicador analisado foi a conectividade urbana. Foram levados em consideração três aspectos, o número de intersecções viárias das amostras, a área média, o perímetro médio e o comprimento médio das quadras. Essa análise busca identificar as condições de utilização da malha por parte do usuário. Quanto maior o número de intersecções melhor as condições de utilização do espaço. O perímetro das quadras também contribui para essa qualidade. A amostra estudada, apresenta 85 intersecções, um número bom, comparado a amostra do Setor Oeste 70 intersecções. Já na análise das quadras do recorte, tem 10.241,29 m² de área média das quadras, e um perímetro médio de 457,1 m. Comparados ao Setor Oeste que tem 10.034m² de área média das quadras e 303m de perímetro médio, observamos que mesmo a amostra apresentando um número adequado de intersecções, mas a área média das quadras e o perímetro apresenta um número maior do que o do Setor Oeste, isso significa existência de caminhos mais longos a serem vencidos pelo pedestre. Quadras longas trazem insegurança para os pedestres.

Na análise das atividades econômicas, verificou-se um percentual da área das quadras ocupadas por usos não residenciais de 20,3%. Comparado ao Setor Oeste que tem 42,1% usos não residenciais, é um número bom. As atividades econômicas estão ligadas a dinâmica do espaço urbano, que trazem a possibilidade dos moradores serem atendidos pelo comércio local (mercado, frutaria, açougue, padaria e etc.). A amostra do Res. Parque Oeste Industrial apontou 36 quadras com a presença de uso de atividade econômica, mas essa região tem uma característica de comércios e indústrias, com uma tipologia de grandes galpões. Já no Setor Oeste que tem 57 quadras com a presença de uso de atividade econômica, mais voltadas ao comércio local e mais distribuídas no tecido urbano, o que contribui com a mobilidade do pedestre.



Mapa 6 – Mapa de intersecções viárias da amostra do Setor Oeste. Fonte: Romacheli, 2018.



Mapa 7 – Mapa de intersecções viárias da amostra do Setor Res. Parque Oeste Industrial. Fonte: Autora, 2019.



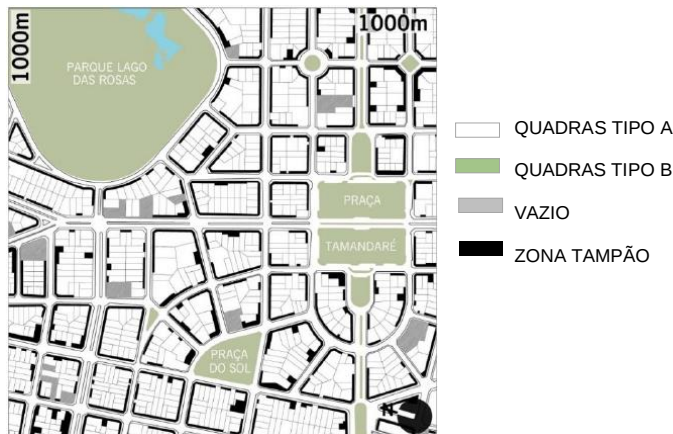
Mapa 8 – Mapa de atividades econômicas da amostra do Setor Oeste. Fonte: Romacheli, 2018.



Mapa 9 – Mapa de atividades econômicas da amostra Res. Parque Oeste. Fonte: Romacheli, 2018

A zona tampão é a área localizada entre a zona edificada e a testada do lote, que são dados que nos mostra a integração entre a edificação com espaço público, ou seja, quanto menor a porcentagem dessa área mais há integração. A amostra de referência (Setor Oeste) apresenta uma porcentagem de zona tampão de 19% em relação a área total das quadras, na amostra do Res. Parque Oeste Industrial tem de zona tampão de 12,8% em relação a área total das quadras analisadas, mas esse valor se dá pela a tipologia das edificações, por serem comércios tipo galpões muitas dos edifícios estão ocupando o lote por inteiro, mas não há uma integração adequada entre o espaço público. Desse número é relevante ressaltar 43,2% (cerca de 33.555m²) da zona tampão total da área analisada, correspondem à área dos

condomínios habitacionais verticais presentes. Como por exemplo o Condomínio Pampulha 8.285m² de Zona tampão, ou seja, são grandes áreas dentro dos terrenos ocupadas normalmente para estacionamentos e pequenas áreas de lazer comum.



Mapa 10 – Mapa de “zona tampão” da amostra do Setor Oeste. Fonte: Romacheli, 2018.



Mapa 11 – Mapa de “zona tampão” da amostra do Setor Res. Parque Oeste Industrial. Fonte: autora, 2019.

Foi elaborado um mapa com pontos de ativação do espaço público, para a análise da permeabilidade dos acessos, utilizou-se uma razão entre o perímetro da quadra e o número de acessos, chamado “intervalo entre acessos”. As categorias utilizadas na análise foram: intervalo entre acessos menor que 10m, entre 11 e 20m, entre 21 a 50m, entre 100 a 300m, entre 300 e 500m e, e acessos superiores a 500m. Quadras com intervalo até 20 são consideradas permeáveis, as com intervalo entre 21 a 100 são consideradas intermediárias, e as superiores a 100 são consideradas impermeáveis. Foi indentificado na área, 48% das quadras na categoria de intervalo de acesso acima de 100 m , o que indica uma grande quantidade de área onde a segurança pública e os deslocamentos não motorizados se encontram ameaçados.



Mapa 12 - Mapa dos pontos de acessos de pedestre da amostra do Setor Oeste. Fonte: Romacheli, 2018.



Mapa 13 – Mapa dos pontos de acessos de pedestre do Res. Parque Oeste Industrial. Fonte: autora, 2019.



Considerações Finais

A pesquisa buscou um entendimento do processo da “verticalização periférica”, estudando assim os empreendimentos produzidos no ano de 2007 a 2015. Foi feito através de imagens de satélite, material publicitário e outros. Objetivando assim, uma compreensão ampla deste fenômeno. O maior questionamento que foi colocado na pesquisa, se refere ao impacto da implantação massiva dessas novas tipologias no espaço público urbano lindeiro, e os impactos na segurança pública e na mobilidade urbana dos pedestres dentro das cidades. E assim fazer repensar em como se pode solucionar esses problemas levantados na pesquisa. É necessário observar e analisar as cidades, ver as suas transformações e como isso afeta as pessoas, a cidade.

Agradecimentos

A todos que contribuíram de forma direta e indireta para a realização desta pesquisa. A Universidade estadual de Goiás pela oportunidade de fazer o curso e a pesquisa. A minha orientadora Dr.^a Angélica de Amorim Romacheli., pelo empenho dedicado à elaboração deste trabalho. E aos meus amigos e familiares, pelo o incentivo e apoio.

Referências

ANITELLI, Felipe. Re) produção; repercussões de características do desenho do edifício de apartamentos paulistanos em projetos de empreendimentos no Brasil. São Carlos, 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2000.

ROMACHELI, Angélica de Amorim. A (des) construção da caminhabilidade: o boom imobiliário e a produção do espaço público em Goiânia (2007-2015). 2018. 454 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

GOOGLE. Google Earth™. Version 2.0. [S.I.]: Google Earth, jan. 2004.

GOOGLE. Google Street View™. Version Pro. [S.I.]: Google Street View, 2014.





Alteridade, urbanidade e civilização no filme “Encontros e Desencontros” de Sofia Coppola

***Ana Paula Oliveira Faria¹, anapaulaof42@gmail.com, Estudante (IC), Ademir Luiz da Silva², Pesquisador (PQ)**

BR-153 3105 Fazenda Barreiro do Meio, Anápolis - GO, 75132-903.

Resumo: O presente artigo pretende efetuar a análise do filme Encontros e Desencontros (Lost In Translation, 2003), da cineasta Sophia Coppola (Nova York, 14 de maio de 1971), como uma representação de uma narrativa que enfoca a globalização e as relações entre as personagens principais (Charlotte e Bob) em meio a uma diferente matriz civilizacional e cultural. Também entender como o espaço é retratado no filme abordando a hibridização da quinta arte (Arquitetura) com a sétima (Cinema) sendo representada por meio dos principais locais destacados ao longo do enredo, o Park Hyatt Hotel e Tóquio como cidade em si. Além disso, pretende analisar a visão da diretora na composição estética do filme juntamente com a relação de melancolia que propõe em seus longas e como isso reflete na rotina e vida de cada personagem principal. Por fim, tende considerar todas estas informações simbolizadas nas principais cenas, marcadas pelos diálogos tão expressivos.

Palavras-chave: Espaço. Relações. Cidade. Melancolia.

Introdução

A Arquitetura como qualquer outro tipo de arte também é demonstrada no mundo audiovisual, esta é destacada tendo um papel importante em diversos filmes na história do cinema. A utilização de filmes em pesquisas acadêmicas passa a ser cada vez mais comum em diversas universidades, sendo analisadas diversas questões que envolvem o espaço em que o enredo é narrado. Os “filmes DE professor” se demonstram como ilustradores de períodos históricos e servem para aprofundar discussões ajudando a formular pesquisas mais fundamentadas. No filme em questão é aproveitado um fundo histórico que discute questões ligadas a formação, destacando a globalização, o conceito de alteridade, urbanidade e civilização.

O longa-metragem Encontros e Desencontros (Lost in Translation), escrito e

¹ Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da UEG - CCET; bolsista pelo programa PIBIC/CNPq; Campus de Ciências Exatas e Tecnológica; anapaulaof42@gmail.com

² Professor Doutor, do curso de Arquitetura e Urbanismo da UEG.



dirigido por Sofia Coppola, narra a história de Charlotte (Scarlett Johanson), uma jovem estudante americana recém-formada que está passando um tempo em Tóquio devido ao trabalho de fotógrafo de seu marido John (Giovanni Ribisi). Apesar do casal estar junto no Japão, a estadia de Charlotte se demonstra solitária. Em meio a insônias e tédios rotineiros, a personagem principal conhece Bob (Bill Murray), um astro do cinema que passa pela meia-idade e que está no país para atuar em comerciais de um whisky japonês. Compartilhando da mesma solidão Charlotte e Bob se tornam amigos, descobrindo que possuem muito mais em comum.

Em relação à cidade³, esta aparece no filme como plano de fundo para as relações das personagens. É possível analisar que a Tóquio de Sofia Coppola é mostrada por tomadas curtas, rápidas e sucessivas e que toda sua grandiosidade é vista pelos telespectadores pelo ponto de vista das personagens principais, inserindo-se em seus cotidianos.

Tóquio como metrópole faz exatamente o seu papel, cidade reluzente que não para em nenhuma hora do dia. Isto é perceptível até nos momentos em que Charlotte e Bob estão nos espaços fechados do filme, o movimento e a agitação são constantes, não sendo possível dizer o momento exato em que acontecem os fatos, início da noite, madrugada ou amanhecer.

A cidade é representada como um lugar de distâncias, mas que tem em seu hotel um ambiente de aproximação das personagens. Apesar da grandiosidade de Tóquio, o hotel quase supre a necessidade das personagens principais em resolver seus problemas rotineiros. Isso fica claro no modo como eles passam a maior parte do tempo entre as paredes do hotel em que estão hospedados.

Sobre a diretora, Sofia Coppola se destaca com este filme. Depois de um período conturbado sendo apenas alguém que pega carona com a carreira do pai (Francis Ford Coppola), ela surge seguindo o caminho em audiovisual. Estreia com seu primeiro filme em 1999, *As Virgens Suicidas*, e já no segundo, *Encontros e Desencontros*, é indicada a três categorias do Oscar e leva a de melhor roteiro original.

3 Ao longo do texto, será feita a referência de Tóquio como uma cidade. Porém, levando em consideração a divisão administrativa japonesa, Tóquio é definida oficialmente como uma província.

Material e Métodos

Os principais materiais da pesquisa se dão por artigos acadêmicos e de revistas que analisam o filme por diversos viés, destacando desde o humor e a delicadeza até questões freudianas da psicanálise. Outro importante ponto que se destaca na análise do filme é o campo cinematográfico. É preciso informações a respeito de enquadramento, planos e ângulos para entender como o roteiro é influenciado pelo espaço em que o filme é retratado.

Resultados e Discussão

A estrutura do filme Encontros e Desencontros (Lost in Translation) se divide marcadamente pelos espaços onde se passam as cenas, interior vs exterior. As principais cenas ora se passam dentro do hotel (cenas calmas e tranquilas) ora pelas ruas e bares da cidade de Tóquio (cenas agitadas e caóticas). Destacando-se assim as sequências do filme que também se dividem em dois tipos: monótonas e dinâmicas. Nas cenas dinâmicas predominam cortes rápidos, remetendo a agitação de Tóquio, cidade que não para.

Os planos do filme se dão principalmente em longos e médios (long shot e medium shot) sempre procurando destacar o espaço envolvido na cena, pois este possui a característica principal do filme, sempre influenciando as personagens principais. Em alguns momentos percebemos a utilização de planos mais fechados (close-up), que apesar de proporcionarem proximidade em relação ao objeto, deixando este ocupar todo o cenário, percebemos a presença do espaço, pois este ainda assim influencia nas cenas. Em algumas outras cenas externas quando o objetivo é apresentar Tóquio é utilizado o estilo de plano contra-plonguée (destaque para as cenas em que Bob ou Charlotte andam de táxi pela cidade, sempre a observando de baixo pra cima).

O filme se demonstra como silencioso, com poucos diálogos. As cenas passam exatamente o que as personagens estão sentindo. Não é preciso muito pra entender o sentimento de solidão deles, Coppola utiliza bem dessa escolha focando

na melancolia que junto com a sensacional escolha das músicas da trilha sonora atestam o verdadeiro sentido do relacionamento que acontece entre Charlotte e Bob.

Numa análise mais profunda a respeito dos principais conceitos utilizados no filme tem-se dois importantes: o conceito de Megalópole e o de incomunicabilidade, que é resultante do primeiro. Tóquio aparece como realmente é, uma grande cidade, cheia de agitações, diversas centralidades e diferentes tipos de pessoas em constante movimento vivendo seus cotidianos.

Ao mesmo tempo em que Tóquio aparece como uma cidade com enorme concentração populacional e de intenso movimento, integração de serviços, transportes e mercadorias é também possível perceber que se a cidade fosse de outro jeito as relações que surgem ao longo do filme entre as personagens principais não existiriam. Tóquio conecta o casal. São nos modos de vivenciar a cidade que a relação se entrelaça e os dois podem viver todas as emoções de estarem ali juntos, observando e descobrindo a cidade e um ao outro.

A Tóquio real se apresenta como Megalópole que gera a incomunicabilidade entre os seus habitantes, tanto movimento, agitação e tecnologia origina relações distantes ou até a falta de relações, porém o mais marcante presenciado no filme é que tudo que a Tóquio real apresenta só foi capaz de unir mais Charlotte e Bob.

CENAS IMPORTANTES

Cena 1 - 1:04:38 - Agitação em meio as ruas de Tóquio.

Figura 1 – Cena em que Charlotte e Bob correm entre os carros nas ruas movimentadas de

Tóquio



REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis

Universidade
Estadual de Goiás

Fonte: Encontros e Desencontros (2003).

Charlotte e Bob saem apressados da boate e começam a correr nas ruas de Tóquio por entre os carros.

Bob - Ele tem “bloqueadores”. Tem espaço para correr.

Charlotte ri. Bob continua, dessa vez gritando:

Bob - Ele está cortando. Está dançando. Aonde foi?

De repente eles param em uma calçada e Charlotte aponta pra um ônibus em especial que está passando pela rua. Prossegue dizendo:

Bob - Olha só você!

No ônibus há uma imagem nada discreta de Bob, uma foto feita para a propaganda do whisky Santory, aquele ao qual Bob foi a Tóquio para o comercial de 2 milhões de dólares.

Charlote - Diga oi!

E após isso os dois acenam para o caminhão, Charlotte sorrindo ainda enquanto Bob se demonstra espantado e desacreditado, mas se mantém com seu jeito sarcástico.

Por fim a companheira de Bob diz:

Charlote - Pronto? Vamos!

Cena 2 - 1:32:15 - Cena de despedida final entre Charlotte e Bob.

Figura 2 – Cena final, Bob e Charlotte se despedem.



Fonte: Encontros e Desencontros (2003)



Depois de uma despedida não muito satisfatória Bob entra no táxi e vai a caminho do aeroporto, portanto no meio do trajeto este avista Charlotte andando na rua e pede o taxista pra parar. Bob apressadamente vai em busca da moça que quase se perde da vista dele em meio a tantas pessoas. Ele a aborda e a abraça intensamente. Os dois ficam abraçados por um breve momento, então Bob sussurra algumas palavras no ouvido de Charlotte, enquanto esta chora, por fim ele a beija. Um beijo terno de amizade onde finda tudo que passaram juntos nestes dias na cidade de Tóquio.

Bob beija o rosto de Charlotte e se despede:

Bob - Tchau!

Charlotte - Tchau!

Os dois sorriem um para o outro enquanto Bob se afasta indo ao encontro do táxi.

SOFIA COPPOLA

Sofia Carmina Coppola, americana, nascida no dia 14 de maio de 1971, filha do cineasta Francis Ford Coppola. Iniciou sua carreira bem cedo na trilogia de seu pai que viria a ser futuramente um dos principais clássicos do cinema. No primeiro filme da trilogia de Poderoso Chefão, Sofia estreia ainda bebê. Alguns anos depois retorna atuando em alguns filmes, dentre eles Poderoso Chefão III, porém como atriz se demonstra um desastre, e se torna até motivo de piadas no mundo cinematográfico.

Sofia sofre diversas críticas devido ao seu trabalho como atriz sendo um nítido exemplo de personalidade que pega carona com a carreira do pai sem se destacar por talento próprio. Mas após toda a opinião negativa que recebera Coppola mostra o contrário, resolve se aventurar atrás das câmeras. No fim da década de 80 chama a atenção ao co-roteirizar Life with Zoe, um dos episódios de Contos de Nova York, dirigido por seu pai.

A partir daí entra para o Instituto de Artes da Califórnia e descobre seu interesse por fotografia e direção. Dirige alguns curtas e finalmente em 1999 faz sua





estreia como diretora de um longa: As Virgens Suicidas, adaptação do livro homônimo de Jeffrey Eugenides. A crítica e o público o recebem bem e possui até indicações a prêmios.

Em 2003 veio o filme que viria a ser sua grande obra: Encontros e Desencontros, filme com roteiro simples e envolvente que procura mostrar como características em comum em um lugar desconhecido pode levar a uma grande e honesta amizade. Sofia acerta em todos os pontos com este novo filme. Indicado em três categorias ao Oscar, inclusive Melhor Diretora, e ganha o de Melhor Roteiro Original. É indicado também a outros prêmios e ganha alguns, como o BAFTA e Globo de Ouro.

Alguns anos depois dirigiu alguns filmes com relativo sucesso. Maria Antonieta, Um Lugar Qualquer, Bling Ring: A Gangue de Hollywood, La Traviata e seu último filme O Estranho que Nós Amamos.

SOFIA COPPOLA NA COMPOSIÇÃO DE ENCONTROS E DESENCONTROS

Um dos principais objetivos de Coppola em Encontros e Desencontros foi de aproximar o telespectador de Tóquio. Possibilitar uma sensação de estar visitando a cidade.

“Só posso dizer por que eu queria fazer o filme: para transmitir o que eu amo em Tóquio e uma visita à cidade. Trata-se de momentos na vida que são incríveis, mas não duram.” (COPPOLA, 2003) ⁴

Sofia Coppola morou alguns anos na cidade a trabalho e mantém um grande carinho por ela. Uma de suas vontades era gravar no Park Hyatt Hotel para mostrar o contraste que o hotel tem, em sua calmaria com a cidade agitada que Tóquio é. ⁵ Um dos pontos importantes que é marcadamente demonstrado durante o filme Encontros e Desencontros. Sofia também opta por mostrar a cidade da forma como

⁴ “Let’s Get Lost: Translation Talk with Sofia Coppola and Ross Katz”. Publicado em 2003. Disponível em < <http://lost-in-translation.com/qaPopup.html> > Acesso em: - .

⁵ Sofia Coppola Talks About “Lost In Translation,” Her Love Story That’s Not “Nerdy”. Publicado em 2004. Disponível em < <https://www.indiewire.com/2004/02/sofia-coppola-talks-about-lost-in-translation-her-love-story-thats-not-nerdy-79158/> > Acesso em: 28 mai. 2019.

um turista a vê, a aparência de Tóquio, ao longo do filme seu objetivo não é desvendar as profundas camadas que a cidade possui. (ISHII, 2015)

Nessa questão é possível perceber o quanto a ocidentalização do oriente predomina. É mostrado no filme uma grande cidade oriental, porém no imaginário do telespectador é impossível não relacionar a Tóquio apresentada com a cidade de Nova York. O oriente aparece como o turista do ocidente quer ver, assim a Tóquio cheia de tradições e culturas acaba se perdendo em meio aos telões e luzes que remetem a grande Maçã.

As personagens de Copolla em todos os seus filmes possuem características semelhantes, todos ligados a um estado emocional afetado, melancólico. Sofia procura explorar, seja pelo espaço ou pelas relações mantidas com as outras personagens dos filmes, toda essa questão da existência que tanto as atormentam.

Em Encontros e Desencontros o que une Charlotte e Bob são seus sentimentos de solidão, os vários momentos em que eles se submetem a observações ao espaço⁶, na verdade são reflexões a respeito de questões relativas às suas próprias vidas.

Figura 3 – Cena em que Charlotte observa a cidade pela vista de seu quarto no Hotel.



Fonte: Encontros e Desencontros (2003)

⁶ Cenas em que o foco se abre para a cidade de Tóquio, como na cena em que Charlotte observa a vista pela janela do hotel, Figura 5.



Em seus outros filmes é possível também notar essa característica emocional a ser demonstrada. Em *As virgens Suicidas* (1999), vemos nas cinco irmãs Lisbon todo o sentimento de tristeza e ócio ao serem confinadas a casa sem poderem sair sequer pra irem à escola. Como em *Encontros e Desencontros* nas cenas em que se destaca este sentimento a câmera sempre busca focar no espaço, com estilos de planos mais abertos, o local onde a personagem está a fazer suas reflexões. Como se elas pudessem se distanciar de tudo e observarem toda a situação, se aproximando e distanciando da realidade. (ISHII, 2005)

Considerações Finais

Sofia Coppola possui uma afinidade por melancolia e traz isso em todos os seus longas. Em *Encontros e Desencontros* a característica mais marcante é a maneira como o espaço, Park Hyatt Hotel e a cidade de Tóquio, interfere na vida das personagens principais. Na cena final, quando Bob abandona o táxi porque avistou Charlotte no meio da rua caminhando e corre de encontro a ela, é possível perceber na cena que em meio à multidão e todo o movimento de Tóquio os dois criaram laços intensos de amizade que jamais serão esquecidos.

Agradecimentos

Agradeço principalmente ao orientador Ademir Luiz por todas as oportunidades de aprendizado em diversas áreas de conhecimento em todos esses anos de graduação.

Referências

- BORGES. Rejane. Lost in Translation – A cumplicidade na solidão. 2014. Disponível em: <http://obviousmag.org/archives/2010/12/lost_in_translation_a_cumplicidade_na_solidaao.htm> Acesso em: 11 fev. 2019.
- CHARLES CERQUEIRA DE ARAÚJO. Gilvan. Lost in Translation: A lateralidade inefável. 2016. Disponível em: <<https://encenasaudemental.com/post-destaque/lost-in-translation-e-a>>

REALIZAÇÃO



lateralidade-inefavel/> Acesso em: 11 fev. 2019.>

ENCONTROS e desencontros. Direção: Sofia Coppola. Produção: Sofia Coppola. Estados Unidos, Japão, 2003. 102 min. Dolby Digital, Color, Formato: 35mm.

HOLANDA DE. Marina. Cinema e Arquitetura: Encontros e Desencontros (Lost in Translation). 2012. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/01-73879/cinema-e-arquitetura-encontros-e-desencontros-lost-in-translation>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

ISHII, Regiane Akemi. **Tóquio no Cinema Contemporâneo – Aproximações**. Campinas, 2015.

MICHELINI. Lucas. Sofia Coppola. 2012. Disponível em: <<http://mulheres-incriveis.blogspot.com/2012/05/sofia-coppola.html>> Acesso em: 11 fev. 2019.

MITCHELL, Wendy. Sofia Coppola Talks About “Lost In Translation. Her Love Story That’s Not “Nerdy”. Publicado em fevereiro de 2004. Disponível em: <<https://www.indiewire.com/2004/02/sofia-coppola-talks-about-lost-in-translation-her-love-story-thats-not-nerdy-79158/>> Acesso em: 20 mai. 2019.

PEREIRA DE SOUZA. André. Cidades reais e imaginárias no cinema. 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.058/491>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

RITTER. Fan. Crítica | Encontros e desencontros. 2017. Disponível em: <<https://www.planocritico.com/critica-encontros-e-desencontros/>> Acesso em: 11 fev. 2019.

Arquitetura e urbanismo: introdução a obra de Edgar Graeff e ensino

Wilton de Araujo Medeiros (PQ)

Wilton_68@hotmail.com

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Resumo: dando continuidade à investigação histórica e analítica sobre a obra de Edgar Graeff, procuramos ampliar o acervo documental e o trabalho de catalogação deste. Com esse acervo documental e leitura analítica, e embasados em escopo teórico, que possibilite identificar a “matriz de pensamento” do arquiteto em tela. Bem como, as representações do ensino de arquitetura, substancialmente posicionadas pelo autor, em duas instâncias: campo e mercado da arquitetura. Desse modo, a proposta é delinear possibilidades de compreensão da formação de um saber escolar, a partir das correlações históricas vividas – em recorte temporal, desde os anos de 1980. Considerando que a obra do autor é intrinsecamente interligada as suas vivências, tais correlações, sobretudo as “descontinuidades” e os “continuísmos” com a área da educação, são consideradas precípuas, portanto necessárias na introdução a sua obra com um todo.

Palavras-chave: Saber escolar. Pensamento arquitetônico. Obra escrita.

Introdução

Tendo a investigação sobre ensino como eixo principal, a pesquisa histórica consubstanciou-se em diversas entradas para a abordagem de variadas temáticas: ética e ensino; ensino de arquitetura; política educacional, política classista, sistematização da teoria da arquitetura e ensino; novas metodologias e ensino; tipologia da arquitetura e projeto urbano; urbanismo em Goiás; etc.

Nestas, agregou-se ao corpus documental inúmeros textos de sua autoria, os quais estão no presente momento sendo digitalizados, e, posteriormente, serão disponibilizados para outras pesquisas. Das análises documentais, produzimos e publicamos textos que permanentemente fazem referência a arquitetura brasileira e sua intrínseca relação com o ensino. Qual seja, a configuração dos percursos históricos e conceituais do pensamento projetual/arquitetônico e sobre ensino em Goiás. Identificando uma “matriz de pensamento” que possa articular essa formação do campo do conhecimento com o nível nacional.



O que demonstramos até o presente momento (MEDEIROS 2017; 2016; 2015), é que a intrínseca relação entre ensino e campo da arquitetura em nível nacional, é replicada para campo goiano. Qual seja, a configuração dos percursos históricos e conceituais do pensamento projetual/arquitetônico e sobre ensino em Goiás.

Neste bojo, a problematização em tela, é que, em nível nacional, ocorrem importantes discontinuidades no modo como se processa o ensino, na medida em que as políticas educacionais também provocam discontinuidades. Assim sendo, durante a pesquisa documental, pudemos constatar nos Anais do X Congresso Brasileiro de Arquitetos – X CBA ocorrido em novembro de 1979, em Brasília –, uma importante discontinuidade. Como um dos organizadores deste congresso, Edgar Graeff declarou à época: que “a arquitetura nacional entrou em decadência e estagnação a partir de 1964” (Revista Projeto nº 17; dezembro/1979).

Questionamos de que modo estagnação e decadência aparecem como discontinuidade ou continuísmo no contexto histórico. E, por outro lado, como isto implicou em “descontinuidades” no ensino de arquitetura, e, como isso implicou na arquitetura no passado, em âmbito nacional, anos de 1980 e 1990. Quais as correlações entre o que afirma Graeff sobre a decadência e estagnação da arquitetura brasileira, e a obra escrita que produziu como um todo.

Para que essas correlações sejam feitas, é preciso identificar de que modo a configuração de tais contextos participam na configuração de sua matriz de pensamento. Se de há de fato correspondências entre ambas configurações, a hipótese que tende a ser verificada é: tais características tendem a permanecer no decorrer dos anos de 1980, e se replicar nas décadas seguintes, mesmo que tenham ocorrido inúmeras diversificações.

Inserir aqui a Introdução (Fonte: Arial, 12).

Material e Métodos

Metodologicamente, distribuímos subtemas, a fim de que o material de pesquisa seja escaneado, e, posteriormente, fichado o conteúdo, e distribuído em





arquivos. Assim sendo, os resultados parciais são parte importante nos procedimentos metodológicos, à medida em que possibilitam análises comparativas, para posteriores análises. Sendo as análises dos materiais coletados postas em paralelo com a Revisão de Literatura. Concomitantemente, amostra e coleta de dados serão levantadas em diversas publicados em: coletâneas, revistas, jornais e livros do autor, bem como as publicações em que constam referências *on line* – inclusive as obras exclusivas, como as que se encontram nas Bibliotecas da UFRGS UFMG.

Embora não seja o objetivo da pesquisa, essas questões e hipóteses constituem parte de um trabalho biográfico, traços da trajetória profissional. Pois, essa narrativa biográfica estrutura de algum modo o percurso de relações profissionais na universidade brasileira, no que tange ao pessoal e o institucional, até mesmo do autor com o meio editorial, e até mesmo na política classista.

Da análise dos textos e do contexto: Para o desenvolvimento desta análise, se recorrerá ao método de observação e ao método comparativo (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1991). Através do qual serão investigadas quais as similaridades e especificidades entre o que disse Graeff e o que disseram outros autores da época.

Análise sobre a constituição de uma “noosfera” da arquitetura: a análise comparativa, e as observações sobre qual a abrangência e continuidade tiveram a obra do autor estudado na presente pesquisa, possibilitará a esquematização de uma “noosfera” da arquitetura, composta pelos principais autores, cujas obras aparecem de modo contínuo entre 1964 e 1994. Para tanto, observa-se as especificidades dos dizeres de Graeff e os de outros autores da época, a partir de dois núcleos documentais: 1) *Depoimentos: Inquérito Nacional de Arquitetura* (1961); *Arquitetura Brasileira após Brasília* (1978); *II Inquérito Nacional de Arquitetura* (1982); 2) Três artigos de Hugo Segawa – sobre a bibliografia da arquitetura entre 1945 e 1990: *Equívocos básicos, no mínimo* (Revista Projeto nº 49 [1983], páginas 18-19); *Brazilian architecture school e outras medidas* (Revista Projeto nº 53 [1983], páginas 70-73); *Os dez mais significativos livros de arquitetura dos anos 80* (Revista Projeto nº 129 [1990], páginas 46-53). Com isso, podemos inferir sobre a

continuidade e abrangência de sua obra, na constituição da noosfera.

Resultados e Discussão

Pudemos observar, que, a pesquisa sobre a obra escrita de Edgar Graeff, nos mostra como ocorre uma relação intrínseca entre ensino e campo da arquitetura. Assim sendo, podemos vislumbrar como ocorre no campo goiano, mas também como ocorre em nível nacional. Sendo assim, ponderamos como necessária a observação de que a investigação sobre o pensamento projetual goiano e sobre ensino a partir da obra de Graeff, não implica em prescindir da referência à arquitetura brasileira. Pelo contrário, a reforça. Observa-se mutualidade e imbricação.

Esse quadro relacional propicia uma discussão sobre como podemos observar atualmente, as mudanças que isso implicou na arquitetura no passado, em âmbito nacional. Mais especificamente, se houve estagnação e decadência na arquitetura brasileira a partir de 1964.

O que Graeff identificou como decadência, pode ser descrito como “indefinição”. O novo problema que a pesquisa recolocou, é que a maneira como essa noosfera apresenta a indefinição, tem a aparência de continuidade histórica, mas na verdade não é. Isso tem a ver como as potencialidades da aprendizagem surgidas desde então, e os seus problemas correspondentes.

Qual, seja, como se formaram esses regimes de verdade e validade, os quais restaram submersos desde o “funcionamento didático” (Chevallard 2009) até o discurso trazido a superfície pela noosfera da arquitetura brasileira. Bem como a capacidade ou não, de abstrair o “entorno” educacional, propiciando percepção e conceitualização do tempo vivido. Sem dúvida, trata-se de um “saber escolar”.

Ao identificarmos este “saber escolar”, sentido pragmático, também podemos identificar e conhecer os sujeitos envolvidos no ensino e na aprendizagem, os seus discursos e as suas posições éticas. As implicações disto, é que assim é possível analisar as correspondentes formulações teóricas subjacentes. Ou seja, admite-se a possibilidade hierárquica de uma “noosfera”. Porém, o ensino não estaria reduzido a



esta, mas a sua identificação seria pertinente na indagação sobre a natureza das mudanças históricas

Considerações Finais

Podemos considerar, que o que Graeff chama de estagnação da arquitetura brasileira a partir de 1964, pode ser interpretado como uma negação da história. Nesse ponto, a noosfera que se designou desde então, até os dias atuais, pode ser considerada pode ser considerada como possuidora de um determinado posicionamento ético de conhecimento antropomorfizado. Neste, ocorre objetificação do sujeito. Assim é que se descortinaria o que Collares (1999) chama de “continuísmo”. Essa análise nos mostra que as observações de Graeff sobre a estagnação da arquitetura brasileira não significou um ponto de ruptura. Pelo contrário, significou um retorno aos padrões institucionais conservadores. Porque se o “saber escolar”, não estando reduzido ao conhecimento acadêmico transposto – de manuais, programas, e projetos de ensino –, admite-o como “necessário para que se façam as reformulações no cotidiano da sala de aula” (ABUD, 2007, p. 115), então, temos assim um leque mais amplo, para a análise do contexto educacional e da própria de Edgar Graeff, criticamente.

Agradecimentos

Grato ao professor Fernando Fuão, pelo acesso ao acervo de Edgar Graeff na da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Referências

ABUD, K.M. A história nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula. In: MONTEIRO, A.M.; GASPARELLO, A.M.; MAGALHÃES, M.S. Ensino de





História: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2007, p. 107-117.

BRUAND, Yves. Arquitetura contemporânea no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002 [1980].

CALDAS, P. S. P. Teoria e Prática da Metodologia da Pesquisa Histórica: Reflexões sobre uma Experiência Didática. Revista de Teoria da História Ano 1, Número 3, junho/ 2010.

CERRI, L. F. Os saberes escolares e o conceito de consciência histórica. In Revista Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.4, n.11, p110-125, mai./ago. 2014. Disponível em <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/4367/2251>.

COLLARES, C. L.; MOYSÉS, M. A. A.; GERALDI, J. W. Educação continuada: A política da descontinuidade. Educação & Sociedade, ano XX, nº 68, Dezembro/99. <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a11v2068.pdf>

CHEVALLARD, Y. La transposición didáctica. Del saber sabio al saber enseñado. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 1995.

GRAEFF, Edgar. Brasília, dois caminhos para a arquitetura. In Revista Brasiliense nº 13. São Paulo, 1957.

_____. Arquitetura e o homem. Belo Horizonte: Edições Escola de Arquitetura. 1959.

_____. Arquitetura brasileira. In Revista Brasiliense n. 27, 1960.

_____. A formação teórica do arquiteto. In Cadernos de Estudos. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura – CEUA, 1961.

_____. A questão do espaço urbano. Seminário em nível de Pós-Graduação. Goiânia: Universidade Católica de Goiás/ Departamento de Artes e Arquitetura, 1974.

_____. Arquitetura brasileira após Brasília/Depoimentos. Rio de Janeiro: Edição do IAB/RJ, 1978.

_____. Edifício. Cadernos Brasileiros de Arquitetura. São Paulo: Editora Projeto, 1979a.

_____. Cidade utopia. Belo Horizonte: Vega, 1979b.

_____ Um balanço crítico das lutas pelo novo currículo mínimo. REVISTA





PROJETO (11) :21-6; 1979c.

_____. Relações de parceria: cultura e arquitetura. In Revista MODULO, edição 61 / novembro de 1980.

MEDEIROS, Wilton. Arquitetura brasileira vista por Edgar Graeff e Miguel Pereira sob os fantasmas do prestígio e da mediocridade. Apresentação de trabalho no II Colóquio Internacional Arquitetura, Derrida e Aproximações – Espectralidades e fantasmagorias na arquitetura e filosofia. Ilha Grande: UERJ/URGS, 2017. <http://derridaespectralidadesfantasmagorias.blogspot.com>

_____. Edgar Graeff e o ensino de arquitetura: o processo composicional como conhecimento. Anais do Projetar 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/36001531/Anais_do_VII_SEMIN%C3%81RIO_PROJETAR_2015__Originalidade_criatividade_e_inova%C3%A7%C3%A3o_no_projeto_contempor%C3%A2neo_ensino_pesquisa_e_pr%C3%A1tica_





Características Sócio Econômicas das Cidades onde se localiza a Unidade de Conservação Parque Nacional Chapada dos Veadeiros

Amanda Barbosa Rêgo*¹ (PQ), Joana D'arc Bardella Castro (PQ); Talita Freitas Souza Barros (PG)
Universidade Estadual de Goiás

Resumo: O cerrado é um relevante bioma nacional, sendo considerado a Savana mais rica do mundo, quanto à sua biodiversidade. Em contraposição à sua importância ambiental, sofre grande degradação humana motivada, primordialmente, pela exploração agropecuária. A Unidade de Conservação Permanente de maior relevância no cerrado é o Parque Nacional Chapada dos Veadeiros (PNCV), que se localiza nas cidades goianas de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João da Aliança. Realizou-se pesquisa bibliográfica sobre as Unidades de Conservação, PNCV e histórico das cidades em que se situa. Dados estatísticos de institutos de renome nacional foram utilizados para trazer algumas características sociais e econômicas dos municípios pesquisados. Percebeu-se que as cidades goianas que comportam a PNCV são pequenas, com uma renda salarial média menor que 02 salários mínimos e índices de Desenvolvimento Humano medianos. Há grande potencial para a exploração sustentável desta área de preservação ambiental por meio do ecoturismo, que possibilita a conservação ambiental na medida em que o Parque se torna conhecido e apreciado, além de gerar renda e trabalho para a população local.

Palavras-chave: Cerrado. Unidades de Conservação Ambiental. Desenvolvimento Sustentável.

Introdução

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, ocupando 22% do território nacional. Além disso, as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América Latina se localizam nesse ecossistema, o que gera uma grande biodiversidade, sendo conhecida como a Savana mais rica do mundo (BRASIL, 2018).

Apesar de sua importância, e perdendo somente para a Mata Atlântica, o Cerrado é o bioma brasileiro que mais sofre com a ocupação humana, ocasionada principalmente pela intensa exploração agropecuária existente ao longo de sua extensão. Há ainda o agravamento da degradação pelo fato de ser uma vegetação bastante desprotegida, pois somente 8,21% de sua extensão é legalmente constituída como Unidade de Conservação ambiental (UC) (BRASIL, 2018).

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) é a principal UC do Cerrado. Em 2017, por meio do Decreto Federal não numerado de 05 de junho de 2017, teve sua dimensão aumentada em aproximadamente quatro vezes, contando, atualmente, com a extensão de 240.000 hectares. Localiza-se no nordeste goiano, nas cidades de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás e

¹ E-mail: amandabrego@hotmail.com.



São João da Aliança. É reconhecido nacionalmente e internacionalmente como um bioma com fauna e flora extremamente ricas, tanto que em 2001 foi considerado pela Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO) como Patrimônio Natural Mundial (UNESCO, 2017).

Ao ser instituída uma UC com proteção integral, que é o caso do PNCV, algumas restrições à exploração da terra foram impostas por legislação federal e estadual. Essa regulamentação afeta diretamente os municípios que são considerados pobres, o que gerou e gerará consequências sociais e econômicas para essas regiões.

Assim, pretende-se analisar se existem impactos socioeconômicos efetivos do PNCV sobre as comunidades residentes. Para isso, será feita uma explanação sobre Unidades de Conservação, em especial sobre Parques Nacionais; um breve levantamento sobre a área de preservação Chapada dos Veadeiros e uma análise dos dados sociais e econômicos das cidades onde o PNCV se localiza.

Material e Métodos

Para a confecção do trabalho houve a utilização de pesquisa bibliográfica, baseada em livros e artigos científicos, nacionais e internacionais, com predominância de serem dos últimos 05 anos, relacionados ao tema. Há ainda, a pesquisa documental, com análise de legislação nacional e estadual, informações governamentais e observações de orçamentos públicos disponível nos Portais da Transparência.

O estudo também se fundamenta em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, Instituto Mauro Borges (IMB), entre outros. As cidades investigadas serão Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Terezina de Goiás e São João da Aliança.

Resultados e Discussão

As Unidades de Conservação e os Parques Nacionais

A Constituição Federal Brasileira de 1988 trouxe em seu texto diversas



normas que visam proteger e garantir um meio ambiente saudável à sua população. Dentre as disposições que tratam do tema, podemos ressaltar seu art. 225, §1º, III, o qual apregoa que:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (BRASIL, 1988, p.77).

Visando regulamentar este artigo, no ano 2000 foi promulgada a Lei 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Esta norma traz, em seu art. 2º a conceituação legal do que seria uma UC:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, p.01).

As UC podem ser de dois tipos; de Proteção Integral e de Proteção Sustentável². As primeiras possuem como objetivo primordial a preservação da natureza, não se permitindo a intervenção humana, exceto para a manutenção dos processos ecológicos ou pesquisas científicas. Interessante ressaltar que, para efeitos legais, este tipo de UC é considerada zona rural, incluindo a sua zona de amortecimento. Dentre as UC de proteção integral encontramos os Parques Nacionais, cuja posse e domínio são públicos (OLIVEIRA, 2017).

Os Parques Nacionais, segundo o art. 11 da lei 9.985/2000, possuem como finalidade basilar a “preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (BRASIL, 2000, p.05). É nessa

² As Unidades de Uso Sustentável têm como escopo principal harmonizar a proteção da biodiversidade e da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais pelas populações residentes (OLIVEIRA, 2017).

categoria ambiental, criada pela legislação brasileira, que se encontra o nosso objeto de estudo, o Parque Nacional Chapada dos Veadeiros.

Breve Histórico do PNCV

Pinturas rupestres indicam que a região da Chapada dos Veadeiros teve seus primeiros sinais de habitação há 10.000 anos. Como o local é de difícil acesso, vários grupos indígenas e quilombolas se refugiaram na região no século XVIII, com o intuito de se instalarem em local seguro. Em 1737 se inicia a extração das minas de ouro localizadas em Cavalcante, e posteriormente há exploração da agricultura do trigo e caça ao veado campeiro (LIMA, 2013)

Incursões ao Planalto Central, objetivando fixar a nova capital brasileira, fizeram com que Coimbra Bueno, em 1960, escrevesse uma carta para o então presidente Juscelino Kubistchek, solicitando a criação de um Parque na região, a fim de que as belezas do cerrado fossem preservadas. Em 1961 edita-se o Decreto 49.875 criando o Parque do Tocantins, com área de 625.000 hectares (LIMA, 2013).

Diante das pressões dos proprietários de terras e produtores agrícolas, por 30 anos a extensão do PNCV (esse nome foi estabelecido em 1972, pelo Decreto 70.492) foi paulatinamente diminuída, tanto que em 1990 chegou ao tamanho de 65.514 hectares (LIMA, 2013). Em setembro de 2001, Fernando Henrique Cardoso editou Decreto s/nº que praticamente quadruplicou o Parque, para 230.000 hectares (LIMA, 2013). Tal decreto foi considerado nulo pelo Supremo Tribunal Federal em agosto de 2003, através do Mandado de Segurança 24184. Recentemente, em 05 de junho de 2017, o Presidente Michel Temer edita novo Decreto s/nº ampliando a extensão do PNCV para 240.611 hectares.

De acordo com Silva et al (2018), a área de influência do PNCV se estende por 15.379,9Km². No local encontra-se o maior Território Quilombola do Brasil, o dos Kalunga; há a terra indígena dos Avá-Canoeiro; a Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto, uma Unidade de Conservação a nível estadual; 14 projetos de assentamentos naturais do INCRA e 21 Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Breve Caracterização das Cidades abrangidas pelo PNCV

Alto Paraíso é a principal cidade da Chapada dos Veadeiros, em decorrência de uma série de características: seu distrito de São Jorge é a porta de entrada para o PNCV; está a uma altitude de 1.200m, localizada sobre o que é considerado o maior bloco de cristal do planeta; localiza-se no mesmo paralelo de Machu Picchu, no Peru. Com isso, se torna um local com grandes atrativos ecológicos, místicos, religiosos e ufológicos (GOIÁS, 2013).

Segundo dados do IBGE, sua população estimada em 2018 foi de 7.558 habitantes. Os dados do censo 2010 mostram que a renda média da população do município é de 1,7 salários mínimos; seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é de R\$18.760,39, cuja maior participação de sua formação é pelo setor de serviços. O tempo médio de estudo de sua população é de 9,56 anos (09 anos, seis meses e 21 dias) e a mortalidade infantil é de 14,3 óbitos por mil nascimentos. O índice de Gini³ é de 0,65 e o IDHM⁴ é 0,713 (alto) (IBGE, 2017; PNUD, 2013).

A cidade de Cavalcante teve seu início de povoamento em 1736, em decorrência da descoberta de uma imensa mina de ouro de grande profundidade no córrego Lava Pés. Após o declínio desta exploração, tornou-se grande produtora de trigo, tanto que por muitos anos foi a maior exportadora deste produto para os EUA (CAVALCANTE, 2018). Além das riquezas ecológicas, a cidade conta com rico patrimônio cultural, pois nela habita a população quilombola Kalunga (GOIÁS, 2013).

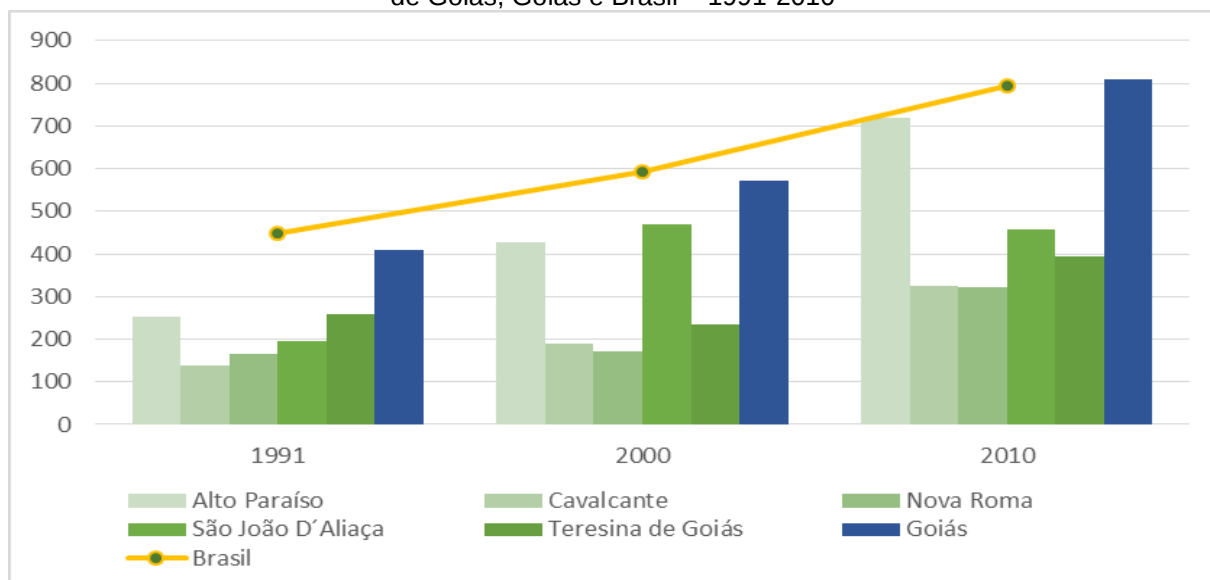
O Município tem população estimada de 9.693 pessoas. A renda média municipal é de 2,1 salários mínimos e seu PIB *per capita* é de R\$25.632,28, formado principalmente pela indústria local. A mortalidade infantil do município é de 15,4 óbitos a cada mil nascimentos e a expectativa de estudo é de 8,14 anos (8 anos, 1

³ O índice de Gini é utilizado para medir a concentração econômica de determinado grupo de pessoas. Seu valor varia de 0 a 1, de forma que no 0 temos uma economia sem qualquer desigualdade social entre a população e no 1, todo o patrimônio se concentra na mão de uma pessoa. Segundo dados de 2004, o Brasil possui o índice de 0,591 ficando na 120ª posição, na comparação entre 127 países (WOLFFENBÜTTEL, 2004).

⁴ O IDHM visa trazer dados com foco no desenvolvimento das pessoas, e não somente no desenvolvimento econômico, e tem a pretensão de trazer informações que possam nortear políticas públicas que visem à qualidade de vida da população. Para a realização de seus cálculos são observados seus componentes longevidade, educação e renda. Valores abaixo de 0,550 demonstram baixo desenvolvimento humano; entre 0,550 e 0,699 é médio; entre 0,700 e 0,799 é alto, e acima de 0,800 é considerado muito alto. O IDHM do Brasil é 0,727 (PNUD, 2013).

mês e 20 dias). Seu IDHM é de 0,584 (médio) e o índice de Gini é 0,62 (IBGE, 2017; PNUD, 2013).

Gráfico 1- Renda *Per Capita* de Alto Paraíso, Cavalcante, Nova Roma, São João D'Aliação, Teresina de Goiás, Goiás e Brasil – 1991-2010

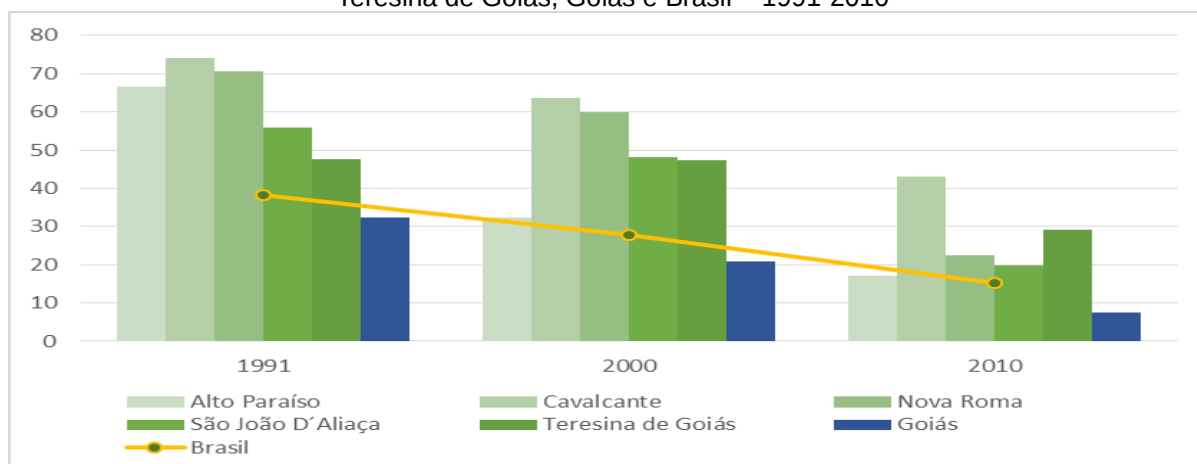


Fonte: Atlas Brasil, PNUD, 2013. Elaborado pela autora.

Teresina de Goiás é um município jovem, seu território começou a ser habitado somente em 1960, como um loteamento da cidade de Cavalcante. Em 1968 foi considerado Distrito e se emancipou em 1988 (GOIÁS, 2013). Em 2018, sua estimativa populacional era de 3.416, a renda média dos trabalhadores de 1,6 salários mínimos e seu PIB *per capita* de R\$ 8.653,41 (um dos mais baixos do Estado de Goiás), formado principalmente pelo setor de serviços. A mortalidade infantil é de 14,6 óbitos a cada mil nascimentos e a expectativa de tempo de estudo de sua população é 9,78 anos (9 anos, 9 meses e 10 dias). Seu IDHM é 0,661 (médio) e o Índice de Gini é 0,52 (IBGE, 2017; PNUD, 2013).

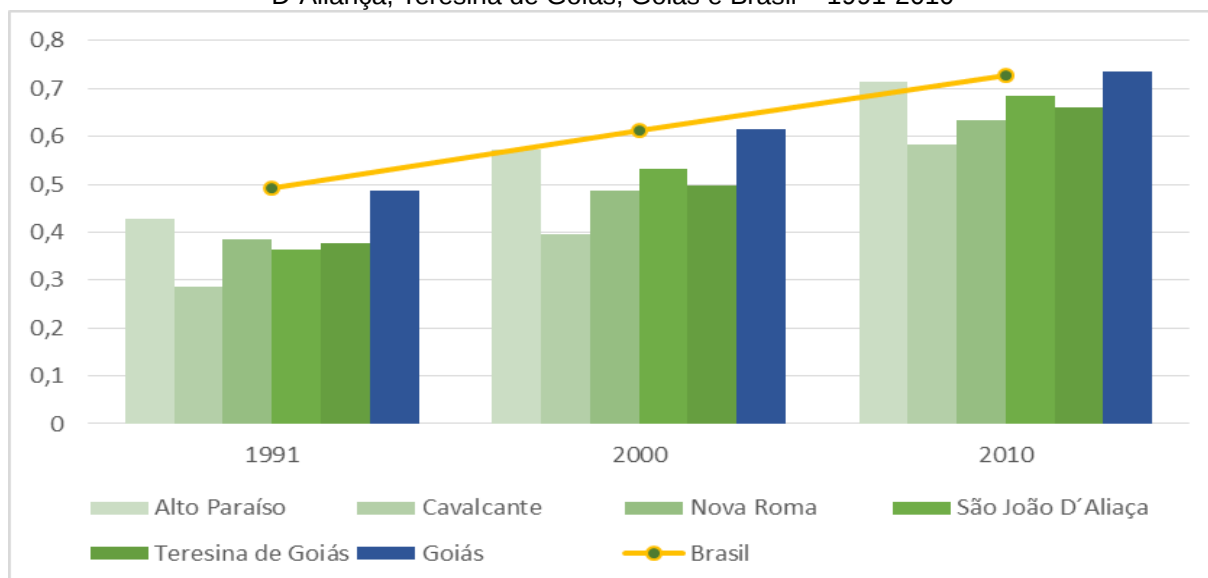
Cavalcante e Teresina de Goiás possuem estigma de serem pobres. O fato de o PIB de Cavalcante ser alto deve-se a condição de esse município receber *Royalties* da Usina Serra da Mesa, embora tal condição não gere consequências sociais, tanto que a cidade possui baixo IDHM e alta porcentagem de pobres, como é possível perceber nos gráficos abaixo (SILVA et al, 2018).

Gráfico 2- Porcentagem de Pobres de Alto Paraíso, Cavalcante, Nova Roma, São João D´Aliança, Teresina de Goiás, Goiás e Brasil – 1991-2010



Fonte: Atlas Brasil, PNUD, 2013. Elaborado pela autora.

Gráfico 3- Índice de Desenvolvimento Humano de Alto Paraíso, Cavalcante, Nova Roma, São João D´Aliança, Teresina de Goiás, Goiás e Brasil – 1991-2010



Fonte: Atlas Brasil, PNUD, 2013. Elaborado pela autora.

O local onde se encontra Nova Roma foi habitado desde o séc. XVIII, em decorrência da descoberta de ouro e de outros minérios na região. Por longo período foi distrito de Cavalcante, se tornando município autônomo somente em 1959 (NOVA ROMA, 2018). Possui população estimada de 7.558 pessoas, com renda mensal dos trabalhadores de 1,7 salários mínimos e PIB *per capita* de R\$18.760,39, oriundo principalmente da exploração agropecuária. A mortalidade infantil do município é 15

óbitos a cada mil nascimentos e a média de estudo populacional é 8,5 anos. O IDMH é 0,634 (médio) e seu índice de Gini é 0,44 (IBGE, 2017; PNUD, 2013).

São João d'Aliança começou a ser habitada em 1910. No início chamava-se Olhos D'água pela quantidade de nascentes que existia em sua região. Tornou-se vila com seu atual nome em 1931, foi extinta em 1939 convertendo-se em Distrito de Formosa; voltou a ser município somente em 1954 (SÃO JOÃO D'ALIANÇA, 2018). A estimativa em 2018 foi de uma população com 10.257 pessoas, os trabalhadores receberam em média 1,9 salários mínimos e seu PIB *per capita* foi de R\$19.019,25, impulsionado pela exploração agropecuária. A mortalidade infantil em 2010 foi de 15,0 óbitos a cada mil nascimentos e o tempo médio de estudo de sua população é estimado em 9,23 anos (9 anos, 2 meses e 22 dias). Seu IDHM foi de 0,685 (médio) e o Índice de Gini 0,53 (IBGE, 2017; PNUD, 2013).

De todas as cidades que compõem o PNCV, esse município é o único que possui área de cobertura natural menor que área de cobertura antrópica. Em 2000 a área antrópica correspondia a 67% da área de Município, já em 2015 atingiu-se os 75%, o que mostra uma alta perda de vegetação natural no local (SILVA et al, 2018).

Por meio dos dados expostos acima, nota-se que as cidades que compõem o PNCV são pequenas, com PIB baixos, pouco desenvolvidas e socialmente vulneráveis. Assim, as políticas públicas voltadas à conservação ambiental também devem planejar meios para que a riqueza natural consiga gerar renda e prosperidade regional.

Considerações Finais

A preservação ambiental vem sendo estimulada mundialmente, como pode ser percebido pelas constantes conferências internacionais realizadas para discussão e planejamentos de ações quanto ao tema. Mesmo assim, apresentou-se dados os quais demonstram que o cerrado brasileiro é um bioma esquecido pelo Poder Público; é um ecossistema que foi e continua sendo bastante devastado de acordo com os interesses de exploração agropecuária nessa região.

Além da grande extensão de terra, o PNCV comporta diversas cachoeiras com potencial hidrelétrico e importantes minas de fosfato, nióbio, manganês, ouro e



urânio. Assim, existem fortes interesses econômicos para que esta área de Preservação seja explorada mais intensamente. Ocorre que esse tipo de utilização da terra beneficia somente os grandes detentores de riqueza, pois a agropecuária, mineração e hidrelétricas geram poucos empregos e renda às cidades.

Os breves dados apresentados sobre as cidades onde o PNCV se localiza, nos mostra que se trata de uma região com a porcentagem de pobres muito acima da média nacional e do Estado de Goiás, o que demonstra grande ausência/falha das Políticas Públicas empregadas no local.

O fomento à exploração do ecoturismo se mostra uma boa alternativa para enfrentar alguns problemas que foram detectados no estudo. O turismo, se bem orientado e gerenciado, tem capacidade de preservar essa importante Unidade de Conservação; comporta grande capacidade de criação de emprego para os cidadãos; traz desenvolvimento e investimento para as cidades; mantém preservadas as comunidades e a cultura quilombola da região; é capaz de propagar a beleza e a importância de preservação do local a nível nacional e internacional.

Agradecimentos

Agradeço à minha professora orientadora Joana D'Arc Bardella Castro por acreditar em meu potencial e à minha família pelo apoio.

Referências

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O bioma cerrado**. Brasília. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado.html>>. Acesso em: 08 set de 2018.

BRASIL. **Constituição da república federativa do brasil de 1988**. Brasília, DF, out 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 08 set 2018.

BRASIL. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. **Institui o sistema nacional de unidades de conservação da natureza**. Brasília, DF, jul, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em 08 set de 2018.

CAVALCANTE, Prefeitura Municipal de. **A cidade**. Cavalcante, 2018. Disponível em: <https://www.cavalcante.go.gov.br/#cidade_link>. Acesso em 12 set 2018.

GOIÁS. Governo do Estado de. Goiás Turismo. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável (PDITS) – Polo chapada dos veadeiros**. Goiás,

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás

2013. Disponível em: < <http://www.goiasturismo.go.gov.br/downloads/prodetur/>>. Acesso em 12 set 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Institucional**. Brasil, 2017. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 set de 2018.

LIMA, Priscylla Cristina Alves de. **As RPPNs da Chapada dos Veadeiros: disposições, motivações e práticas sociais**. Dissertação – UNB. Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13884/1/2013_PriscyllaCristinaAlvesdeLima.pdf>. Acesso em 17 set 2018.

NOVA ROMA, Prefeitura Municipal de. **A cidade**. Nova Roma, 2018. Disponível em: <<http://www.novaroma.go.gov.br/pagina/144-historia>>. Acesso em 12 set 2018.

OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves de. **Direito Ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA -INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil de 2013**. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>>. Acesso em 30 mai de 2019.

SÃO JOÃO D'ALIANÇA. Prefeitura Municipal de. **História do Município**. São João D'Aliança, 2018. Disponível em: < <http://www.saojoaodalianca.go.gov.br/pagina/128-historia-do-municipio>>. Acesso em 12 set 2018.

SILVA, M. S. et, al. 30 anos de dinâmica espaço-temporal (1984-2015) da região de influência do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros – Goiás. **Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 35, 2018. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/confins/14851>>. Acesso em: 05 mar 2019.

TEREZINA DE GOIÁS, Prefeitura de. **Nossa cidade**. Teresina de Goiás, 2018. Disponível em: <http://teresinadegoias.go.gov.br/site/nossa-cidade>. Acesso em: 12 set 2018.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Representação da Unesco no Brasil. **Patrimônio natural no Brasil: áreas de proteção no cerrado**. Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/environment/natural-heritage>>. Acesso em 12 de set de 2018.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? Índice de Gini. Revista Desafios do Desenvolvimento, IPEA, Brasília, v.01, n.04, 2004.

Contribuições do PIBITI/CNPq para o desenvolvimento de Projeto de Pesquisa na área da Vigilância Epidemiológica

Patrícia Lima (IC)^{1*}, Maria Aparecida de Souza Melo (PQ)²

¹Graduanda em Administração, Bolsa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do CNPq (PIBITI/CNPq), Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas da UEG, e-mail: patriciapmali@gmail.com;

²Professora Doutora do Curso de Administração do Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Coordenadora do Projeto de Pesquisa objeto da Bolsa, Anápolis, Goiás, Brasil.

Resumo: A notificação de doenças e agravos de notificação compulsória é obrigatória às autoridades e aos profissionais de saúde, pois se constitui em principal ferramenta da Vigilância Epidemiológica para identificar a ocorrência, suspeita ou confirmada, de doença, agravo ou evento de saúde pública. A subnotificação constitui-se em principal dificuldade enfrentada pela área de vigilância, vez que as ações de prevenção e intervenção dependem da qualidade das informações produzidas pelo Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e que são registradas no Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan). Este estudo descreve os resultados das atividades desenvolvidas pela aluna de do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pertinentes ao projeto de pesquisa intitulado “Desenvolvimento e Validação de Escala para Avaliação do Processo de Notificação de Doenças e Agravos de Notificação Compulsória no Sistema Nacional de Agravos De Notificação (Sinan). Adotou-se como metodologia as abordagens de estrutura-processo-resultados e a avaliação voltada para a tomada de decisão. As atividades desenvolvidas pela Bolsa foram fundamentais para o alcance dos objetivos do projeto de pesquisa em execução e contribuíram para a inserção da estudante na área da pesquisa, com reflexos positivos em sua formação.

Palavras-chave: Vigilância Epidemiológica. Sinan. Notificação compulsória de doenças. Escala de Avaliação.

Introdução

Uma das principais ferramentas da Vigilância Epidemiológica para o gerenciamento dos riscos associados à saúde da população é a notificação de

doenças e agravos de notificação compulsória (DE SETA; DAIN, 2010; BRASIL, 2009). Assim, a ocorrência, suspeita ou confirmada, de doença, agravo ou evento de saúde pública é de notificação obrigatória, às autoridades de saúde, pelos profissionais de saúde ou responsáveis pelos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados (BRASIL, 2016). A subnotificação, ou a não notificação dos casos atendidos na rede de saúde compromete o gerenciamento da epidemiologia, vez que as informações inseridas nos sistemas públicos, em específico no Sinan, podem não representar a realidade da situação de saúde da população (OLIVEIRA *et al.*, 2004; PILLAYE; CLARKE, 2003), com reflexos negativos na eficiência das ações de controle de doenças (WALDMAN, 1998).

As ações da vigilância em saúde são voltadas para o conhecimento, detecção e prevenção de fatores determinantes ou condicionantes da saúde da população; para tanto, são coletados, processados, analisados, interpretados, avaliados e divulgados os dados sobre a situação de saúde da população para que a tomada de decisão sobre as medidas de prevenção e intervenções sejam efetivas (BRASIL, 2010); tais ações dependem da qualidade das informações produzidas pelo SNVE e o Sinan funciona como principal instrumento de informação voltado para a decisão-ação da vigilância epidemiológica (BRASIL, 2009).

Os índices de subnotificação ainda são elevados para determinadas doenças consideradas de controle prioritário pelos sistemas de vigilância, como no caso da aids (70,3%) (CAVALCANTE; RAMOS; PONTES, 2005), das Meningites (37,8%) (LEIMANN; KOIFMAN, 2009) e Tuberculose (66,6%) (FAÇANHA, 2005). Por outro lado, há estudos que mostram serem os valores deste indicador bastante pequenos e até mesmo inexistentes (Tuberculose) (BIOLCHI, 2012), o que sugere serem as distintas formas de gestão do sistema de vigilância das doenças, realizadas nos diferentes territórios brasileiros, a origem dos principais fatores associados à subnotificação.

Estudo realizado por Melo *et al.* (2018) investigou, em uma amostra de 17 (dezessete) municípios goianos, os fatores que facilitam ou dificultam a notificação de doenças e agravos de notificação compulsória. Foram realizadas 83 entrevistas com os profissionais de saúde responsáveis pela notificação de doenças nas



unidades de atendimento dos serviços de saúde públicos e privados. A categorização das respostas apontou para diversos fatores associados à subnotificação de doenças e agravos no Sinan e o material coletado é bastante rico e oferece ferramentas para a construção de instrumentos de avaliação desse nível de serviço no âmbito da Vigilância em Saúde.

Klein *et al.* (2015) realizaram uma análise bibliométrica sobre a avaliação dos serviços de saúde com foco em identificar a produção científica constante nas bases de dados online da América Latina sobre o tema avaliação de serviços de saúde no período de 2000 a 2013. As 158 produções científicas selecionadas apontaram que o tema é limitado, pois não apresenta real reflexão sobre a avaliação dos serviços de saúde e indicam a necessidade do “desenvolvimento de novas pesquisas que visam avaliar os serviços de saúde buscando conhecer com transparência o processo de trabalho e funcionamento dos serviços de saúde” (p. 7613).

“A avaliação constitui-se em um dos melhores mecanismos para responder às necessidades de planejamento e tomadas de decisões dos gestores” tendo em vista o esforço que se vem realizando para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e os desafios enfrentados (STEIN, 2013, p. 179). Reconhece-se que a avaliação contribui sobremaneira para área da Epidemiologia, por possibilitar a formulação e operacionalização das políticas voltadas para a saúde, além de que a investigação contribui para o entendimento dos determinantes da saúde e reforça a busca da equidade (PEDRAZA, 2011).

É neste contexto que se desenvolve o projeto intitulado “Desenvolvimento e Validação de Escala para Avaliação do Processo de Notificação de Doenças e Agravos de Notificação Compulsória no Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan)” (MELO, 2017), com foco em dar seguimento aos estudos na gestão da Epidemiologia. A construção da escala proposta preencherá lacuna existente na área, vez que não são encontrados na literatura revisada instrumento de avaliação para este setor dos serviços de saúde. As atividades desenvolvidas pelos alunos de iniciação científica, descritas em planos de trabalho específicos, constituíram-se em etapas previstas no projeto de pesquisa a que estão vinculadas e objetivam a



criação de um instrumento que permitirá aos gestores da Vigilância Epidemiológica o seu uso para avaliar como seus processos se desenvolvem e quais as melhorias poderão ser implementadas. Para o alcance desse propósito, definiram os seguintes objetivos descritos no Plano de Trabalho de Iniciação Científica desenvolvidos no decorrer da vigência da Bolsa: a) acompanhar e dar suporte às atividades de aplicação piloto do instrumento proposto no projeto de pesquisa; b) organizar e tabular os dados coletados na etapa de aplicação piloto do instrumento; c) acompanhar e dar suporte às atividades de coleta de dados de campo em uma amostra representativa do universo, em municípios goianos, na fase de validação do instrumento; d) receber, conferir, organizar e arquivar os Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos assentidos pela amostra estudada; e) receber, verificar, organizar e tabular os formulários respondidos na coleta de dados de campo para fins de tratamento estatístico; f) auxiliar nas atividades relacionadas à coleta de dados de campo, organização e tratamento de dados para fins de validação do instrumento objeto do projeto de pesquisa; g) acompanhar o processo de tratamento estatístico dos dados e auxiliar na elaboração de relatórios e publicações científicas.

Acredita-se que isso resultará em melhoria na saúde da população assistida, em face de que o Sinan conterá dados que melhor representem a situação epidemiológica dos assistidos. Ademais, teve como um dos focos a capacitação de alunos de graduação em atividades de pesquisas voltadas para a inovação tecnológica na área da saúde pública. Assim, a graduanda poderá obter conhecimentos sobre a temática, sobre os processos da pesquisa científica e tecnológica, com reflexos na sua formação e atuação profissional futura.

Material e Métodos

O desenvolvimento das atividades do Plano de Trabalho proposto, pela aluna de Iniciação Científica, seguiu às abordagens de Donabedian (1991) e de Habicht, Victora e Vaughan (1999), no que concerne, respectivamente, aos conceitos de estrutura-processo-resultados e à avaliação voltada à tomada de decisão. Seguiu, também, ao que dispõe a Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde,



referentemente ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido nas etapas de coleta de dados do projeto de pesquisa.

Teve início a partir da conclusão da etapa de validação de conteúdo do instrumento “Escala para a Medida do Nível de Adequação do Processo de Notificação de Doenças e Agravos de Notificação Compulsória no Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan)”. Assim, a aluna acompanhou todo o processo de aplicação piloto do instrumento em uma amostra representativa de trabalhadores da vigilância em saúde responsáveis pela notificação de doenças e agravos no Sinan. Os dados coletados nesta etapa pelos pesquisadores foram organizados e tabulados pela aluna para subsidiar a análise e tomada de decisão, no que pertine às próximas etapas do processo de validação. Em sequência, a aluna acompanhou e forneceu suporte operacional ao processo de coleta de dados realizado pelos pesquisadores com vistas à validação do instrumento, em uma amostra representativa do universo amostral. Assim, acompanhou a condução das atividades de recebimento dos formulários, organização, verificação da validade e tabulação dos dados coletados para seguimento para a etapa das análises estatísticas.

Adicionalmente, considerando a importância do desenvolvimento de recursos humanos que o projeto possibilitou, a aluna acompanhou o processo de organização e tratamentos dos dados por meio do *Software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) for Windows*, versão 20, assim como auxiliará na elaboração de relatórios e publicações científicas.

Resultados e Discussão

Os trabalhos de Iniciação Científica se desenvolveram conforme disposto no Quadro 1.



Quadro 1 – Atividades desenvolvidas pela aluno de Iniciação Científica e respectivos resultados alcançados.

Atividades	Resultados alcançados
Acompanhar e dar suporte às atividades de aplicação piloto do instrumento objeto do projeto de pesquisa	A aluna acompanhou o processo de validação semântica do instrumento e da aplicação piloto em uma amostra de trabalhadores da vigilância em saúde do município de Anápolis.
Organizar e tabular os dados coletados na etapa de aplicação piloto do instrumento	Os dados foram organizados adequadamente pela aluna de Iniciação Científica.
Acompanhar e dar suporte às atividades de coleta de dados de campo em uma amostra representativa do universo, em municípios goianos, na fase de validação do instrumento	A aluna acompanhou e deu suporte a todas as atividades que objetivaram a coleta de dados de campo para a validação do instrumento. Assim, colaborou com o envio de correspondências aos 246 municípios goianos solicitando a adesão, assim como às unidades de vigilância epidemiológica municipais que aderiram ao estudo.
Receber, conferir, organizar e arquivar os Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos assentidos pela amostra estudada	Atividade realizada de forma lenta, em face de que a adesão dos municípios ocorreu de forma lenta e após diversos contatos formais com as secretarias de saúde municipais. Os Termos foram gerados no sistema desenvolvido especificamente para a coleta de dados, mas há a necessidade de organização e de manter suporte aos respondentes, o que foi realizado pela aluna.
Receber, verificar, organizar e tabular os formulários respondidos na coleta de dados de campo para fins de tratamento estatístico.	O processo de coleta de dados ocorreu a partir de janeiro/2019 e foi acompanhada pela aluna para verificar a correta resposta dos participantes a partir de acesso ao sistema de coleta de dados.
Auxiliar nas atividades relacionadas à coleta de dados de campo, organização e tratamento de dados para fins de validação do instrumento objeto do projeto de pesquisa	Conforme dito anteriormente, a coleta dos dados teve início em janeiro/2019, e esta atividade foi realizada pela aluna adequadamente.



Atividades	Resultados alcançados
Acompanhar o processo de tratamento estatístico de dados e auxiliar na elaboração de relatórios e publicações científicas.	O processo de tratamento estatístico ainda não foi iniciado em face da dificuldade no recebimento dos dados de forma voluntária. No entanto, a aluna teve início ao acompanhamento dos planejamentos desta atividade vinculada ao projeto de pesquisa.

Fonte: elaborado pelas autoras a partir do projeto e da sua execução.

Considerações Finais

Reconhece-se que a avaliação, conforme salienta Stein (2013), constitui-se de ferramenta que contribui para a tomada de decisões dos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS), de maneira que o instrumento que se encontra na fase de validação terá aplicabilidade na gestão do Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan). Dessa maneira, tal ferramenta poderá contribuir para que as notificações de doenças e agravos se aproximem melhor da realidade da situação de saúde da população brasileira. Isso porque a qualidade das informações produzidas pelo SNVE e inseridas no Sinan funciona como principal instrumento de informação voltado para a decisão-ação da vigilância epidemiológica (BRASIL, 2009).

As contribuições que o trabalho de iniciação científica trouxe ao estudo foram fundamentais para a sua condução dentro do cronograma das atividades proposto. Além disso, a inserção de alunos da graduação em projetos de pesquisa tem importância fundamental na formação desses futuros profissionais, pois as experiências vivenciadas poderão instigá-los ao desenvolvimento de pesquisa e, por consequência, à inovação tecnológica, em especial na área da saúde. Avanços na área da gestão da saúde são necessários para que a população usufrua de serviços de qualidade que possam enfrentar os desafios dos avanços das doenças de notificação compulsória cuja lista tem se alongado nessas últimas décadas.



Agradecimentos

As autoras agradecem ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do CNPq pelo fomento à bolsa de iniciação científica: à Universidade Estadual de Goiás pelo apoio na condução do projeto de pesquisa a que a bolsa se encontra vinculada; e aos participantes do estudo – servidores das Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Goiás e da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás – pela colaboração ao desenvolvimento da pesquisa e/ou pela adesão voluntária ao processo de construção e de validação do instrumento.

Referências

BIOLCHI, A. D. V. **Perfil epidemiológico da tuberculose nos municípios de Mato Grosso do Sul** [tese de doutorado]. Rio de Janeiro (RJ); Fundação Oswaldo Cruz; 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), 2016 fev 18 n. 32; Seção 123-24.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Guia de vigilância epidemiológica**. 7. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Diretrizes Nacionais da Vigilância em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 13).

CAVALCANTE, M. S.; RAMOS JR, N. A.; PONTES, L. R. S. K. Relacionamento de sistemas de informação em saúde: uma estratégia para otimizar a vigilância das gestantes infectadas pelo HIV. **Epidemiol Serv Saude**. 2005 abr-jun; 14(2): 127-33.





DE SETA, M. H.; DAIN, S. Construção do Sistema Brasileiro de Vigilância Sanitária: argumentos para debate. **Cien Saude Coletiva**. 2010 nov; 15 Suppl 3: 3307-3317.

DONABEDIAN, A. **La calidad de la atención médica: definición y métodos de evaluación**. La Prensa Médica Mexicana, México, 1991.

FAÇANHA, M. C. Tuberculose: subnotificação de casos que evoluíram para o óbito em Fortaleza-CE. **Rev Bras Epidemiol**. 2005 mar; 8(1): 25-30.

HABICHT, J.P.; VICTORA, C.G.; VAUGHAN, J.P. Evaluation designs for adequacy, plausibility and probability of public health programme performance and impact. **Int J Epidemiol**. 1999 Feb; 28(1):10-18.

KLEIN, D. P.; SILVA, D. M. G. V.; CANEVER, B. P.; GOMES, D. C. Análise bibliométrica sobre avaliação de serviços de saúde. **Rev Enferm UFPE on line**. 2015; 9 (Supl.3): 7609-7614.

LEIMANN, B. C. Q.; KOIFMAN, R. J. Sistemas de informação oficiais de meningite criptocócica, estado do Rio de Janeiro. **Rev Saude Publica**. 2009 ago; 43(4): 717-20.

OLIVEIRA, M. T. D.C.; BARREIRA, D.; SANTOS, L. C. O.; LATORR, M. R. D. O. A subnotificação de casos de aids e municípios de serviços de saúde. RBSP. 2011 abr-jun; 24(2): 151-158.

MELO, M. A. S.; DELA COLETA, M. F.; DELA COLETA, J. A.; BEZERRA, J. C. B.; CASTRO, A. M.; MELO, A. L. S.; TEIXEIRA, R. A. G.; GOMES, D. B.; CARDOSO, H. A.. Percepção dos profissionais de saúde sobre os fatores associados à subnotificação no Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan). **Rev Adm Saúde**, v. 18, p. 1-17, 2018.





MELO, M. A. S. **Desenvolvimento e Validação de Escala para Avaliação do Processo de Notificação de Doenças e Agravos de Notificação Compulsória no Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan)**. Projeto de Pesquisa. Universidade Estadual de Goiás, Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, 2017.

OLIVEIRA, M. T. D.C.; BARREIRA, D.; SANTOS, L. C. O.; LATORR, M. R. D. O. A subnotificação de casos de aids e municípios brasileiros selecionados: uma aplicação do método de captura-recaptura. **Bol Epidemiol AIDST**. 2004 jan-jun;18(1):7-11.

PEDRAZA, D. F. Epidemiologia e avaliação de serviços de saúde. **RBSP**. 2011 abr-jun; 24(2): 151-158.

PILLAYE, J.; CLARKE, A. An evaluation of completeness o tuberculosis notification in the United Kingdom. **BM Public Health**. 2003 Oct; 3:3-31.

STEIN, A. T. A avaliação dos serviços de saúde deve ser realizada com instrumentos validados. **Epidemiol Serv Saude**. 2013; 22(1): 179-181.

WALDMAN, E. A. **Vigilância em Saúde Pública**. Vol. 7. Colab. Teresa Etsuko da Costa Rosa. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 1998 (Série Saúde e Cidadania).



DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: DIAGNÓSTICO E ANÁLISE NOS ESTADOS BRASILEIROS

Bárbara Kamilla Pereira Martins Costa¹ (IC)*, Luiz Batista Alves² (PQ). E-mail: barbaracosta.economia.22@gmail.com¹.

Universidade Estadual de Goiás – Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas Anápolis/GO.

Resumo: Objetivou-se classificar o nível de degradação ambiental, resultante da expansão agropecuária e urbana nas Unidades da Federação (UFs), com o uso da técnica estatística multivariada de análise fatorial para 21 variáveis selecionadas e cálculo do Índice de Degradação Ambiental (IDA), com dados secundários de 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa (SEEG). Os resultados apontaram que as UFs que mais degradam o meio ambiente, ou seja, com os maiores IDA são: São Paulo (1,948), Minas Gerais (1,040), Bahia (0,579), Rio Grande do Sul (0,321) e Rio de Janeiro (0,288). Dentre os Estados da região Centro-Oeste a degradação ambiental ocorre na seguinte ordem: Mato Grosso (0,145), Goiás (0,059), Distrito Federal (0,009) e Mato Grosso do Sul (-0,215). Considerados os que menos degradam o meio ambiente estão os estados de Roraima (-0,536), Amapá (-0,504), Acre (-0,438), Sergipe (-0,398) e Rondônia (-0,391). Diagnosticado os impactos ambientais nesses Estados, sugere-se que os governantes devem direcionar políticas públicas para estimular os investimentos reduzindo estes impactos ambientais e assim, estimular o processo de produção sustentável, com crescimento e desenvolvimento econômicos de forma a amenizar os impactos ambientais nesses Estados.

Palavras-chave: Agropecuário. Análise Fatorial. Sustentabilidade. Gases Efeito Estufa.

Introdução

Os impactos negativos no meio ambiente causado pelo crescimento da produção agrícola no Brasil e o estímulo a novas tecnologias, intensificou o desmatamento em algumas regiões ainda não ocupadas por atividades primárias.

O uso de agentes químicos (agrotóxicos, fertilizantes e corretivos) de forma inadequada leva a contaminação de solos e lençóis freáticos, provocando também, um potencial risco à saúde humana. Com a exploração da agropecuária, os reflexos sobre todo o ecossistema tem se intensificado, levando a perda da biodiversidade, assoreamento de rios, contaminações de água e erosões.

O setor rural foi considerado um dos elementos da industrialização e desenvolvimento econômico, dada à expansão da fronteira agrícola. Além do mais, com a expansão demográfica vinculada a inserção de novas indústrias nas grandes cidades, acarretou na emissão de gases de efeito estufa aumentando a poluição e a temperatura global.





De acordo com Alves (2012), o modelo de expansão da agropecuária e agroindústria vem se destacando cada vez mais e ganhando uma representação expressiva em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, o que contribui não somente para o crescimento e desenvolvimento econômico dos setores da economia, mas representa consequências para as diversas regiões do País, sendo elas, a degradação ambiental.

Com o uso intensivo de recursos naturais para fins econômicos e a obtenção cada vez mais de matérias-primas proveniente do setor agropecuário, tem se intensificado os danos socioambientais, fazendo grande parte dos Estados repensarem o modelo de produção, de forma que seja consciente e sustentável.

Perante o que foi exposto, para garantir a continuidade e o crescimento da indústria e agropecuária, têm se observado uma preocupação por parte do governo em relação ao desenvolvimento econômico do País no atual cenário.

Para Alves (2012), a economia nacional necessita de um impulso que aumente a produtividade do país, que possa contribuir para o processo de crescimento e o desenvolvimento, associado à sustentabilidade ambiental em todas as regiões brasileiras.

Dessa forma, a melhor maneira dos Estados brasileiros saírem do contexto de crise está baseada nas vantagens competitivas associadas ao desenvolvimento sustentável, onde poderão aumentar sua competitividade e seu planejamento estratégico, ressaltando a agropecuária, a industrialização e a educação (ALVES, 2012).

Grande parte dos Estados brasileiros consolida-se no agronegócio para obtenção de matérias-primas proveniente da agropecuária e do uso intensivo de outros recursos naturais. Partindo dessa premissa, há a necessidade de se repensar o modelo de produção que não contribua para a degradação ambiental.

O presente trabalho tem como objetivo classificar o nível de degradação ambiental, resultante da expansão agropecuária e urbana nas Unidades da Federação do Brasil no ano de 2014. Como meta, o presente estudo subsidiará na destinação de recursos públicos para atingir os objetivos de crescimento e desenvolvimento com sustentabilidade socioambiental, ou seja, amenizar os



impactos ambientais oriundos dos processos de produção atualmente adotados, de forma a manter a geração de empregos, renda e preservação da vida e manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações.

Material e Métodos

Para a obtenção do índice de degradação ambiental em nível dos Estados brasileiros, utilizar-se-á a técnica multivariada de Análise Fatorial. A escolha dessa técnica se deve ao fato da variável “degradação ambiental” ser uma variável latente, ou seja, é aquela que não pode ser observada e nem mensurada diretamente, mas explicada pelo estudo de variáveis a ela relacionado.

O estudo envolve uma base conceitual do conjunto de variáveis altamente correlacionadas, apresentando a mesma estrutura subjacente, com objetivo de reduzi-las em um número menor de fatores. Sendo assim, a análise multivariada envolve múltiplas variáveis em um único conjunto de relacionamento e tem como objetivo a análise de uma diversidade de dados, encontrando pontos comuns, permitindo assim agregá-los em grupos ou fatores de discriminação e classificando por níveis de grupos (HAIR, 2005).

Segundo Hair (2005), a análise fatorial é uma ramificação da análise multivariada e muito utilizada no diagnóstico de dados em diversas áreas do conhecimento, principalmente, na economia, psicologia e biologia. Essa técnica trabalha basicamente com uma síntese de informações de uma matriz de dados em um número reduzido de fatores. A análise fatorial contribui na explicação de um número expressivo de variáveis em relação a uma mínima quantidade de fatores; permite ainda, que a formação das variáveis estatísticas (fatores) possa maximizar seu poder de explicação do conjunto inteiro de variáveis.

Será determinada a matriz das correlações entre os indicadores originais. Pode ocorrer a existência de variáveis pouco relacionadas com as demais, apresentando tendência de baixa proporção da variância “explicada” pelos fatores comuns. Neste caso, as estatísticas KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) e o teste de Bartlett (de esfericidade) serão utilizados para testar a adequabilidade do modelo de análise fatorial. O KMO apresenta um indicador que permite comparar a magnitude dos

coeficientes de correlação, observados com as magnitudes dos coeficientes de correlação parcial que varia de 0 a 1.

As escalas para a interpretação do KMO são as seguintes: de 0,90 a 1,00: excelente; de 0,80 a 0,90: ótimo; de 0,70 a 0,80: bom; de 0,60 a 0,70: regular; de 0,50 a 0,60: ruim e de 0,00 a 0,50: inadequado (OYAMADA et al., 2013).

Para a elaboração do Índice de Degradação Ambiental (IDA), será realizada uma revisão bibliográfica dos trabalhos sobre esse tema. Primeiramente se utilizará a análise fatorial para redução da dimensão dos dados. Em seguida, para a construção do indicador final, serão estimados os pesos das variáveis por meio de modelos de regressão múltiplas, tendo a variável dependente e variável explicativa. O Índice de Degradação Ambiental será calculado por meio dos escores obtido por cada fator e sua representatividade na correlação dos dados.

O índice será calculado da seguinte forma:

$$IDA_j = \frac{\sum_{i=1}^m \varepsilon_{ji} \omega_i}{\sum_{i=1}^m \omega_i} \quad (01)$$

No qual, IDA_j é o índice de degradação ambiental do j-ésimo Estado; ε_{ji} o escore associado ao i-ésimo fator e ao j-ésimo Estado e ω_i a porcentagem explicada pelo i-ésimo fator. Segundo Silva e Ribeiro (2004), este índice representa uma medida de proporção de degradação ambiental de uma determinada região.

Nesse trabalho proposto, o número de fatores será definido conforme o nível mínimo de explicação da correlação dos dados. O modelo a ser adotado será o de Coletti (2010). Entende-se que cada fator deve participar do indicador final, somente com a participação na estrutura de correlação dos dados.

Para a elaboração do trabalho será utilizada a pesquisa bibliográfica, de dados secundários de 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa (SEEG), para as 27 Unidades da Federação para 21 variáveis selecionadas, conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 1 – Classificação dos grupos conforme variáveis selecionadas

Grupos de Variáveis	Descrição das Variáveis
---------------------	-------------------------

1. Extrativa Vegetal	X01	Produção de lenha - m3
2. Tecnologia Agrícola e Industrial	X02	Número de tratores - unidade
	X03	Número de indústrias de transformação – unidade
	X04	Área coberta com Pivôs - hectare
	X05	Número de Colheitadeira - Unidade
3. Degradação Ambiental	X06	Número de Focos de Calor - Unidade
	X07	Agrotóxicos - Tonelada
	X08	Frota de Veículos - Unidade
	X09	Gases Efeito Estufa (GEE) - Agropecuária - Tonelada
	X10	Gases Efeito Estufa (GEE) – Energia – Tonelada
	X11	Gases Efeito Estufa (GEE) – Mudança uso da terra –
	X12	Tonelada
	X13	Gases Efeito Estufa (GEE) – Processos Industriais -
	X14	Tonelada
	X15	Gases Efeito Estufa (GEE) – Resíduos – Tonelada
4. População		Área Unidades de Conservação / Área Total - %
	X16	Resíduos Sólidos Urbanos Coletado e não Tratado por Hab. (Kg/hab./dia)
		Área Desmatada (Total dos Biomas) - Km2
	X17	Densidade Demográfica - População/área em Km2
5. Caracterização Territorial	X18	Área de Mata e Floresta / Área Total
	X19	Área de Lavouras / Área Total
	X20	Área Pastagens / Área Total
	X21	Área Urbana / Área Total - %

As variáveis, relacionadas na Tabela 1, foram agrupadas em cinco grupos distintos, conforme sua relevância na explicação de fatores que possam influenciar a degradação ambiental (extrativa vegetal, tecnologia agrícola e industrial, degradação ambiental, população e caracterização territorial) conforme a contribuição de cada um na análise dos dados. Foram selecionadas vinte e uma variáveis que se

relacionam diretamente e, ou, indiretamente com a degradação ambiental nas 27 Unidades da Federação.

Para a obtenção dos resultados será utilizado o software *Statistical Package for Social Science for Windows* (IBM/SPSS) na versão 20, apropriado para a elaboração de análises estatísticas de matrizes de dados.

A seleção dos artigos para pesquisa bibliográfica se darão através da mídia eletrônica, *SciELO*, Google Acadêmico, IBGE e SEEG. As palavras de busca serão análise fatorial, índice de degradação ambiental e Estados brasileiros.

Resultados e Discussão

Para adequabilidade da análise fatorial, utilizou-se o teste de KMO (Kaiser-Meyer-Olkin). O resultado observado apontou valor do teste de 0,619, indicando uma boa adequabilidade dos dados, atendendo desta forma a classificação de Hair et al. (2005), no qual afirma que os valores superiores a 0,5 indicam a adequabilidade dos dados.

Foram extraídos 06 (seis) fatores com raízes características maiores que 1,000, contribuindo para a explicação da variância em 38,716% para o Fator 01 e 5,528% para o Fator 06, estando os demais fatores neste intervalo de modo que, em conjunto, explicam 86,187% da variância total, considerado um percentual bem significativo.

Os dados da matriz de correlação foram avaliados, usando o teste de esfericidade de Barlett, apresentando-se adequados para análise (p -valor < 0,01).

O Fator 01 (F01) encontra-se positivamente correlacionado com as variáveis X02, X03, X08, X10, X12 e X13. Portanto, são variáveis pertencentes aos grupos de tecnologia agrícola e industrial, representado pelo número de indústrias e de tratores, e degradação ambiental, representado pela frota de veículos e gases de efeito estufa, que indicam prováveis impactos da ação antrópica relacionados ao uso de tecnologia aplicada ao setor rural e urbano.

O Fator 02 (F02) encontra-se positivamente correlacionado com as variáveis X04, X07, X09 e X16. Estas pertencem à tecnologia agrícola e industrial, representado pela área coberta com pivôs, à degradação ambiental, representado

pelos agrotóxicos, gases de efeito estufa-agropecuária e área desmatada, demonstrando que a mesma contribui para o processo de degradação ambiental nos Estados brasileiros.

Analisando o Fator 03 (F03), verifica-se que o mesmo encontra-se positivamente correlacionado com as variáveis X14, X15 e X17. Estas pertencem à degradação ambiental, representado pela proporção da área das unidades de conservação em relação à área total e pelos resíduos sólidos urbanos coletados e não tratados por habitante (kg/hab./dia) e pela população representada pela densidade demográfica.

Em 2012, os Estados que mais se destacaram em termos de contribuição na degradação ambiental foram (primeiro decil) São Paulo (IDA de 1,948), Minas Gerais (IDA de 1,040) e Bahia (IDA de 0,579). Estes Estados apresentam as maiores cargas fatoriais demonstrando forte influência das variáveis em seus fatores, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Ranking dos escores fatoriais positivos, segundo os Estados, na análise fatorial de 21 indicadores (variáveis) nas Unidades da Federação, 2012.

Classif.	UF's	F01	UF's	F02	UF's	F03	UF's	F05
1º	SP	4,233	MG	3,442	DF	4,257	BA	1,039
2º	MG	0,917	GO	1,971	RJ	1,824	PB	0,956
3º	SC	0,711	MS	1,312	SP	0,619	MS	0,952
4º	RS	0,676	MT	1,311	AP	0,308	CE	0,861
5º	RJ	0,577	BA	0,873	BA	0,233	SC	0,771

Fonte: Resultados da pesquisa.

O Estado de São Paulo, tendo sua base econômica voltada a grandes indústrias de transformação (31,20%), apresenta fortes indícios de degradação ambiental, dentre eles algumas práticas como a intensificação do uso e ocupação da terra, o potencial de degradação do solo e dos rios, a poluição do ar e o uso da água pelas usinas sem retorno aos corpos d'água. Além disso, apresenta grande concentração populacional ocasionando diversos problemas ambientais, como: poluição do ar, dado ao grande fluxo de veículos existentes, redução de área verde,



moradias precárias, problemas com enchentes e ocupação desordenada do solo, dentre outras.

O que justifica o segundo lugar ao Estado de Minas Gerais é a expansão de sua base econômica na pecuária leiteira que figura como o maior produtor. Em termos práticos, todas as etapas da cadeia produtiva de carnes, leite e ovos, poluem o ar ou contribuem para as mudanças climáticas, pois o setor emite quantidades expressivas de gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono, metano e óxido nitroso. No setor agrícola se destaca na produção de cana-de-açúcar, milho, soja, café e laranja, apresentando dessa forma a utilização mais intensiva de recursos hídricos, pois apresenta o maior uso de áreas cobertas com pivôs e uso em grandes proporções de agrotóxicos nas lavouras, além de apresentar maior área de desmatamento em 2012. Em relação às indústrias de transformação (12,08%) também contribuem para o processo de degradação ambiental, devido a emissão de gases tóxicos.

Já a Bahia, com IDA de 0,579, aparece em terceiro lugar e tem em sua base produtiva as principais culturas, como a cana-de-açúcar, soja, mandioca, milho, banana, laranja e mamão. Os indícios de degradação ambiental estão fortemente associados a essas culturas, pois em seu processo de produção algumas práticas como o uso intensivo da terra, usos de recursos hídricos e o processo de geração de gases de efeito estufa devido às mudanças de uso da terra estão prevaletentes.

Considerações Finais

O setor agropecuário nos Estados brasileiros passou por transformações importantes nos últimos anos, havendo mudanças significativas na estrutura produtiva econômica. Com isso, as relações entre o setor agropecuário e industrial se estreitaram, ocasionando mudanças na forma de produzir no meio rural. Deste modo, essa ação na forma de produzir leva à degradação ambiental, com maiores impactos em alguns Estados e menores em outros, devido à atividade produtiva desenvolvida por cada um.

Os resultados obtidos pela análise fatorial permitiram obter seis fatores que contribuíram para as análises do processo de degradação ambiental. Destes, os dois





primeiros demonstraram forte correlação de que o aspecto tecnológico de produção explica a degradação ambiental tanto no meio urbano quanto no meio rural, sendo os que melhor explicam o processo de degradação ambiental.

Em nível nacional, os resultados apontaram os maiores índices de degradação ambiental para os Estados das Regiões Sudeste: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, Nordeste: Bahia, Maranhão e Ceará, e Centro-Oeste: Mato Grosso e Goiás, comprovando a intervenção antrópica nestes Estados devido à alta densidade demográfica e a presença de indústrias de transformação instaladas.

Em geral, verifica-se que os Estados que mais degradaram estão sujeitos a ação antrópica, pelas atividades da agricultura e pecuária, juntamente com a utilização de métodos e técnicas modernas no processo de produção de cada atividade. As produções que mais contribuíram para o processo de degradação ambiental foram a de cana-de-açúcar, milho, soja, café, banana, cítricos (laranja, limão e tangerina) e da pecuária de corte e de leite.

O presente estudo demonstrou que os Estados brasileiros analisados apresentam expressivas emissões de gases de efeito estufa oriundos de diversos processos de produção agropecuária, como o gás metano e das emissões que ocorrem nas grandes cidades devido a queima de combustíveis fósseis (dióxido e monóxido de carbono). A participação mais ativa dos Estados na redução desses gases é de extrema importância no uso de recursos para investimentos em melhores tecnologias para o setor agropecuário e renovação da frota existente de forma a melhorar a qualidade do ar.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao professor Luiz Batista Alves pela orientação, apoio, compreensão, confiança e ensinamento. À Universidade Estadual de Goiás pela oportunidade da pesquisa na modalidade voluntário de Iniciação Científica – VIC/UEG e pelo incentivo aos alunos a buscarem o conhecimento.

Referências

ALVES, L. B. **Análise dos fatores que influenciaram na modernização e na expansão da agropecuária no Estado de Goiás**. REFACER – Revista Eletrônica da Faculdade de Ceres. v. 1, n. 1.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



<http://ceres.facer.edu.br/revista/index.php/refacer/article/view/22/18>. 2012.

CERRI, C. C.; CERRI, C. E. P. Agricultura e aquecimento global. **Boletim da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo**. Viçosa, Minas Gerais, v. 32, p. 40-44, 2007.

COLETTI, C.; TESTEZLAF, R.; RIBEIRO, T. A. P.; SOUZA, R. T. G. de; PEREIRA, D. A. **Water quality index using multivariate factorial analysis**. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental. v. 14, n.5, p. 517-522. 2010.

CUNHA, N. R. da S.; LIMA, J. E. de; GOMES, M. F. M.; BRAGA, M. J. A **intensidade da exploração agropecuária como indicador da degradação ambiental na região dos Cerrados, Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural. vol.46 n.2, Brasília-DF, Abr./Jun. 2008.

HAIR Jr., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. Tradução de: Adonai Schulp Sant'Anna e Anselmo Chaves Neto. **Análise Multivariada de Dados**. – 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

OYAMADA, G. C.; SILVA, C. M. da; GATTI, F. Agricultura e Meio Ambiente: uma análise a partir do índice de degradação ambiental em Mato Grosso. In: LI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2013, Belém, PA. **Anais...** Belém, PA: SOBER, 2013. SILVA, J. L. C., VIDAL, C. A. S.; BARROS, L. M.; FREITA, F. R.V. Aspectos da degradação ambiental no Nordeste do Brasil. **Revista e Sustentabilidade Ambienta**. Florianópolis, v. 7, n. 2, 2018.

SILVA, R. G. da; RIBEIRO, C. G. Análise da Degradação Ambiental na Amazônia Ocidental: um Estudo de Caso dos Municípios do Acre. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 91-110, 2004.

SOARES, I. A. **Análise da degradação ambiental das áreas de preservação permanente localizadas no estuário do Rio Ceará-Mirim/RN**. Trabalho de Especialização (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

TOTTI, M. E. **Gestão das águas na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul: governança, instituição e atores**. Tese de Doutorado (Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2008.

ZAMBRANO, C.; LIMA, J. E. de. **Análise Estática Multivariada de dados socioeconômicos**. In: SANTOS, M. L. dos (ed.); VIEIRA, W. C. (ed.). Métodos quantitativos em Economia. Viçosa. Ed. UFV, 2004





Bolsa de Iniciação Tecnológica da UEG: contribuições para o desenvolvimento de pesquisa na área da Vigilância Epidemiológica

Bruna Moraes de Melo (IC)^{1*}; Maria Aparecida de Souza Melo (PQ)²

¹Graduanda em Administração, Bolsa de Iniciação Científica Tecnológica da UEG (BIT/UEG), Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas da UEG, e-mail:

brunamoraismelo@hotmail.com; ²Professora Doutora do Curso de Administração do Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Coordenadora do Projeto de Pesquisa objeto da Bolsa, Anápolis, Goiás, Brasil.

Resumo: A principal ferramenta da Vigilância Epidemiológica é a notificação compulsória e obrigatória das doenças e agravos, relacionados em Lei específica e periodicamente, identificados nas unidades de saúde, cujas informações são registradas no Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan). A principal dificuldade enfrentada pela área de vigilância é a não notificação ou a subnotificação dos casos, com reflexos negativos na qualidade das ações de prevenção e intervenção com vistas à melhoria da qualidade da saúde da população assistida. Este estudo descreve os resultados das atividades desenvolvidas pela aluna da Bolsa de Iniciação Tecnológica da Universidade Estadual de Goiás (UEG), pertinentes ao projeto de pesquisa intitulado “Desenvolvimento e Validação de Escala para Avaliação do Processo de Notificação de Doenças e Agravos de Notificação Compulsória no Sistema Nacional de Agravos De Notificação (Sinan)”. A metodologia de estudo adotou abordagens de estrutura-processo-resultados e a avaliação voltada para a tomada de decisão. Observou-se que as atividades executadas foram fundamentais para o alcance dos objetivos do projeto de pesquisa de vinculação da bolsa e contribuíram para a inserção da estudante na área da inovação tecnológica, com reflexos positivos em sua formação e na condução das atividades conforme proposto em cronograma.

Palavras-chave: Vigilância em Saúde. Sinan. Notificação compulsória de doenças. Escala de Avaliação.

Introdução

A notificação de doenças e agravos de notificação compulsória é tida como uma das principais ferramentas da Vigilância Epidemiológica para o gerenciamento

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



dos riscos associados à saúde da população (DE SETA; DAIN, 2010; BRASIL, 2009). Assim, a ocorrência, suspeita ou confirmada, de doença, agravo ou evento de saúde pública é de notificação obrigatória, às autoridades de saúde, pelos profissionais de saúde ou responsáveis pelos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados (BRASIL, 2016). A subnotificação, ou a não notificação dos casos atendidos na rede de saúde, compromete o gerenciamento da epidemiologia, vez que as informações inseridas nos sistemas públicos, em especial no Sinan, podem não representar a realidade da situação de saúde da população (OLIVEIRA *et al.*, 2004; PILLAYE; CLARKE, 2003), com reflexos na eficiência das ações de controle de doenças (WALDMAN, 1998).

As ações da vigilância em saúde são voltadas para o conhecimento, detecção e prevenção de fatores determinantes ou condicionantes da saúde da população; para tanto, são coletados, processados, analisados, interpretados, avaliados e divulgados os dados sobre a situação de saúde da população para que a tomada de decisão sobre as medidas de prevenção e intervenções sejam efetivas (BRASIL, 2010); tais ações dependem da qualidade das informações produzidas pelo Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica (SNVE) e o Sinan funciona como principal instrumento de informação voltado para a decisão-ação da vigilância epidemiológica (BRASIL, 2009).

Os índices de subnotificação ainda são elevados para determinadas doenças consideradas de controle prioritário pelos sistemas de vigilância, como no caso da aids (70,3%) (CAVALCANTE; RAMOS; PONTES, 2005), das Meningites (37,8%) (LEIMANN; KOIFMAN, 2009) e Tuberculose (66,6%) (FAÇANHA, 2005). Por outro lado, há estudos que mostram serem os valores deste indicador bastante pequenos e até mesmo inexistentes (Tuberculose) (BIOLCHI, 2012). Esses números sugerem que as distintas formas de gestão do sistema de vigilância das doenças, realizadas nos diferentes territórios brasileiros, são a origem dos principais fatores associados à subnotificação.

Estudo realizado por Melo *et al.* (2018) investigou, em uma amostra de 17 (dezessete) municípios goianos, os fatores que facilitam ou dificultam a notificação de doenças e agravos de notificação compulsória. Foram realizadas 83 entrevistas



com os profissionais de saúde responsáveis pela notificação de doenças nas unidades de atendimento dos serviços de saúde públicos e privados. A categorização das respostas apontou para diversos fatores associados à subnotificação de doenças e agravos no Sinan e o material coletado é bastante rico e oferece ferramentas para a construção de instrumentos de avaliação desse nível de serviço no âmbito da Vigilância em Saúde.

Klein *et al.* (2015) realizaram uma análise bibliométrica sobre a avaliação dos serviços de saúde com foco em identificar a produção científica constante nas bases de dados online da América Latina sobre o tema avaliação de serviços de saúde no período de 2000 a 2013. As 158 produções científicas selecionadas apontaram que o tema é limitado, pois não apresenta real reflexão sobre a avaliação dos serviços de saúde e indicam a necessidade do “desenvolvimento de novas pesquisas que visam avaliar os serviços de saúde buscando conhecer com transparência o processo de trabalho e funcionamento dos serviços de saúde” (p. 7613).

“A avaliação constitui-se em um dos melhores mecanismos para responder às necessidades de planejamento e tomadas de decisões dos gestores” tendo em vista o esforço que se vem realizando para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e os desafios enfrentados (STEIN, 2013, p. 179). Reconhece-se que a avaliação contribui sobremaneira para área da Epidemiologia, por possibilitar a formulação e operacionalização das políticas voltadas para a saúde, além de que a investigação contribui para o entendimento dos determinantes da saúde e reforça a busca da equidade (PEDRAZA, 2011).

É neste contexto que se desenvolve o projeto intitulado “Desenvolvimento e Validação de Escala para Avaliação do Processo de Notificação de Doenças e Agravos de Notificação Compulsória no Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan)” (MELO, 2017), com o propósito de dar seguimento aos estudos na gestão da Epidemiologia. A construção da escala proposta preencherá lacuna existente na área, vez que não são encontrados na literatura revisada instrumento de avaliação para este setor dos serviços de saúde. As atividades desenvolvidas pelos alunos de iniciação científica, descritas em planos de trabalho específicos, constituíram-se em





etapas previstas no projeto de pesquisa a que estão vinculadas e objetivam a criação de um instrumento que permitirá aos gestores da Vigilância Epidemiológica o seu uso para avaliar como seus processos se desenvolvem e quais as melhorias poderão ser implementadas. Para atingir este propósito, foram os seguintes os objetivos definidos no Plano de Trabalho de Iniciação Científica Tecnológica desenvolvido no decorrer das atividades da Bolsa: a) colaborar no processo de criação de um banco de dados para a seleção e adesão dos municípios goianos ao estudo; b) acompanhar e controlar a adesão dos municípios e das respectivas unidades de saúde ao estudo; c) criar banco de dados dos trabalhadores da vigilância em saúde responsáveis pela notificação de doenças e agravos de notificação compulsória no Sinan para fins de seleção da amostra; d) controlar eletronicamente os envios e recebimentos dos documentos de adesão; e) colaborar com os pesquisadores no levantamento, organização e sistematização de dados referentes às revisões sistemáticas da literatura; f) auxiliar no processo de tabulação e organização dos dados coletados para fins de tratamento estatístico; g) acompanhar o processo de tratamento estatístico de dados e auxiliar na elaboração de relatórios e publicações científicas.

Acredita-se que tais ações contribuirão para o objetivo geral do projeto a que se vincula a Bolsa, com melhoria na saúde da população assistida, vez que a ferramenta em construção possibilitará aos gestores da saúde a avaliação de seus processos, com ganhos em termos de ações que farão com que o Sinan contenha dados que melhor representem a situação epidemiológica dos assistidos. Além disso, a capacitação de alunos de graduação em atividades de pesquisas voltadas para a inovação tecnológica na área da saúde pública possibilitará à graduanda agregar conhecimentos sobre a temática, sobre os processos da pesquisa científica e tecnológica, com reflexos positivos na sua formação e atuação profissional futura.

Material e Métodos

O desenvolvimento das atividades do Plano de Trabalho proposto, pela aluna de Iniciação Científica, seguiu às abordagens de Donabedian (1991) e de Habicht,





Victora e Vaughan (1999), no que concerne, respectivamente, aos conceitos de estrutura-processo-resultados e à avaliação voltada à tomada de decisão. Seguiu, também, ao que dispõe a Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, referentemente ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido nas etapas de coleta de dados do projeto de pesquisa.

Teve início a partir da conclusão da etapa de validação de conteúdo do instrumento “Escala para a Medida do Nível de Adequação do Processo de Notificação de Doenças e Agravos de Notificação Compulsória no Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan)”. Assim, a bolsista colaborou com os pesquisadores na criação de um banco de dados para a seleção e adesão dos municípios goianos ao estudo, a partir de levantamentos realizados na Superintendência de Vigilância em Saúde (Suvisa) da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás. A partir das informações fornecidas pela Suvisa e da definição dos critérios de seleção dos municípios e unidades amostrais pelos pesquisadores, a aluna realizou o acompanhamento e controle das adesões dos municípios e unidades de saúde, bem como alimentou o banco de dados com as informações dos trabalhadores responsáveis pelas notificações compulsórias de doenças e agravos no Sinan para fins de encaminhamento do instrumento para ser respondido com vistas à sua validação. O controle de envio e de recebimento de documentos aos municípios, às unidades de saúde e aos colaboradores voluntários foi realizado pela aluna de iniciação científica.

Outra atividade de grande importância desenvolvida pela aluna de iniciação científica, em colaboração com os demais pesquisadores, referiu-se ao levantamento, organização e sistematização de dados referentes às revisões sistemáticas da literatura, vez que tal processo ocorre durante todas as etapas de execução do projeto para subsidiar nas tomadas de decisões e na elaboração das comunicações científicas sobre o estudo.

Considerando, ainda, a importância do desenvolvimento de recursos humanos que o projeto possibilitou, a aluna acompanhou parte do processo organização e tratamentos dos dados por meio do *Software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) for Windows*, versão 20, assim como auxiliou na

elaboração de relatórios e publicações científicas.

Resultados e Discussão

As atividades de Iniciação Científica se desenvolveram conforme disposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Atividades desenvolvidas pela aluna de Iniciação Científica e respectivos resultados alcançados.

Atividades	Resultados alcançados
Colaborar no processo de criação de um banco de dados para a seleção e adesão dos municípios goianos ao estudo;	As informações recebidas da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás foram sistematizadas e foram endereçadas correspondências aos 246 municípios goianos solicitando a adesão à pesquisa.
Acompanhar e controlar a adesão dos municípios e das respectivas unidades de saúde ao estudo;	Os municípios goianos aderiram voluntariamente e de forma lenta ao projeto de pesquisa. Assim sendo, esta atividade ainda se encontra mantida pelo período de tempo necessário à adesão para gerar uma amostra representativa do universo.
Criar banco de dados dos trabalhadores da vigilância em saúde responsáveis pela notificação de doenças e agravos de notificação compulsória no Sinan para fins de seleção da amostra;	O banco de dados foi criado e a alimentação com os dados tem ocorrido na medida em que foram conseguidas as adesões e as áreas da vigilância epidemiológica forneceram as informações dos trabalhadores que atuam no processo de notificação de doenças e agravos de notificação compulsória no Sinan.
Controlar eletronicamente os envios e recebimentos dos documentos de adesão;	Atividade foi execução de forma gradual, em função de que a adesão dos municípios ocorreu de forma lenta e após diversos contatos formais com as secretarias de saúde municipais, realizados pela estudante.
Colaborar com os pesquisadores no levantamento, organização e sistematização de dados referentes às revisões sistemáticas da literatura;	As colaborações ocorreram e resultaram em conhecimentos para a condução dos trabalhos do projeto de pesquisa a que o estudo se vincula.



Atividades	Resultados alcançados
Auxiliar no processo de tabulação e organização dos dados coletados para fins de tratamento estatístico	A coleta dos dados teve início em janeiro/2019 e ainda se encontra em execução, cujo acompanhamento foi realizado pela aluna adequadamente.
Acompanhar o processo de tratamento estatístico de dados e auxiliar na elaboração de relatórios e publicações científicas.	O processo de tratamento estatístico ainda não foi iniciado em face da dificuldade no recepcionamento dos dados de forma voluntária. No entanto, a aluna teve início ao acompanhamento dos planejamentos desta atividade vinculada ao projeto de pesquisa.

Fonte: elaborado pelas autoras a partir do projeto e da sua execução.

Considerações Finais

Reconhece-se que a avaliação, conforme salienta Stein (2013), constitui-se de ferramenta que contribui para a tomada de decisões dos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS), de maneira que o instrumento que se encontra na fase de validação terá aplicabilidade na gestão do Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan). Dessa maneira, tal ferramenta poderá contribuir para que as notificações de doenças e agravos se aproximem melhor da realidade da situação de saúde da população brasileira. Isso porque a qualidade das informações produzidas pelo SNVE e inseridas no Sinan funciona como principal instrumento de informação voltado para a decisão-ação da vigilância epidemiológica (BRASIL, 2009).

As contribuições que o trabalho de iniciação científica trouxe ao estudo foram fundamentais para a sua condução dentro do cronograma das atividades proposto. Além disso, a inserção de alunos da graduação em projetos de pesquisa tem importância fundamental na formação desses futuros profissionais, pois as experiências vivenciadas poderão instigá-los ao desenvolvimento de pesquisa e, por consequência, à inovação tecnológica, em especial, neste caso, na área da saúde. Avanços na área da gestão da saúde são necessários para que a população usufrua de serviços de qualidade que possam enfrentar os desafios dos avanços das doenças de notificação compulsória, cuja lista tem se alongado nessas últimas





décadas.

Agradecimentos

As autoras agradecem à Universidade Estadual de Goiás pelo fomento à bolsa de iniciação científica; aos participantes do estudo – servidores das Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Goiás e da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás – pela colaboração ao desenvolvimento da pesquisa e/ou pela adesão voluntária ao processo de construção e de validação do instrumento.

Referências

BIOLCHI, A. D. V. **Perfil epidemiológico da tuberculose nos municípios de Mato Grosso do Sul** [tese de doutorado]. Rio de Janeiro (RJ); Fundação Oswaldo Cruz; 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), 2016 fev 18 n. 32; Seção 123-24.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Guia de vigilância epidemiológica**. 7. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Diretrizes Nacionais da Vigilância em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 13).

CAVALCANTE, M. S.; RAMOS JR, N. A.; PONTES, L. R. S. K. Relacionamento de sistemas de informação em saúde: uma estratégia para otimizar a vigilância das gestantes infectadas pelo HIV. **Epidemiol Serv Saude**. 2005 abr-jun; 14(2): 127-33.

DE SETA, M. H.; DAIN, S. Construção do Sistema Brasileiro de Vigilância Sanitária: argumentos para debate. **Cien Saude Coletiva**. 2010 nov; 15 Suppl 3: 3307-3317.

DONABEDIAN, A. **La calidad de la atención médica: definición y métodos de evaluación**. La Prensa Médica Mexicana, México, 1991.

FAÇANHA, M. C. Tuberculose: subnotificação de casos que evoluíram para o óbito em



Fortaleza-CE. **Rev Bras Epidemiol**. 2005 mar; 8(1): 25-30.

HABICHT, J.P.; VICTORA, C.G.; VAUGHAN, J.P. Evaluation designs for adequacy, plausibility and probability of public health programme performance and impact. **Int J Epidemiol**. 1999 Feb; 28(1):10-18.

KLEIN, D. P.; SILVA, D. M. G. V.; CANEVER, B. P.; GOMES, D. C. Análise bibliométrica sobre avaliação de serviços de saúde. **Rev Enferm UFPE on line**. 2015; 9 (Supl.3): 7609-7614.

LEIMANN, B. C. Q.; KOIFMAN, R. J. Sistemas de informação oficiais de meningite criptocócica, estado do Rio de Janeiro. **Rev Saude Publica**. 2009 ago; 43(4): 717-20.

OLIVEIRA, M. T. D.C.; BARREIRA, D.; SANTOS, L. C. O.; LATORR, M. R. D. O. A subnotificação de casos de aids e municípios de serviços de saúde. **RBSP**. 2011 abr-jun; 24(2): 151-158.

MELO, M. A. S.; DELA COLETA, M. F.; DELA COLETA, J. A.; BEZERRA, J. C. B.; CASTRO, A. M.; MELO, A. L. S.; TEIXEIRA, R. A. G.; GOMES, D. B.; CARDOSO, H. A. Percepção dos profissionais de saúde sobre os fatores associados à subnotificação no Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan). **Rev Adm Saúde**, v. 18, p. 1-17, 2018.

MELO, M. A. S. **Desenvolvimento e Validação de Escala para Avaliação do Processo de Notificação de Doenças e Agravos de Notificação Compulsória no Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan)**. Projeto de Pesquisa. Universidade Estadual de Goiás, Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, 2017.

OLIVEIRA, M. T. D.C.; BARREIRA, D.; SANTOS, L. C. O.; LATORR, M. R. D. O. A subnotificação de casos de aids e municípios brasileiros selecionados: uma aplicação do método de captura-recaptura. **Bol Epidemiol AIDST**. 2004 jan-jun; 18(1):7-11.

PEDRAZA, D. F. Epidemiologia e avaliação de serviços de saúde. **RBSP**. 2011 abr-jun; 24(2): 151-158.

PILLAYE, J.; CLARKE, A. An evaluation of completeness o tuberculosis notification in the United Kingdom. **BM Public Health**. 2003 Oct; 3:3-31.

STEIN, A. T. A avaliação dos serviços de saúde deve ser realizada com instrumentos validados. **Epidemiol Serv Saude**. 2013; 22(1): 179-181.

WALDMAN, E. A. **Vigilância em Saúde Pública**. Vol. 7. Colab. Teresa Etsuko da Costa Rosa. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 1998 (Série Saúde e Cidadania).





ESTUDO SOBRE OS TERRITÓRIOS RURAIS E CIDADANIA DE GOIÁS – AÇÕES E ATIVIDADES DAS MULHERES RURAIS EM GOIÁS

Marcos Túlio De Almeida Frias*, estudante de IC PIBIC/UEG, UEG Campus Santa Helena de Goiás,
e-mail: mtafrias@gmail.com

Divina Aparecida Leonel Lunas, pesquisadora e orientadora, UEG Campus CSEH, e-mail:
divalunas@gmail.com

Resumo: A pesquisa tem intuito de analisar, estudar e classificar a representação da mulher nas cooperativas do estado de Goiás. A participação da mulher no setor das cooperativas, é de suma importância em razão da igualdade de gênero e de grande representação no setor rural. O trabalho conta com o objetivo final de exibir e destacar a grande diferença na equidade de gênero que existe no cooperativismo. Entende-se que com a consolidação em diversos segmentos da sociedade brasileira da importância da mulher nas atividades produtivas haverá uma elevação da participação das mulheres na gestão, especificamente em cooperativas. A metodologia do estudo foi uma pesquisa bibliográfica sobre o tema e uma pesquisa de campo com coleta de dados. Foram usados como população para a pesquisa 205 cooperativas situadas no estado de Goiás. De 205 cooperativas, houve respostas de 63 delas, 20 não estão mais em funcionamento e 122 não deram resposta de qualquer tipo. Conclui-se dos dados analisados que as mulheres ainda tem uma participação reduzida na gestão de cooperativas. Outra característica é que as cooperativas com maior participação são as ligadas diretamente a atividades femininas.

Palavras-chave: Inserir aqui as palavras-chave: Cooperativa. Participação. Gestão.

Introdução

A pesquisa tem intuito de analisar, estudar e classificar a representação da mulher nas cooperativas do estado de Goiás. A participação da mulher no setor das cooperativas, é de suma importância em razão da igualdade de gênero e de grande representação no setor rural. O trabalho conta com o objetivo final de exibir e destacar a grande diferença na equidade de gênero que existe no cooperativismo.

O cooperativismo, como definição, é caracterizado pela associação e colaboração de pessoas ou grupos com mesmo interesse. Tal doutrina, presente no estado de Goiás é estudo de interesse deste projeto. Especificamente, a participação e representatividade das mulheres nas cooperativas. A participação da mulher nesse setor é de suma importância em virtude da igualdade de gênero e de sua grande representação no setor rural.

Mas essa participação não ocorre de maneira igualitária, pois existe, concomitante à inserção das mulheres, uma tradicional divisão sexual do trabalho, trazida como herança cultural, na qual o trabalho feminino viria a ser apenas um complemento da renda familiar, apesar de a mulher atualmente estar desempenhando, em muitos setores, funções e tarefas que tradicionalmente pertenciam ao homem e ocupando cargos de chefia e de comando. (LEAL, 2012, p. 399)

Tendo em vista a tradicional divisão de tarefas, as mulheres ficam designadas a tarefas de menor importância e o papel da tomada de decisões fica atribuído ao homem. De acordo com Leal (2013), em 1844 o movimento cooperativista cresceu





com sua base a preocupação em torno bem-estar dos homens e das condições de seus trabalhadores. Na época, as mulheres eram “consideradas pelo estado e pela sociedade, extensões de seus maridos”. Porém, o cooperativismo moderno surge de maneira alternativa, com divisão mais apropriada e igualitária.

No estudo de Lima (2011), conforme citado por Bueno; Krupek (2016, p. 4) sobre a visibilidade das mulheres trabalhadoras em contextos de cooperativistas, no município de São Gonçalo, baseado em um mutirão familiar de mão de obra, a autora menciona que a divisão do trabalho se deu de acordo com a competência, tanto para um sexo, quanto para outro. As mulheres ocupavam espaços na cozinha, na contabilidade do estoque e do banco de horas. Cielo, Wenningkamp e Schmidt (2014, p. 5) completam:

A sua presença é constante em várias atividades: nas plantações, nas salas de ordenha, sobre as máquinas agrícolas, em rodadas de negócios, e ainda, em frente ao computador para acompanhar as condições climáticas ou cotações do dia. Isso comprova que, assim como em outros segmentos da sociedade, o setor agropecuário também tem possibilitado a inserção do gênero feminino.

É possível estabelecer que apesar da base tradicional e rudimentar, o cooperativismo de certa forma passou por uma evolução em termos de inclusão feminina em sua composição. Entretanto, apesar da diferença cultural que ocorreu de 1884 até 2018, Krupek Bueno (2016) diz: “[...] as mulheres ainda estão em posição diferenciada, ou seja, em menor número, o que por si só demanda mais estudos para entender essa diferenciação.”, e termina com “[...] as mulheres não se deixam de lado apenas por se tratar de um serviço tipicamente masculino, pelo contrário, se motivam ainda mais em aprender algo novo, vindo de seu esforço para realização do sonho.”, o que demonstra a vontade da mulher em estar inserida no meio.

Mais dificuldades são explícitas por Cielo, Wenningkamp e Schmidt (2014, p.15), que afirmam:

[...] são muitos os desafios e dificuldades enfrentadas pelas mulheres na conquista de um espaço no mercado de trabalho, principalmente em relação as questões culturais do papel assumido pela mulher, de mãe e “dona de casa”, aliado ao trabalho formal, remunerado e cujas vagas são ocupadas predominantemente por homens.

Conforme os autores, é difícil se livrar do estigma imposto por décadas de opressão direcionada sobre as mulheres. O conceito de “dona de casa” ainda é presenciado na sociedade atual, principalmente no interior do país e nas zonas rurais. Os autores ainda afirmam que: “[...] aliadas ao aspecto da ‘invisibilidade’, tem-se ainda defasagem sociais, lacunas na educação e no treinamento, bem como falta de acesso aos serviços financeiros e aos recursos produtivos [...]”.

Estes e outros indicativos refletem na atual composição das cooperativas. Em entrevista realizada por Leal (2013) nos cooperados da COOMAFITT, tal indagação surge: “Visto que todos os entrevistados consideram importante a participação das mulheres, cabe saber como fazer essa inserção.”. Burg (2015), citado por Leal (2013), comenta que não é suficiente constatar as diferenças entre os sexos, mas é imprescindível considerar como elas foram construídas social e culturalmente. No quesito de solução, Cielo, Wenningkamp e Schmidt (2014) inferem que “a inserção





feminina nas atividades rurais requer antes de tudo, uma mudança comportamental e cultural dos próprios homens, em sua grande maioria, chefes de família.”.

Entende-se que com a consolidação em diversos segmentos da sociedade brasileira da importância da mulher nas atividades produtivas haverá uma elevação da participação das mulheres na gestão, especificamente em cooperativas. Este processo não será rápido pela rigidez observada em mudanças de comportamento social no campo devido a fatores históricos de liderança do sexo masculino na tomada de decisões e de posse da propriedade rural. No entanto, há mudanças já na questão da propriedade rural que cada vez mais tem na titularidade sexos femininos e esta mudança impacta diretamente na tomada de decisões, alterando cenários de gestão e organização nas propriedades rurais.

Material e Métodos

O objetivo do projeto é estudar a representatividade e participação da mulher nos cargos de diretoria das cooperativas do estado de Goiás. A partir deste estudo, é construído um banco de dados em que serão feitas análises sobre o resultado encontrado. Então, é feita a análise dos dados e a respectiva conclusão.

Neste estudo, a primeira etapa constou de uma análise bibliográfica para descrever o contexto da participação e representatividade da mulher rural. Ocorreu um levantamento bibliográfico das principais literaturas e pesquisas sobre a questão de gênero no Brasil e em Goiás.

Após tal etapa foi feito o levantamento de dados secundários quanto dados estatísticos sobre a participação das mulheres rurais nas diretorias e associações e cooperativas rurais em Goiás. Os dados coletados foram descritos, analisados e interpretados visando caracterizar o perfil da mulher rural e suas ações por meio das informações disponíveis sobre os territórios rurais e da cidadania (SIT, 2018).

A análise foi utilizada na última etapa da pesquisa para finalização do relatório final. Esta descrição indicará as perspectivas quanto a participação das mulheres rurais na gestão nos tipos de entidades estudadas na pesquisa.

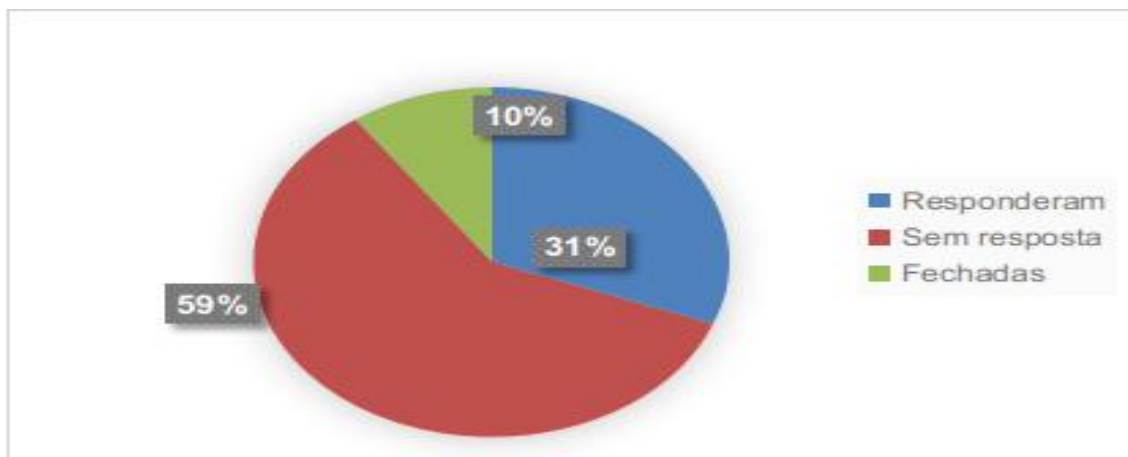
Resultados e Discussão

O projeto se iniciou com o estudo e recolhimento de artigos sobre cooperativismo e mulheres no seu meio. Um banco de dados então foi elaborado com os dados de contatos das empresas e a coleta de informações foi iniciada. Neste banco se destacam as mulheres que se apresentam nos cargos de diretoria das cooperativas. Os dados foram coletados do website oficial da OBC-GO/SESCOOP-GO.

Foram usados como população para a pesquisa 205 cooperativas situadas no estado de Goiás. De 205 cooperativas, houve respostas de 63 delas, 20 não estão mais em funcionamento e 122 não deram resposta de qualquer tipo. O contato foi feito inicialmente através de e-mail, e caso não houvesse resposta, eram feitas até 3 ligações no número encontrado na base do website.

A Figura 1 apresenta os dados referente a pesquisa realizada e as respostas

obtidas.

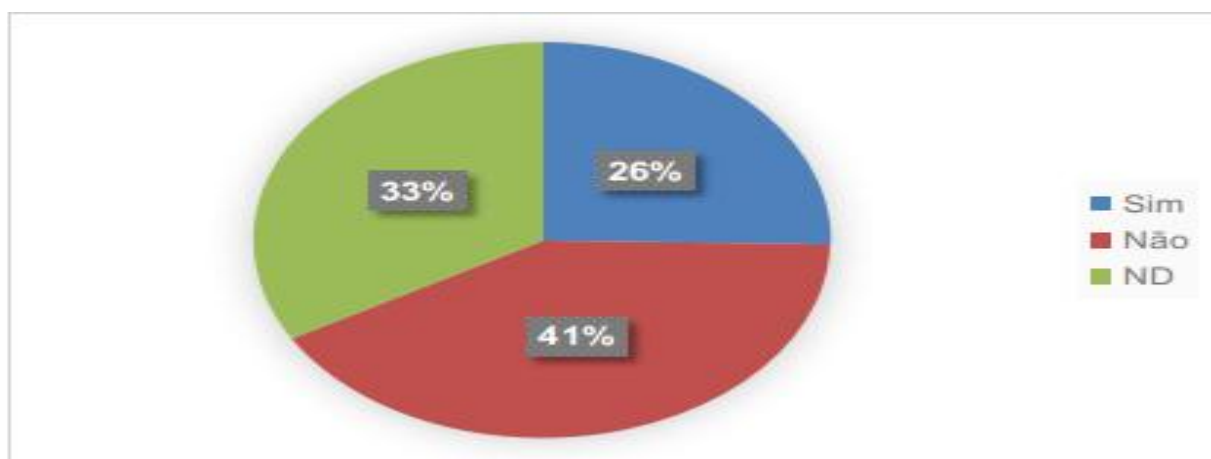


Fonte: Própria (2019).

Figura 1 - Cooperativas pesquisadas.

De 63 empresas que responderam ao questionamento, 16 responderam positivamente, 26 negativamente e 21 não quiseram divulgar os dados ou por falta dos mesmos ou outros motivos. Observa-se que a maioria das empresas não apresentaram interesse em participar da pesquisa, podendo ser um indicativo de desconhecimento ou mesmo falta de interesse pela sociedade civil em pesquisas acadêmicas que poderiam contribuir com seus resultados para um desenho de políticas públicas mais eficientes.

A Figura 2 apresenta os dados referente a participação das mulheres na gestão das cooperativas.



Fonte: Própria (2019).

Figura 2 - Cooperativas com mulheres no cargo de diretoria.

Entre todas as respostas positivas, o maior número de mulheres nos cargos de diretoria foi cinco.



Com o número de dados avaliados é possível tirar certas conclusões. Contudo, a quantidade de cooperativas em que não foi possível estabelecer o contato, leva-nos a conclusão de que a base de dados utilizada está desatualizada, com muitos números que não existem mais ou e-mails não mais utilizados. Entretanto, através da amostra já é possível ver certa tendência entre as cooperativas em que há um número maior que zero em seus cargos de diretoria.

O primeiro ponto a considerar é que na cooperativa em que houve o maior número de mulheres no cargo de diretoria, é uma cooperativa de bordados, em que sua composição é majoritariamente feminina. Apesar disso, não é um demérito tal feito visto a dificuldade em achar esta composição nas cooperativas atuais.

Entre as cooperativas que a seguem no número, não é possível tirar mais conclusões além de elementares sem que elas sejam precipitadas ou até mesmo errôneas. Logo, a necessidade de uma pesquisa mais focada é evidente e necessária nas cooperativas em que houve uma resposta positiva.

Relativo a associações sem resposta, é de se acreditar que o banco de dados utilizado, apesar de ser a primeira referência encontrada e talvez a única no que se refere as cooperativas do estado, está seriamente desatualizado e acredita-se não ser mais viável sua utilização como banco de dados confiável.

Considerações Finais

A pesquisa teve resultado considerável e esperado, já que a pressuposição é de que haveria um número maior de respostas negativas do que positivas. A partir da mesma é possível inferir um número maior de pesquisas que partam dessa, já que o estudo sobre este evento é de suma-importância, como discutido anteriormente.

Em ideais circunstâncias, aconteceria uma taxa de 100% de respostas, porém, há uma grande limitação em tal fim, visto que muitas das cooperativas em que houve tentativa de contato são pequenas e se encontravam com sua forma de contato desatualizada, mesmo por outras fontes. Contudo, é satisfatório este estudo e fonte de possível pesquisa sobre a participação da mulher nas cooperativas. Indicando que as mulheres ainda tem uma participação reduzida na gestão de cooperativas. Outra característica é que as cooperativas com maior participação são as ligadas diretamente a atividades femininas.

Agradecimentos

A minha orientadora, pela sua disponibilidade e paciência no desenvolvimento do trabalho.
A minha mãe pela ajuda com as incontáveis ligações a procura de informações.
Agradeço também as cooperativas que ajudaram e disponibilizaram seu tempo nesta missão.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



Referências

CIELO, Ivanete Daga; WENNINGKAMP, Keila Raquel; SCHMIDT, Carla Maria. **A Participação Feminina no Agronegócio: O Caso da Coopavel – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel. Revista Capital Científico.** Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCE), v. 12, n. 1, jan./mar., 2014.

BUENO, Viviane Krupek; KNUPPEL, Maria Aparecida Crissi. **A Participação da Mulher no Cooperativismo: Um estudo a partir de pesquisas em relação a temática.** Disponível em:
<<http://www.infocos.org.br/publicacresol/upload/trabalhosfinal/216.pdf>> Acesso em: 16 de janeiro de 2019.

LEAL, Adriana Ribeiro; COTRIM, Décio. **A inserção das mulheres no Cooperativismo: estudo de caso COOMAFITT.** Disponível em:
<<http://livrozilla.com/doc/636702/a-inser%C3%A7%C3%A3o-das-mulheres-no-cooperativismo--estudo-de-caso>> Acesso em: 16 de janeiro de 2019.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO TERRITORIAL – SIT. Disponível em
<<http://sit.mda.gov.br/mapa.php?opcaomapa=TR&modo=0>> Acessado em: 02 de abril de 2018

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



Gestão pública municipal: Uma análise sobre a Despesa com Pessoal no Município de Luziânia segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Arlene Carvalho Lisboa¹ (IC)* arlenelila03@gmail.com, Francisco Alberto Severo de Almeida² (PQ).

Ueg Câmpus Luziânia – Av do Trabalhador Gleba B/4 , Distrito Agroindustrial, 72800000, Luziânia, Goiás.

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, de 4 de Maio de 2000, ao longo desse tempo vem prestando um importante papel contribuindo aos gestores públicos para uma administração responsável e transparente. Uma das exigências mais complexas tem sido a limitação da despesa com pessoal que tem colaborado para o equilíbrio das contas públicas. Essa pesquisa teve como objetivo analisar os gastos com pessoal no Município de Luziânia, Goiás, no período de 2012 à 2017, segundo os parâmetros estabelecidos pela LRF, verificando os limites impostos e a evolução do gasto com pessoal em relação a Receita Corrente Líquida. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, o procedimento utilizado foi de levantamento bibliográfico, estudo da LRF e sua aplicabilidade em relação a despesa com pessoal no Município. Os dados coletados foram retirados do Portal do Município, onde se encontra o Relatório de Gestão Fiscal e o Demonstrativo de Despesa com Pessoal. O estudo revela variações dos percentuais da despesa com pessoal em relação à RCL nos anos analisados.

Palavras-chave: Lei de Responsabilidade Fiscal. Despesa com Pessoal. Limite de Despesa com Pessoal.

Introdução

Ao longo dos anos, após o processo de democratização, o Brasil vem passando por diversas transformações na administração pública. Os gastos excessivos a receitas, a falta de transparência e de mecanismos legais para o controle econômico das finanças públicas, geraram desequilíbrio fiscal, causando crises nas finanças e um endividamento público expressivo. Almeida e Ferreira (2005, p. 1) enuncia que:

A pressão sobre os gastos públicos após a redemocratização do país e a falta de mecanismos legais e de experiência no controle fiscal provocaram uma sucessão de déficits primários que resultou em uma trajetória explosiva das dívidas dos estados.

Os problemas de má administração pública têm suas origens provenientes de desvios históricos, através do mau uso dos recursos públicos e, nessa perspectiva, na falta de mecanismos reguladores e de controle da gestão de arrecadação, aplicação e controle do uso dos recursos disponíveis, carecemos de políticas públicas consequentes e responsáveis que possam atender às necessidades



primárias da população bem como alcançar um equilíbrio das contas públicas, já que nos deparamos com um setor público muito endividado.

Nesse sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal, surgiu como o mecanismo necessário para manter o equilíbrio das finanças públicas, estabelecendo regras e limites, reduzindo a atividade do mal uso dos recursos públicos que gera desequilíbrio em todas as esferas do governo. Assim diz Almeida e Ferreira (2005, p.4)

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece regras e limites a fim de assegurar o equilíbrio das finanças públicas, restringindo a ação de governantes perdulários em práticas obscuras de utilização dos recursos públicos, provocando o descontrole financeiro dos entes federativos.

Devido aos processos de descentralização federativa, universalização dos direitos da cidadania e a instituição da seguridade social, os municípios tornaram-se essenciais na formulação e na execução das políticas públicas brasileiras, redefinindo o seu papel, após as diversas mudanças na gestão pública do país, principalmente, após a Constituição de 1988 e, algumas décadas depois, a Lei de Responsabilidade Fiscal, ampliando as competências tributárias e as responsabilidades de gastos municipais.

Assim, essa pesquisa é de grande valia para a sociedade, a comunidade científica, os gestores públicos e, a todos os demais interessados, mediante a análise da evolução dos indicadores de gastos com pessoal do Município de Luziânia, transparecer a gestão da administração municipal em relação aos gastos com pessoal no período de 2012 à 2017, a partir dos parâmetros estabelecidos pela Lei 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Material e Métodos

O estudo foi desenvolvido mediante levantamento bibliográfico com dados secundários por meio de: livros, artigos periódicos e internet. Trata-se de uma pesquisa de abordagem exploratória, visando sobre o surgimento da LRF, a importância, aplicabilidade e entendimento dos objetivos da Lei referente a Despesa com Pessoal. O método de pesquisa é qualitativa, de forma a compreender o



contexto do problema, perceber variáveis dos dados e assimilar a aplicação dos resultados, uma vez que o foco é a verificação do cumprimento da LRF quanto ao estabelecido para a apresentação de seus relatórios.

Foi utilizado o portal de transparência da prefeitura de Luziânia, onde está disponível os Relatórios de Gestão Fiscal e os Demonstrativos de Despesa com Pessoal do município.

A pesquisa foi desenvolvida da seguinte forma: estudo sobre a administração pública municipal mediante a LRF; estudo sobre os processos de tomadas de contas do município na despesa com pessoal segundo a LRF; análise dos conceitos e fundamentos da Lei de Responsabilidade Fiscal e demais legislações.

A Lei Complementar n.º 101, em 04 de maio de 2000, publicada no Diário Oficial da União, em 05 de maio de 2000, entrou para a história como o Código de Regras para a Gestão Fiscal da administração pública brasileira, gerando verdadeiro choque cultural nos responsáveis dos recursos públicos, nas três esferas do governo: Federal, Estadual e Municipal, na intenção de prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, com a ação planejada e transparente do gestor, o cumprimento de metas de resultados e prestação de contas entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições. Almeida e Ferreira (2005, p.4) diz que: “Os gestores devem buscar o equilíbrio das contas públicas mediante ação planejada e transparente, prestando contas de quanto e como gastam os recursos públicos.”

A falta de transparência e o uso irresponsável nas contas públicas, refletiu negativamente na economia do País, gerando uma grande crise financeira, pois, naquela época, não existiam as atuais normas de transparência e responsabilidade fiscal. Como resposta a má administração dos recursos públicos, ao desequilíbrio fiscal, foi aprovada a Lei Complementar Nº 101 de 4 de Maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, como declara Almeida e Ferreira (2005, p. 1): “A Lei surgiu como resposta ao desequilíbrio fiscal e financeiro dos governos estaduais e municipais, partindo do diagnóstico de que esse era resultado da gestão irresponsável dos recursos públicos.”

O Art. 1º § 1º da LRF enuncia que:





A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receitas, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. (BRASIL, 2000).

Nesse sentido, todas as esferas do governo, Estadual, municipal e Federal são obrigados a discriminar a diferença entre Receita e Despesa, conhecer os parâmetros estabelecidos pela LRF, LDO, LOA e, os limites de gastos para cada ente federativo.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte, tem como principal finalidade orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dos orçamentos fiscais e da seguridade social e de investimento do Poder Público, incluindo os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e as empresas públicas e autarquias.

A Lei Orçamentária Anual – LOA é um planejamento que indica quanto e onde gastar o recurso público federal no período de um ano, com base no valor total arrecadado pelos impostos. O projeto de Lei Orçamentária Anual para União, Estados, Distrito Federal e Municípios deverá ser elaborado respeitando as diretrizes e prioridades estabelecidas na LDO e os parâmetros e limites fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal foi estabelecido os limites de gasto com pessoal para cada ente federal. Podemos verificar através da leitura do caput do texto constitucional: “Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.” (BRASIL, 1988).

Art. 19, incisos I, II, III:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinquenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento). (BRASIL, 2000).

Na esfera Federal, 50% da RCL, assim distribuídos:

2,5% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas da União;

6% para o Judiciário;





40,9% para o Executivo;
0,6% para o Ministério Público da União.

Na esfera Estadual, 60% da RCL, assim distribuídos:

3% para o Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Estado;
6% para o Judiciário;
49% para o Executivo;
2% para o Ministério Público dos Estados.

Na esfera Municipal, 60% da RCL, assim distribuídos:

6% para o Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Município;
54% para o Poder Executivo.

O RGF abrange as informações referentes à consecução das metas fiscais e dos limites de que trata a Lei. A LRF determina que o RGF deverá ser emitido quadrimestralmente e disponibilizado ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder. O prazo é encerrado em 30 de maio, para o primeiro quadrimestre; em 30 de setembro, para o segundo quadrimestre; e em 30 de janeiro do ano subsequente ao de referência, para o terceiro quadrimestre.

A Despesa Total com Pessoal é o somatório de todas as despesas vinculadas a despesa com Pessoal: ativos, inativos, pensionistas, mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares, qualquer espécie remuneratória como: vencimentos e vantagens, fixos e variáveis, adicionais, gratificações, horas extras, entre outros que menciona o Art. 18.

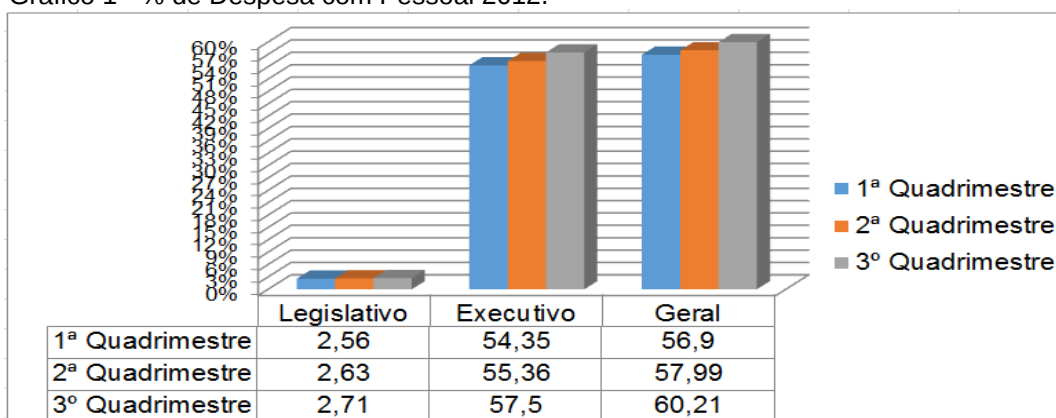
Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias de um governo no que se refere a receita de tributos, contribuições, patrimônios, indústrias, agropecuária, serviços, transferências correntes, entre outras receitas de tributos citados no Art. 2, sobre o qual se calculam fundamentais restrições financeiras para todos os entes da Federação.

Resultados e Discussão

Para analisar o que foi proposto na pesquisa, foram reproduzidos os Demonstrativos de Despesa com Pessoal do Portal de Transparência do Município de Luziânia, Goiás, dos anos de 2012 à 2017.

Conforme os dados dos demonstrativos do ano de 2012, do primeiro ao terceiro quadrimestre, representados pelo gráfico 1, podemos observar que o município cumpriu com o determinado em Lei no que se refere ao limite estabelecido no Art. 20, inciso III, alínea “a” da LRF, que determina o limite de 6% para o Poder Legislativo, porém, no tocante ao Poder Executivo, o município ultrapassou o limite de 54% estabelecido no Art. 20, inciso III, alínea “b” da LRF. No terceiro quadrimestre foi ultrapassado o limite geral de 60%.

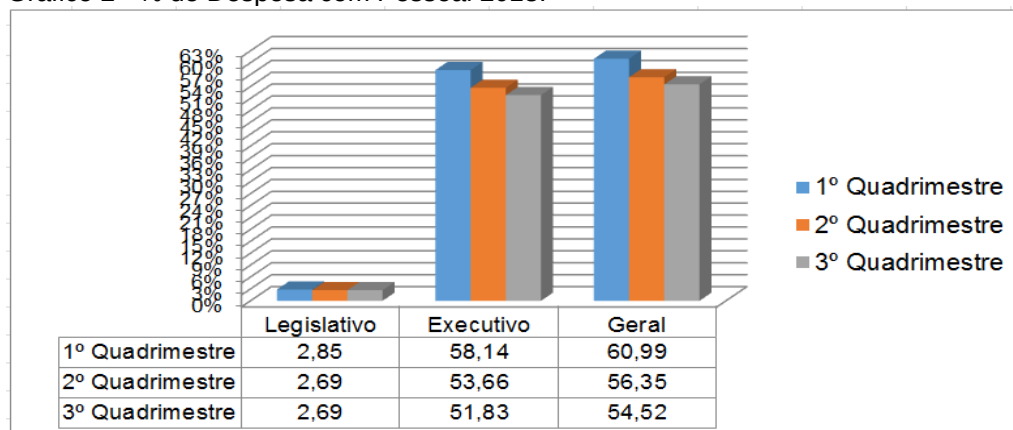
Gráfico 1 - % de Despesa com Pessoal 2012.



Fonte: Adaptado de Goiás (2012, p 1-8).

Tendo em base os demonstrativos do primeiro ao terceiro quadrimestre do ano de 2013, representados pelo gráfico 2, fica evidente o cumprimento do limite estabelecido para o Poder Legislativo. O Poder Executivo cumpriu com o limite máximo no segundo e terceiro quadrimestre, no entanto, no primeiro quadrimestre, ultrapassou o limite. No que concerne ao limite geral, o município ultrapassou no primeiro quadrimestre.

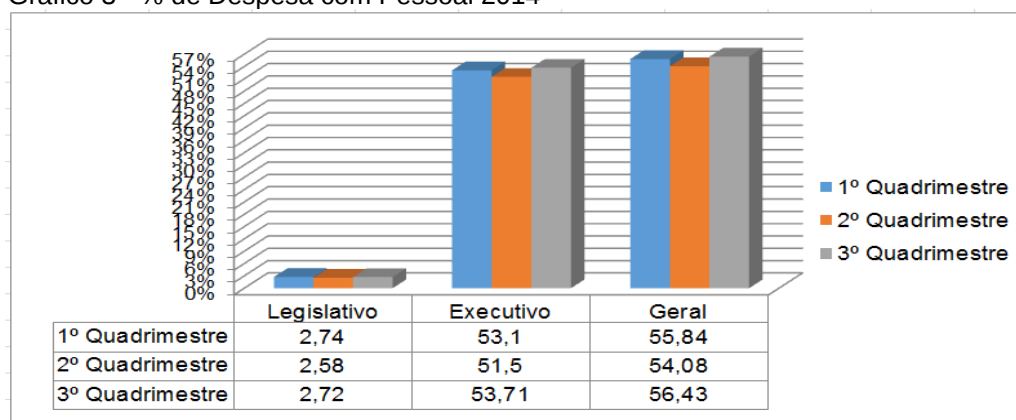
Gráfico 2 - % de Despesa com Pessoal 2013.



Fonte: Adaptado de Goiás (2013, p 1-10).

Os demonstrativos do ano de 2014, representados pelo gráfico 3, indica que foi cumprido o determinado no Art. 19, inciso II e Art. 20, inciso III, alínea “a” e “B” da Lei de Responsabilidade Fiscal que trata do limite geral e a distribuição para o Poder Legislativo e Executivo.

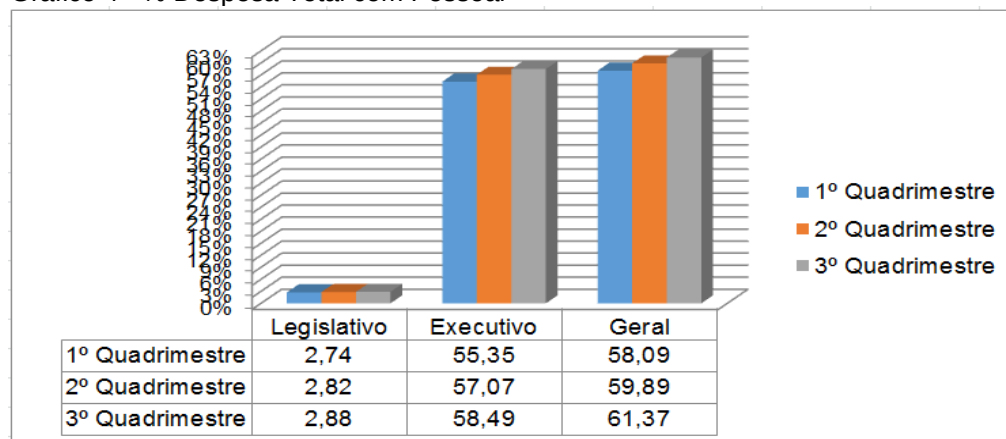
Gráfico 3 - % de Despesa com Pessoal 2014



Fonte: Adaptado de Goiás (2014, p 1-10).

Os Demonstrativos de Despesa com pessoal do ano de 2015, representados pelo gráfico 4, aponta que o Poder Legislativo cumpriu com o limite máximo da LRF, todavia, ultrapassou o limite máximo de 54% destinado ao Poder executivo no primeiro, segundo e terceiro quadrimestre de 2015. Quanto ao limite geral foi ultrapassado no terceiro quadrimestre.

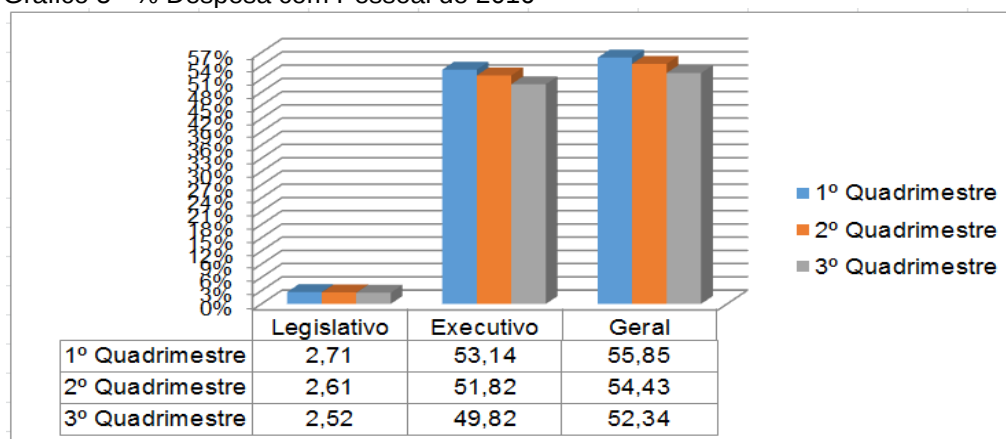
Gráfico 4 - % Despesa Total com Pessoal



Fonte: Adaptado de Goiás (2015, p 1-9).

Os demonstrativos do ano de 2016, representados pelo gráfico 5, comprova que o município cumpriu com as exigências da LRF para o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o limite geral.

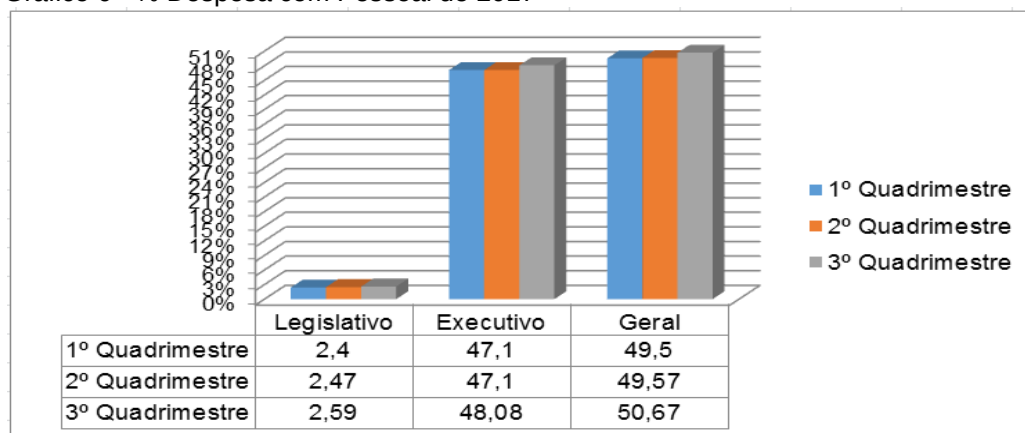
Gráfico 5 - % Despesa com Pessoal de 2016



Fonte: Adaptado de Goiás (2016, p 1-11).

Os demonstrativos do primeiro, segundo e terceiro quadrimestre do exercício de 2017, representados pelo gráfico 6, mostra que o município cumpriu com as exigências no Art. 19, inciso II e Art. 20, inciso III, alínea “a” e “b” da LRF.

Gráfico 6 - % Despesa com Pessoal de 2017



Fonte: Adaptado de Goiás (2016, p 1-11).

Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar os gastos relacionados com pessoal no Município de Luziânia, Goiás. Esse propósito foi atingido mediante levantamento de dados do Demonstrativo de Despesa com Pessoal nos anos de 2012 a 2017. Os objetivos específicos foram alcançados por meio de elaboração do referencial teórico pela LRF e as conceituações obtidas na lei.

A Lei Complementar nº 101/2000 determina medidas para controle, contribuição e imposição de limites com os gastos com pessoal no setor público. São fatores que causam impacto na gestão com relação à análise dos gastos e qualificam as tomadas de decisões dentro dos limites impostos pela LRF.

Conforme os Demonstrativos de Despesa com Pessoal, o Poder Legislativo do município em estudo, cumpriu com os limites estabelecidos pelo Art. 20, inciso III, alínea “a” da Lei de Responsabilidade Fiscal. O percentual de gasto com pessoal do Poder Legislativo mantém estabilidade, apresentando comportamento de gasto semelhante e, muito abaixo do estabelecido, entretanto, o percentual de gasto com pessoal do Poder executivo, aponta variáveis, a maioria ultrapassando o limite estabelecido pela LRF, tendo inclinações no primeiro e terceiro quadrimestre de 2017, porém, somando-se as duas variáveis, o resultado, na maioria dos quadrimestres, não ultrapassam o limite geral. Os dados apontam que a maioria dos gestores do município de Luziânia, cumpriu com o estabelecido em lei, somente o



terceiro quadrimestre de 2012, o primeiro quadrimestre de 2013 e terceiro quadrimestre de 2015 ultrapassou o limite de 60%, os demais quadrimestres, mantêm oscilações de despesas, porém, dentro do limite máximo de 60%.

Embora que, o percentual máximo ultrapassado seja pequeno, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem o estudo relacionadas a despesa com pessoal, como investigação a respeito das sanções e penalidades aplicadas ao descumprimento do limite estabelecido pela LRF.

Agradecimentos

Bolsista de iniciação científica apoiado pela UEG no Programa de Bolsa de Iniciação Científica da UEG(BIC-UEG).

Referências

ALMEIDA, Francisco Alberto Severo, Ferreira Fábio Gomes, **Lei de Responsabilidade Fiscal como instrumento de controle e ajuste das dívidas dos Estados, o**. In: XXIV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOSSIAÇÃO DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 24., 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005. Disponível em:

<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2005-apsb-2220.pdf>

Acesso em 15 Dez. 2018.

BRASIL, **Lei Complementar nº 101, de 10 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2000. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm

Acesso 15 Dez. 2018.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Acesso 18 Dez. 2018.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2012.

GOIÁS, município de Luziânia. **Relatório de Gestão Fiscal**. Luziânia: Prefeitura de Luziânia, 2012. Disponível em:

<http://www.luziania.go.gov.br/index.php/transparencia/responsabilidade-fiscal.html>

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás

Acesso 5 Jan. 2019.

_____. **Relatório de Gestão Fiscal.** Luziânia: Prefeitura de Luziânia, 2013. Disponível em:
<http://www.luziania.go.gov.br/index.php/transparencia/responsabilidade-fiscal.html>
Acesso 5 Jan. 2019.

_____. **Relatório de Gestão Fiscal.** Luziânia: Prefeitura de Luziânia, 2014. Disponível em:
<http://www.luziania.go.gov.br/index.php/transparencia/responsabilidade-fiscal.html>
Acesso 5 Jan. 2019.

_____. **Relatório de Gestão Fiscal.** Luziânia: Prefeitura de Luziânia, 2015. Disponível em:
<http://www.luziania.go.gov.br/index.php/transparencia/responsabilidade-fiscal.html>
Acesso 5 Jan. 2019.

_____. **Relatório de Gestão Fiscal.** Luziânia: Prefeitura de Luziânia, 2016. Disponível em:
<http://www.luziania.go.gov.br/index.php/transparencia/responsabilidade-fiscal.html>
Acesso 5 Jan. 2019.

_____. **Relatório de Gestão Fiscal.** Luziânia: Prefeitura de Luziânia, 2017. Disponível em:
<http://www.luziania.go.gov.br/index.php/transparencia/responsabilidade-fiscal.html>
Acesso 5 Jan. 2019.

_____. **Relatório de Gestão Fiscal.** Luziânia: Câmara Municipal de Luziânia, 2016. Disponível em:
<http://www.luziania.go.leg.br/transparencia/orcamento-e-financas/quadrimestre-3-2016/demonstrativo-das-despesas-com-pessoal-3-2016/view>
Acesso 22 Jan. 2019.

_____. **Relatório de Gestão Fiscal.** Luziânia: Câmara Municipal de Luziânia, 2017. Disponível em:
<http://www.luziania.go.leg.br/transparencia/orcamento-e-financas/2017/segundo-quadrimestre-2017/demonstrativo-das-despesas-com-pessoal-2-2017/view>
Acesso 22 Jan. 2019.

NASCIMENTO, E. R. & DEBUS, I. **Lei Complementar nº 101/2000:** entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, MF, 2002.



SANTOS, T. da G. M. et al. **Tópicos Especiais de Finanças Públicas**. In: BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. 2º Prêmio STN de Monografias. Brasília: ESAF, 1998.

TESOURO NACIONAL. **Relatório de Gestão Fiscal**. [2012?]. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/relatorio-de-gestao-fiscal>
Acesso 07 Fev. 2019.



Goiânia em imagens: cultura e identidade em registros audiovisuais

Tainara Diniz do Santos (IC) ^{1*}, Ademir Luiz da Silva (PQ)

Universidade Estadual de Goiás

Resumo: Nenhum processo de formação de uma cidade ocorre sem fatores predominantes, os quais favorecem na constituição de sua cultura local. Assim, tendo em vista a necessidade de uma análise conjunta da construção histórica junto com a formação da identidade do município de Anápolis, tendo como intuito reconhecer a sua interferência no processo de desenvolvimento da cidade de Goiânia, é feito aqui uma pesquisa de como a memória, que constitui a identidade da cidade, se materializa na imagem de sua arquitetura, em seu urbanismo e em sua história. Para tanto, é tido como base a análise do livro De Antas a Anápolis - A história de formação do município de Daniel Araújo Alves. Desta forma, pretende-se esclarecer a existência de uma tensão entre permanências e mudanças durante seu processo de formação, de Vila a Manchester Goiana. Pretende-se analisar também a possível ocorrência de uma nítida separação entre passado e presente na cidade ou se ao invés disso ocorre a presença de uma possível continuidade entre os tempos.

Palavras-chave: Anápolis. Manchester Goiana. Urbanismo.

Introdução

A cidade de Anápolis é reconhecida atualmente como sendo um dos mais importantes pontos econômicos do Estado de Goiás. Desta forma, como tema principal desta pesquisa temos o estudo do processo que levou Anápolis ao título de Manchester Goiana, referência a rica cidade industrial britânica. Assim, compreendemos como se implantou o caráter próspero do município que desde cedo, provou ser um símbolo do futuro presente no interior do Brasil. Entretanto, de forma paralela a esse desenvolvimento da cidade, surgia devido a uma política de interiorização feita no governo de Getúlio Vargas, o símbolo do “novo” em meio ao cerrado goiano. Personificado na nova capital de Goiás, Goiânia tornou-se a “grande bandeira dessa pretensa modernidade sertaneja. Era a modernidade almejada, capaz de integrar o estado ao resto do país e, ao mesmo tempo, tirá-lo da pobreza” (GONÇALVES, 2003, p.21).

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, na Universidade Estadual de Goiás.

tainaradiniz@hotmail.com

O fato da nova capital, projetada por Atílio Correia Lima, ser consolidada baseando-se nos princípios da Carta de Atenas fez com que durante todo o tempo de sua formação houvessem amplos estudos acerca desse tema. No entanto, tão importante quanto a história da capital goiana, têm-se aqui um olhar voltado ao processo que engloba os demais fatores de suma importância para a prosperidade do Estado de Goiás. Sendo assim, esse trabalho vem com o intuito de valorizar e documentar o importante papel do município anapolino na concretização do ideário Varguista, com o propósito de entender como a conhecida Manchester Goiana, tornou-se uma ponte na ligação entre a modernidade estrangeira e o sertão de Goiás. “O nosso futuro está ligado intimamente à grandeza do Brasil”, já afirmava o prefeito da cidade Doutor Raul Balduino de Souza em 1967. Desta forma, esse estudo apresentou como referência o documentário de curta-metragem “Anápolis Sessentão”, encomendado pela prefeitura da cidade a fim de difundir o papel de progresso que a cidade apresentava, tendo passados apenas 60 anos desde sua fundação.

Como base teórica para esse estudo destaca-se também o livro de Daniel Araújo Alves: De Antas a Anápolis, a história de formação do município, o qual nos ofereceu o suporte necessário para um conhecimento mais aprofundado da história de formação da cidade.

Material e Métodos

Com o propósito de se compreender o processo de formação e desenvolvimento da cidade de Anápolis desenvolveu-se uma pesquisa por meio de uma análise tanto visual – registros de imagens e documentários - quanto escrita - bibliografia específica.

Resultados e Discussão

O município de Anápolis apresenta, como sendo um dos fatores cruciais na cena de sua formação, o papel religioso. Segundo um caráter místico, a construção da Igreja



Sant'Ana - marco fundador da cidade - em 1870, somente fora possível devido a um acontecimento milagroso envolvendo a imagem da Santa, resultando assim, no primeiro passo na formação da cidade. De acordo com esse raciocínio, a construção de Anápolis se encaixa em um retrato muito mais amplo que caracteriza grande parte da formação das cidades brasileiras, exemplificado por Murillo Marx em seu livro Cidade no Brasil terra de quem. Segundo Marx, a construção de uma ermida - capela - era o primeiro passo na formação de um pequeno arraial e no processo futuro da constituição de uma cidade.

No entanto, assim como nem só de fé vive o homem, a formação do arraial de Sant'Ana possuiu também, como ponto importante a presença de fatores econômicos. Segundo o Historiador Daniel Araújo, tais questões econômicas constituíram uma justificativa mais plausível na fixação de Gomes de Souza Ramos - fundador do arraial - na região. Assim, temos que o início de Anápolis, em 1870, se deu pelas vantagens econômicas visualizadas por Ramos e não somente pelo fator religioso. Gomes "observou que o solo era bastante fértil e propício à lavoura, decidiu então, adquirir terras, das quais plantou e beneficiou café" (Alves,2014, p.17).

Desta forma, a construção da capela tornou-se uma consequência das questões econômicas, e a mesma se firmou como algo um tanto quanto necessário, para a estabilização de um futuro arraial. No entanto, a riqueza e a prosperidade provinda do solo anapolino não teve sua importância restrita apenas no papel de formação do município. Durante todo seu desenvolvimento Anápolis pôde ver que a agricultura junto ao uso de técnicas e métodos racionais resultaram em uma eficiente forma de abrir os caminhos da economia para a cidade.

A terra é a fonte de todas as energias que impulsionam o progresso. Anápolis, cidade pioneira no planalto central brasileiro é um fruto da terra. Com sessenta anos apenas transformou-se em metrópole do interior de Goiás graças à terra. (Anápolis Sessentão 00:29s - 00:39s)



Assim, a cidade de Anápolis com apenas 60 anos já era vista como uma verdadeira metrópole do interior de Goiás. Seguiu o rumo do progresso e do desenvolvimento passando a ter sua importância notada em toda a região assim como em todo o País. Sabendo disso, é relevante ressaltar o papel que o município Anapolino obteve em um período de maiores mudanças no Estado de Goiás. No intuito de salvar o centro do país do marasmo sertanejo, tem-se na década de 30, a tentativa de por meio de práticas modernas transformar em realidade, a utopia de mudar uma sociedade do centro do Brasil. “Goiás colocou-se a caminho, ao sabor dos trilhos da estrada de ferro e, posteriormente, da ideologia da Marcha para o Oeste. (GONÇALVES, 2003, p.27).

Essa busca pela inserção de preceitos modernistas no centro oeste que teve início com a construção de Goiânia, tem seu auge com o início da criação de Brasília em 1956, maior símbolo do olhar moderno em meio ao cerrado goiano. No entanto, é preciso apontar que tanto Goiânia quanto Brasília não se edificaram sem o apoio de fatores pré-existentes na região central do país. É nesse momento que destaca-se então a cidade de Anápolis, que devido a sua logística funcionou como uma ponte para a chegada da bagagem moderna em meios a terras tupiniquins. Localizada em ponto estratégico, entre o eixo Goiânia / Brasília, o município anapolino seja por meio de ajuda ferroviária ou aérea, teve seu papel de destaque na materialização das ideias modernas na região central do país. Desde a chegada da ferrovia a cidade em 1935, Anápolis tornou-se um ponto essencial no apoio de mão de obra, circulação de pessoas e mercadorias. Entretanto, é possível analisar que a cidade de Anápolis já possuía um caráter fortemente ligado a tradição comercial desde o início de sua formação.

A região, que já servia de pouso aos tropeiros que caminhavam rumo às cidades auríferas como Pirenópolis e Sylvania, no auge da Marcha para o Oeste, serve de pouso para a chegada da modernidade em meio ao cerrado goiano. Desse modo, o município anapolino se vê diretamente ligado no processo de inserção das principais ideias modernistas. “O nosso futuro está ligado intimamente à grandeza do Brasil”, já afirmava o prefeito da cidade Doutor Raul Balduino de Souza em 1967. (Anápolis Sessentão 06:33s - 06:40s) No entanto, vê-se que assim como uma forte economia,





outros fenômenos representativos de uma imagem do progresso também estavam presentes nessa cidade por meio de formas artísticas. A jovem Guarda, que até então era o principal símbolo de um tempo moderno, foi vista aqui por meio de performances agitadas que apontavam uma efervescência cultural onde só um ambiente em pleno avanço e desenvolvimento poderia abrigar. No auge dos anos 60, personalidades como a figura de Jerry Adriani, eram recebidas na cidade com aplausos tanto pela juventude do lê iê iê quanto pelos clérigos e representantes políticos. Esta cidade era um ambiente onde política, religião e lazer eram capazes de coexistir em um mesmo espaço sem que suas devidas peculiaridades gerassem problemas. Anápolis “é o resultado da inteligência e do poder criador do seu povo” (Anápolis Sessentão 04:42s - 04:50s), diz o prefeito Raul Balduino de Souza. Um povo que vendo a modernidade se aproximar, atentou-se às novidades e símbolos do progresso. Aprimora sua estrutura urbana e prepara o caminho para uma cidade que esperava ser ainda mais promissora. Trata-se de uma exigência da terra e uma imposição do desenvolvimento para que se pudesse seguir os rumos do futuro.

Considerações Finais

Nesse trabalho representeou-se a imagem de uma cidade que não fica parada no tempo, mas que acompanha as evoluções urbanas estabelecendo conexões entre passado e futuro. A cidade de Anápolis é um exemplo da necessidade de haver essa continuidade. O estudo de seus símbolos e memórias não significam necessariamente apenas uma ligação exclusiva com o passado. São por meio de monumentos, prédios e documentos históricos que constrói-se uma plataforma de referência da nossa evolução. Tomar conhecimento do primeiro arranhacéu 1 de Goiás, assim como estar ciente do caráter próspero e inovador que veio junto aos trilhos da ferrovia, são fatores que nos dão base para que não haja a construção de um futuro que desvencilha-se de sua história. No caso aqui analisado, temos que Anápolis de modo algum pode ser vista como uma “tábula rasa cultural”. Trata-se de uma herança histórica onde cabe ao homem moderno saber compatibilizar a conservação de sua memória com a continuidade de sua história. Não trata-se de uma cidade ex niilo, muito pelo contrário, é visto aqui uma sobreposição de tempos,





gerações e construções que mesmo não sendo existentes no momento atual, deixaram sua marca na formação da identidade e memória do anapolino. Sabendo disso é de suma importância a validade deste estudo como um meio de documentar o processo que levou esse município a estar diretamente relacionado ao desenvolvimento de Goiás e do Brasil. Anápolis trata-se de um ambiente que mesmo consolidado aos moldes tradicionais já existentes, sempre buscou um olhar à frente do seu tempo. Foi a ponte entre o moderno e o marasmo goiano. Um símbolo do progresso em meio ao cerrado.

Agradecimentos

Agradeço ao apoio da Universidade Estadual de Goiás e aos ensinamentos e paciência do Orientador Ademir Luis.

Referências

ALVES, Daniel Araújo. **De Antas a Anápolis, a história de formação do município**. Anápolis: kelps, 2014
GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Goiânia: uma modernidade possível**. Usha Velasco, 2003

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, Terra de Quem?** Nobel: São Paulo, 1991





IMPACTOS DO PARQUE DOS PIRINEUS SOBRE COCALZINHO DE GOIÁS E CORUMBÁ DE GOIÁS

Lívia Ramêro¹ (IC)*, Joana D'arc Bardella Castro² (PQ). E-mail: liviaramero15@gmail.com¹.
Universidade Estadual de Goiás – Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas Anápolis/GO.

Resumo: UC tem como objetivo preservar a vegetação, animais e toda beleza e benefício que a natureza da área em proteção proporciona. Parque dos Pirineus é uma Unidade de Conservação Estadual criado pela lei 10.321, em novembro de 1987, e reformulado em junho de 1997 pela lei 13.121. Possui uma área de 2.833,26 hectares, e compreende três municípios, Pirenópolis, Cocalzinho de Goiás e Corumbá de Goiás. O objetivo desta pesquisa é salientar os impactos socioeconômicos da UC Parque dos Pirineus em Cocalzinho de Goiás e Corumbá de Goiás. Está é uma pesquisa bibliográfica qualitativa e quantitativos para a pesquisa de dados secundários documentais. Resultados apresentados de maneira descritiva. As UCs além da beleza natural para atividades para exploração de recursos naturais consciente, contribui para o progresso em relação a qualidade de vida. Possui grande diversidade de fauna e flora, solo rupestre e clima tropical úmido, e vegetação cerrado.

Palavras-chave: Unidade de conservação, Parque dos Pirineus, Cocalzinho, Corumbá.

Introdução

A atividade humana vem por muito tempo trazendo grande mudança às áreas naturais de todos os lugares, e como consequência, a degradação e extinção de parte da biodiversidade. Essa situação acarreta em afetar negativamente o bem estar da população direta e indiretamente. Por isso, há sempre necessidade de reparação e preservação desses locais.

No Brasil, foi implantado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC pela lei número 9.985, de 18 de julho de 2000, que define e dá as funções de uma Unidade de Conservação – Ucs. Logo UC da - se por:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção; (Art. 2º, I)

Essas Unidades de Conservação tem como objetivo conservação da vegetação, dos animais que existem no local, e de toda a beleza e benefício que a natureza da área em proteção trás para a população.



No estado de Goiás, o Parque dos Pirineus é definido como uma Unidade de Conservação Estadual possui uma imensa diversidade e riqueza natural que requer grande resguardo. Segundo a Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA, o Parque dos Pirineus foi criado pela lei 10.321, em novembro de 1987, e reformulado em junho de 1997 pela lei 13.121. Possui uma área de 2.833,26 hectares, e compreende três municípios, Pirenópolis, Cocalzinho de Goiás e Corumbá de Goiás.

O Parque dos Pirineus se enquadra na categoria de unidade de conservação de uso sustentável, pois é uma área que possui particularidades em sua natureza e aparência que contribui para o bem estar da população.

Este relatório parcial realiza o primeiro objetivo proposto, é um pequeno Histórico dando relevância aos dados socioeconômicos do Município de Corumbá de Goiás e Cocalzinho de Goiás.

Material e Métodos

Está é uma pesquisa bibliográfica, qualitativa para dados bibliográficos, e quantitativos para a pesquisa de dados secundários documentais. Os resultados são apresentados de maneira descritiva.

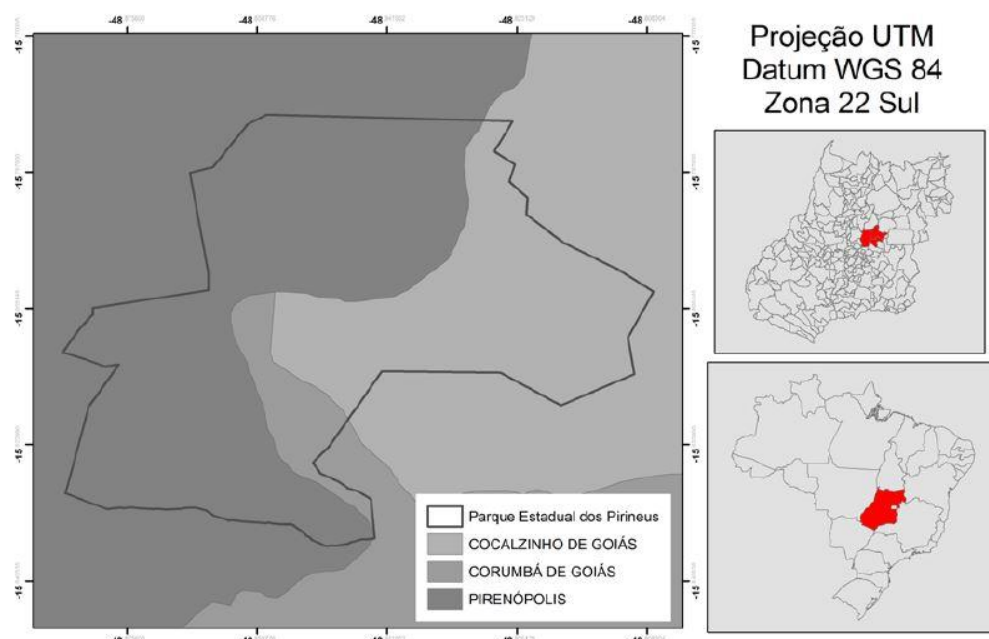
A seleção dos artigos para pesquisa bibliográfica se deram através da mídia eletrônica, no portal Capes, SciELO, Google Acadêmico e IBGE. As palavras de busca foram unidades de conservação, Parque dos Pirineus, áreas de proteção ambiental e o nome do município pesquisado.

Resultados e Discussão

O Parque dos Pirineus tornou-se uma Unidade de Conservação em 20 de novembro de 1987, e está localizado em três municípios do estado de Goiás, Pirenópolis, Cocalzinho de Goiás e Corumbá de Goiás, ver mapa 01, se estendendo por 2.833,26 hectares de acordo com o Decreto nº 4.830, de 15 de outubro de 1997, que estabelece o limite do Parque, distribuídos nos três municípios, como exposto no quadro 01, sua maior parte se localiza no município de Pirenópolis.

Mapa 01. Localização do Parque Estadual dos Pirineus no país, Estado e

municípios.



Fonte: Bodens, 2013.

Quadro 01. Área ocupada pelo Parque dos Pirineus em Pirenópolis, Corumbá e Cocalzinho.

Município	Área total (km ²)	Área ocupada no município (km ²)	Área ocupada no município (%)
Pirenópolis	2.182	185,30	8,5
Corumbá de Goiás	1.062	8,08	0,8
Cocalzinho	1788	87,70	4,9

Fonte: Dados Semarh; adaptado BONDENS, 2013.

A área em que se encontra o parque é uma área extensa, e é preservada a fim de proteger a diversidade local, e certificar o uso responsável de seus recursos naturais.

As áreas do entorno do Parque dos Pirineus podem ser consideradas semi-conservadas, tornando-se potenciais "corredores" para fluxos gênicos até outras Unidades de Conservação. Ainda foi criada uma APA (área de proteção ambiental), com cerca de 22.500 há. Em volta do Parque para assegurar a proteção de suas várias características ameaçadas (BOSQUETTI, 2008, p. 14).

O Parque dos Pirineus possui peculiaridades de muito valor, o local em que está situado é um dos locais que dividem as Bacias Tocantins e Paraná, e onde

brotam diversos córregos nascendo então o Rio das Almas e o Rio Corumbá que abastecem grande parte da região e são de muita relevância ecológica.

As UCs, assim como o Parque dos Pirineus, possui grande importância, além da beleza natural para atividades que desenvolvem a exploração de seus recursos naturais de forma consciente que contribui para a progresso em relação a qualidade de vida, pesquisas científicas, entre outros aspectos. Possui também uma grande diversidade de fauna e flora que torna o parque um local de preservação de importância inestimável, com seu solo rupestre e clima tropical úmido, o que caracteriza a vegetação do cerrado, dispõe de cactos, musgos e várias orquídeas de beleza exuberante. O quadro 02 mostra o uso permitido da UC de acordo com a Lei nº 9.985/2000.

Quadro 02. Classe, Principais tipos de uso contemplados e Categoria de manejo.

Classe	Principais tipos de uso, contemplados na Lei nº 9.985/2000	Categoria de manejo
Classe 1 – Pesquisa científica e educação ambiental	Desenvolvimento de pesquisa científica e de educação ambiental	Reserva biológica; estação ecológica
Classe 2 – Pesquisa científica educação ambiental e visitação	Turismo em contato com a natureza	Parques nacionais e estaduais; reserva particular do patrimônio natural
Classe 3 – Produção florestal, pesquisa científica e visitação	Produção florestal	Florestas nacionais e estaduais
Classe 4 – Extrativismo, pesquisa científica e visitação	Extrativismo por populações tradicionais	Reservas estrativistas
Classe 5 – Agricultura de baixo impacto, pesquisa científica, visitação, produção florestal e extrativismo	Áreas públicas e privadas onde a produção agrícola e pecuária é compatibilizada com objetivos da UC	Reservas de desenvolvimento sustentável; refúgio de vida silvestre; monumento natural
Classe 6 – Agropecuária, atividade industrial núcleo populacional urbano e rural	Terras públicas e particulares com possibilidades de usos variados visando um ordenamento territorial sustentável	Área de proteção ambiental; área de relevante interesse ecológico



Fonte: DAP/SBF/MMA, 2009.

O parque dos Pirineus está enquadrado na Classe 2 onde se refere a área destinada para pesquisas científicas, educação ambiental e visitação, que de acordo com a Lei nº 9.985/2000 torna o parque um local em que visitantes entre em contato com a natureza preservada e original do cerrado. Muitos estudos são realizados na área do parque juntamente com toda a APA dos Pirineus para meios acadêmicos e científicos, pois dispõe de uma diversidade de espécies muito ampla e rica.

Ao distinguir a vegetação do parque, dentro do cerrado ainda temos as divisões das categorias, “255,9 ha como cerradão (8,0%), 185,4 ha como cerrado (6,6%), 903,8 ha de campo (31,8%), 8.172 ha como campo rupestre (28,8%) e 514,0 ha como manchas vegetacionais (veredas e florestas de galeria) (18,6%),” (BOSQUETTI, 2008, p. 45.) e o restante do parque com áreas degradadas.

Além de ser uma Unidade de Conservação, um local demasiadamente importante para a natureza, o Parque dos Pirineus conta também com uma beleza que é atração turística no estado de Goiás, e os locais mais visitados são O Pico dos Pirineus, local com maior altitude do parque, os Pocinhos do Sonrisal e as trilhas que são para prática de eco-turismo. As visitas no local possui horários e regras a serem cumpridas, dentre elas não é permitido a entrada de animais domésticos, a coleta de materiais dentro do parque, nem a caça, pesca.

Dentre as cidades que compõe o Parque dos Pirineus, estão Corumbá e Cocalzinho de Goiás. O portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, relata a chegada de bandeiras na expedição de Bartholomeu Bueno da Silva no local onde hoje é localizado Corumbá, e descobriram as minas de Meia Ponte, hoje Pirenópolis, e o Rio das Almas no ano de 1726.

Porém a povoação do município só ocorreu 5 anos depois pelo pela mineração do Rio Corumbé e Ribeirão Bagagem, composto principalmente por paulistas e portugueses que buscavam pedras preciosas e se instalaram as margens do rio.

De acordo com o Portal da Prefeitura Municipal de Cocalzinho de Goiás, o município teve início na década de 60 a partir da chegada da Fábrica de Cimento do Grupo Votorantim localizada em terras da família Curado Fleury. E em 14 de junho de

1961 como Decreto Municipal nº 103 foi assentido o loteamento Cidade dos Pireneus, onde começou a urbanização do município.

O município foi povoado em beira Rio Corumbá, localizado no centro-oeste goiano a aproximadamente 135 km da capital do estado de Goiás e é conhecido como a entrada do corredor turístico dos Pireneus.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, com a expedição Anhanguera no ano de 1722, e a riqueza mineral do local, chegaram as bandeiras no século XVIII, fundando arraiais que possuía ouro em grande quantidade e então surgiu a “Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte”, hoje denominada Pirenópolis, Corumbá de Goiás e a Fazenda Montes Claros, hoje denominado Santo Antônio do Descoberto.

O quadro 03 mostra a o nome de origem, nome decretado por lei e a localização dos dois municípios estudados.

Município	Nome de Origem	Nome Oficializado por Lei	Localização
Cocalzinho de Goiás	Era membro de Corumbá	Lei Estadual n.º 11.262, de 03 de julho de 1990.	135 km de Goiânia
Corumbá de Goiás	Resolução Provincial nº 7, de 2 de julho de 1849	Decreto-Lei Estadual nº 8.30531, de dezembro de 1943.	120 km de Goiânia.

A população e densidade demográfica dos municípios de Cocalzinho e de Corumbá de Goiás do ano de 1991, 2000 e a 2010 está exposta na tabela seguinte.

Tabela 01. População Estimada e Densidade Demográfica –Cocalzinho e Corumbá de Goiás – 2001-2017.

Ano	População Estimada				Densidade Demográfica (hab/Km²)			
	Corumbá	%	Cocalzinho	%	Corumbá	%	Cocalzinho	%
1991	8.852	-	10.811	-	8,85	-	6,03	-
2000	9.679	8,55	14.626	35,29	9,11	3	8,18	35,7
2010	10.361	7,05	17.407	19,01	9,76	7,2	9,73	19

Fonte: Atlas Brasil, Instituto Mauro Borges, 2019.

O crescimento é constante para ambas as estatísticas das variáveis das duas

cidades do ano de 1991 ao ano de 2010. Em Corumbá, o crescimento populacional de 1991 para 2010 foi de 17,05%, causando um aumento de 10,3% na densidade demográfica, enquanto em Cocalzinho a população cresceu no mesmo período em 61,01% resultando em um aumento da densidade demográfica também de 61%.

Os dois municípios vem crescendo ao longo dos anos, e pode ter como motivo de crescimento o fator turístico, pois além de serem municípios com inúmeras belezas naturais e tranquilidade para quem busca quietude. A tabela 02 expõe O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos dois municípios analisados e seus componentes.

Tabela 02. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Corumbá de Goiás e Cocalzinho de Goiás-1991-2010.

	Cocalzinho de Goiás			Corumbá de Goiás		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
IDHM	0,363	0,506	0,657	0,333	0,500	0,680
IDHM Educação	0,138	0,310	0,531	0,101	0,272	0,571
IDHM Longevidade	0,632	0,735	0,826	0,665	0,746	0,829
IDHM Renda	0,547	0,567	0,648	0,550	0,616	0,665

Fonte: Atlas Brasil, 2019.

Em Cocalzinho do ano de 1991 a 2010, o IDHM municipal passou de 0,363, para 0,657, isso resulta em um crescimento de 80,99% para o município. Na educação houve maior crescimento, 0,393 de 1991 a 2010, em seguida a Longevidade cresceu 0,191 e por último a Renda 0,101. Já no município de Corumbá do ano de 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,333, para 0,680, um crescimento de 104,20%. O crescimento também foi seguido de Longevidade e Renda, 0,164 e 0,155 respectivamente.

A tabela 03 mostra a evolução da esperança de vida ao nascer, mortalidade e fecundidade de Cocalzinho e Corumbá.

Tabela 03. Esperança de vida ao nascer, Mortalidade e Fecundidade-Cocalzinho de Goiás e Corumbá de Goiás-1991-2010.

	Cocalzinho de Goiás			Corumbá de Goiás		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	62,9	69,1	74,6	64,9	69,8	74,8
Mortalidade Infantil	34,9	29,0	13,8	29,1	27,5	13,5

Mortalidade até 5 anos de idade	42,1	34,2	16,3	34,3	32,4	16,0
Taxa de fecundidade total	3,9	2,8	2,1	3,0	2,8	2,0

Fonte: Atlas Brasil, 2019.

Em Cocalzinho a esperança de vida ao nascer em 1991 era de 62,9 anos passou para 74,6 anos em 2010, um crescimento de 11,7 anos. A mortalidade infantil, classificada como morte de crianças menores de um ano, em Cocalzinho foi reduzida em 21,1 de 1991 para 13,8 em 2010. A mortalidade até 5 anos de idade diminuiu em 25,8 e a fecundidade em 1,8.

Em Corumbá a esperança de vida ao nascer em 1991, era de 64,9 anos em 2010 foi para 74,8 anos, em 2010, um aumento de 9,9 anos. A mortalidade infantil em 1991 era de 29,1, diminuiu em 15,6 chegando em 2010 a uma taxa de 15,6. A mortalidade até 5 anos de idade foi reduzida em 18,3 e a fecundidade diminuiu a taxa de 1.

A tabela 04 mede a renda pobreza e desigualdade das cidades estudadas. Renda, Pobreza e Desigualdade-Cocalzinho de Goiás e Corumbá de Goiás-1991-2010.

		Cocalzinho de Goiás			Corumbá de Goiás		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010
Renda per Capita		240,6	272,3	450,4	244,8	370,4	503,0
% de extremamente pobres		5	8	7	7	4	1
% de pobres		24,14	15,42	5,91	21,1	14,26	4,04
Índice de Gini		51,88	38,14	16,83	48,32	36,64	16,94
		0,59	0,51	0,47	0,57	0,6	0,51

Fonte: Atlas Brasil, 2019.

Em Cocalzinho de Goiás a renda per capita cresceu 87,19%, passando de R\$ 240,65, em 1991, para R\$ 450,47, em 2010. As pessoas pobres, classificadas com renda domiciliar por pessoa menor de R\$ 140,00 (em 2010), de 51,88%, em 1991, diminuiu 35,05, chegando em 2010 a 16,83%. A desigualdade de renda pode ser medida através do Índice de Gini, usado para medir o grau de concentração de renda, e varia de 0 a 1, 0 representa a situação de total igualdade e 1 de total diferença. Cocalzinho passou de 0,59, em 1991, para 0,47, em 2010, ou seja, chegou mais perto da igualdade de renda na cidade.

A renda em Corumbá de Goiás aumentou 105,42% de 1991, R\$ 244,87, para



R\$ 503,01, em 2010. As pessoas pobres passou de 48,32%, para 16,94%, em 2010, redução em 31,38. O Índice de Gini, que passou de 0,57, em 1991, para 0,51, em 2010, redução de 0,06 na concentração de renda.

Considerações Finais

O resultado da ação humana na natureza gera mudanças severas e às vezes irreversíveis às áreas naturais de todos os lugares, e assim a degradação e extinção de uma parcela da biodiversidade. Nesse sentido é necessário que haja políticas de preservação de locais que ainda possuem sua beleza e riqueza natural. Nesse sentido foi criada a Unidade de Conservação Parque dos Pirineus, que possui propriedades e recursos únicos e de valor imensurável.

Das três cidades que compõe o parque dados analisados foram de Cocalzinho de Goiás e Corumbá de Goiás. A população de ambos os municípios foi crescente no período analisado, porém Cocalzinho de Goiás cresceu em proporção maior.

Com o desenvolvimento destes municípios, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal aumentou, Corumbá obteve maior destaque no crescimento que Cocalzinho. Em todos os componentes analisados do IDHM houve melhoria, longevidade, educação e renda.

Nos índices de esperança de vida, evoluiu positivamente dando destaque para Cocalzinho de Goiás. A fecundidade e mortalidade obtiveram redução em todo o período para os dois municípios, também uma redução menor em Cocalzinho.

Analisando a renda, e a pobreza, há aumento na renda per capita e diminuição na pobreza, o que resulta em um índice de gini melhor para ambos municípios, ou seja, as duas cidades tiram no período analisado diminuição na concentração de renda, menos pessoas com maiores renda.

Todos os índices estudados destes dois municípios que fazem parte do parque dos Pirineus demonstraram números positivos e de avanço para o local. Com a preservação da unidade de conservação ali presente, os municípios tendem maior progresso.

Agradecimentos

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



À Universidade Estadual de Goiás pela oportunidade da pesquisa e ao Núcleo de Pesquisa em Economia - NEPE no Campus CSEH Anápolis pela disponibilidade de seu laboratório.

Referências

BODENS, Johannes Peixoto. Diretrizes para avaliação do impacto da prática de Boulder em Parques Nacionais e Estaduais: O caso do Parque Estadual dos Pirineus (GO). (Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília para obtenção do título de bacharelado e licenciatura em Geografia) Brasília-DF.

BOSQUETTI, Lorryne de Barros. Análise da estrutura da paisagem e fitofisionomias do Parque Estadual dos Pirineus, Goiás, Brasil. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada. Área de concentração: Ecologia Aplicada. na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Centro de Energia Nuclear na Agricultura). Piracicaba, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Cocalzinho de Goiás. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/corumba-de-goias/historico>>. Acesso em: maio 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Usos permitidos*. Disponível em < <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/usos-permitidos.html>> Acesso em Out. 2018.

O Eco. *O que são Unidade de Conservação*. Disponível em < <https://www.oeco.org.br>> Acesso em Out. 2018.

PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL COCALZINHO DE GOIÁS. *História de Cocalzinho de Goiás*. Disponível em < <http://www.cocalzinho.go.gov.br/?p=338>> Acesso em mai. 2019.



PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ DE GOIÁS. História. Disponível em: < <https://corumbadegoias.go.gov.br/historia/>> Acesso em mai. 2019.

PORTAL DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL-IPHAN. História – Corumbá de Goiás (GO). Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1463/>> Acesso em mai. 2019.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE RECURSOS HÍDRICOS INFRAESTRUTURA ., CIDADES E ASSUNTOS METROPOLITANOS - SECIMA. Categorias. Disponível em < <http://www.mma.gov.br>> Acesso em out. 2018.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE RECURSOS HÍDRICOS INFRAESTRUTURA ., CIDADES E ASSUNTOS METROPOLITANOS - SECIMA. *Parque Estadual dos Pirineus (PEP)*. Disponível em < <http://www.secima.go.gov.br/post/ver/218696/parque-estadual-dos-pirineus-pep>> Acesso em out. 2018.

VERSIONE, Ana Flávia Alves; SANTOS, Mirley Luciene dos; ROMERO, Rosana. Rodriguésia Revista do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, vol.67 n°.3 Rio de Janeiro July/Sept. 2016. *Melastomataceae na Serra dos Pirineus, Goiás Brasil*. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-78602016000300721> Acesso em Out. 2018.



MODELO DE INVESTIGAÇÃO APLICADO À GESTÃO ORÇAMENTÁRIA EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE: ENSAIO TEÓRICO

Francisco Alberto Severo de Almeida – (PQ)

Universidade Estadual de Goiás

Resumo:

O presente ensaio teórico dimensiona um modelo de investigação aplicado à gestão do processo orçamentário na esfera municipal, pelo prisma da Lei complementar nº 101/200 e das Leis orçamentárias prescritas pelo Art. 165, Inciso I,II,III, da Constituição Federal do Brasil. As novas leis aprovadas pelo Congresso Nacional, em decorrência da necessidade de ajustes das contas públicas nas últimas décadas, trouxeram mudanças significativas no cenário da administração pública. Neste sentido, esta é uma pesquisa de caráter exploratório com o objetivo de identificar e compreender a estrutura e funcionamento do processo orçamentário na Administração Pública Municipal. A relevância deste estudo é fundamentada na perspectiva de se aplicar o modelo conceitual de investigação como instrumento norteador de conhecimento e compreensão da gestão orçamentária nos Municípios de pequeno porte.

Palavras-chave: Administração Pública Municipal. Orçamento Público. Lei de Responsabilidade Fiscal

Introdução

O Brasil possui 5.570 Municípios (IBGE,2017). Destes, 4.119, isto é, 74%, são considerados de pequeno porte, com faixa populacional de até 20.000 habitantes, cuja organização administrativa é bastante incipiente sob o ponto de vista da qualidade da Gestão Pública, devido, principalmente, ao baixo nível de escolaridade e a um ineficiente processo de formação do servidor público municipal. Pode-se afirmar, categoricamente, que o servidor público municipal aprende e se especializa na atividade pública na escola do dia a dia, sem qualquer processo ou metodologia de ensino - aprendizagem.

As leis orçamentárias: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei de Orçamento Anual e Lei Complementar 101/2000 - a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF são os principais instrumentos de gestão pública em relação à transparência quanto à utilização do dinheiro público, advindo da arrecadação dos tributos pagos pela sociedade. Almeida e Ferreira(2005) corroboram como esse entendimento quando expressam que a LRF surgiu como principal instrumento

REALIZAÇÃO

regulador das finanças públicas, objetivando aprimorar a responsabilidade quanto à gestão fiscal e dar maior transparência na administração dos gastos públicos

Desta forma, para promover os ajustes necessários como medidas saneadoras das contas públicas municipais e a melhoria da eficiência da gestão dos recursos públicos, os dirigentes municipais devem adotar padrões de gestão pública, condizente com sua realidade política, econômica, administrativa e financeira do Município.

Entretanto, o que se observa é que o administrador público municipal, baseado em velhos paradigmas de práticas políticas tradicionais, adquire uma miopia administrativa que o impede de conhecer as disfunções relacionadas à participação da sociedade na formulação de políticas públicas, bem como identificar as dificuldades legais, técnicas e de gestão administrativa que os municípios de pequeno porte encontram para desenvolver o processo orçamentário municipal, de acordo com os preceitos constitucionais, da Lei 4320/64 que estatui normas gerais do Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e da Lei Complementar 101/2000, compreendendo:

- 1) Elaboração das propostas de leis orçamentárias – fase que se formulam os planos de trabalho do Governo, estima-se a receita e calculam-se os quantitativos da despesa.
- 2) Votação no Legislativo – quando as leis orçamentárias são encaminhadas à Câmara de Vereadores para discussão, votação e aprovação.
- 3) Execução orçamentária – fase na qual são realizadas a programação de execução financeira para cada unidade orçamentária, o recebimento da receita, empenho, a liquidação e o pagamento de despesas, referente a Lei de Orçamento aprovada em consonância com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- 4) Tomada de contas e fiscalização – ação constante a execução do orçamento que leva a efeito a fiscalização, controle e avaliação das contas públicas.

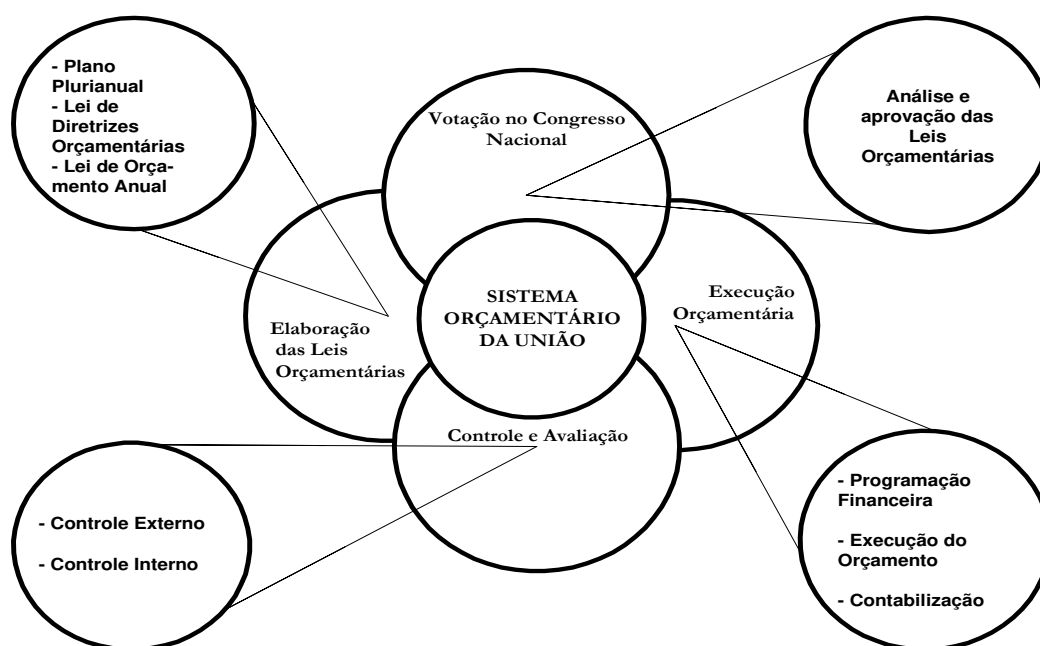
Neste contexto, o presente estudo teórico dimensiona um modelo de investigação aplicado à gestão do processo orçamentário na esfera municipal, pelo

prisma da Lei complementar nº 101/200 e das Leis orçamentárias prescritas pelo Art. 165 , Inciso I,II,III , da Constituição Federal do Brasil.

Material e Métodos

O modelo teórico conceitual aplicado a esta pesquisa alicerça-se no construto Orçamento Público da União: um enfoque sistêmico , apresentado e publicado no 23º Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração.(ALMEIDA,1999)(Fig.1)

Figura 1



O Sistema Orçamentário da União descrito no construto acima também aplica-se aos demais entes federativos (Estados e Distrito Federal e Municípios) e é composto de 4 subsistemas a saber:

- subsistema de elaboração das propostas de leis orçamentárias;
- subsistema de aprovação das leis orçamentárias;
- subsistema de execução orçamentária;
- subsistema de controle e avaliação

O Sistema Orçamentário de Governo tem como finalidade precípua, não



somente preocupar-se com a previsão da receita e fixação das despesas, mas interagir e informar a sociedade sobre o desempenho do governo e de seus agentes políticos e administrativos, na execução de programas, políticas, diretrizes, metas e objetivos estabelecidos nas Leis Orçamentárias (ALMEIDA, 1999).

A administração de uma organização, independentemente de sua natureza jurídica - pública ou privada, tem no orçamento um instrumento orientador das decisões que devem ser tomadas no sentido de consecução de seus objetivos, através da materialização das ações planejadas e programadas para consecução dos seus objetivos sociais. Na esfera pública, a Lei Orçamentária Anual permite a identificação dos recursos disponíveis para atender as demandas da sociedade e de forma transparente demonstra como eles serão aplicados, considerando os critérios de prioridade estabelecidos pela política de Governo. Portanto, o orçamento governamental é o instrumento de avaliação pela sociedade da eficiência da gestão pública. Secretaria do Tesouro Nacional(STN), assim corrobora com este argumento:

“conhecimento dos aspectos relacionados à receita e à despesa no âmbito do setor público, principalmente em face a Lei de Responsabilidade Fiscal, é de suma importância, pois contribui para a transparência das contas públicas (...)além de permitir a avaliação dos gastos públicos e do equilíbrio fiscal das contas públicas”
(Brasil,STN, 2010, p 13)

Por outro lado,atacar os males causadores da ineficiência da Gestão Pública, resultante de uma estrutura administrativa e fiscal pouco organizada e da ação nociva e perdulária de gestores públicos sem qualquer compromisso com equilíbrio fiscal é o maior desafio do setor público brasileiro. Neste contexto,segundo Malafaia, Almeida e Navaroto (2012), a Lei de Responsabilidade Fiscal surge no cenário nacional como instrumento regulador das finanças públicas, traçando claros objetivos relacionados ao aprimoramento da gestão, bem como transparência na administração dos gastos públicos.

As novas leis aprovadas pelo Congresso Nacional, em decorrência da necessidade de ajustes das contas públicas nas últimas décadas, trouxeram





mudanças significativas no cenário da administração pública. A lei complementar 101/2000 – a Lei de Responsabilidade Fiscal , por exemplo , estabelece :

- princípios, normas e regras de um Regime de Gestão Fiscal Responsável a serem observados pelos três Poderes da União(Governo Central), dos Estados(Governo Regional) e dos Municípios(Governo Local), compreendendo, ainda, as respectivas administrações diretas, autarquias, fundações públicas e as empresas estatais dependentes ;
- introduz conceitos novos como os de Responsabilidade e de Transparência e consolida normas e regras já existentes – dispositivos constitucionais, leis, Resoluções do Senado Federal ;
- Define conceitos e critérios para o atendimento de limites a serem observados para as principais variáveis fiscais e cria mecanismos que oferecem as condições para o cumprimento dos objetivos e metas fiscais, bem como formas de correção de eventuais desvios ;
- Estabelece sanções e penalidades institucionais e responsabilidades pessoais (em projeto de lei ordinária) a governantes e administradores, quando forem desobedecidas as normas e limites previstos .

Esta é uma pesquisa de caráter exploratório com o objetivo de identificar e compreender, pelo prisma da Lei complementar nº 101/200 e das Leis orçamentárias prescritas pelo Art. 165 , Inciso I,II,III , da Constituição Federal do Brasil, a estrutura e funcionamento do processo orçamentário na Administração Pública Municipal.

A limitação da pesquisa está condicionada a dificuldade em estabelecer a identificação de variáveis que não estejam vinculadas as técnicas orçamentárias e que possam influenciar na aplicação das Leis orçamentárias pelos gestores municipais

Resultados e Discussão

Políticas Públicas fundamentadas em ações voltadas apenas para empreender medidas que atendam uma situação conjuntural, isto é, soluções que se ajustem ao problema de liquidez estadual e municipal sem que produzam um efeito





duradouro, tornam-se inócuas em gestões pouco compromissadas com as finanças públicas. Por isso, a aprovação da Lei Complementar 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, representa uma vitória da sociedade brasileira e um marco significativo para a gestão dos recursos públicos. O disposto no § 1º, do art 1º da referida Lei estabelece aplicação de regras claras e precisas na gestão dos recursos públicos :

“A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívidas consolidadas e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição de restos a pagar.”

Administração Municipal, conjunto complexo de elementos constitutivos e articulados de relações sociais, econômicas e políticas em interação dinâmica permanente com a sociedade, tem seus pressupostos de governo descritos nas Leis orçamentárias. O sistema orçamentário como instrumento de formulação de políticas públicas (MATIAS PEREIRA, 2006,) determina um encadeamento lógico e sistemático ao planejamento da ação governamental.

Como instrumento político do regime representativo, o orçamento constitui-se no meio de legitimação do plano de ação governamental e do controle democrático sobre o executivo (SANCHES, 1997) com objetivo de impedir a arbitrária instituição de impostos, avaliar os gastos e conciliar os interesses divergentes dos vários grupos da sociedade.

Portanto, neste contexto, a Lei de Responsabilidade Fiscal aumenta o controle da sociedade sobre a administração e a gestão dos recursos públicos. Por outro lado, as normas prescritas pelo arcabouço jurídico, financeiro e administrativo da Constituição Federal, a Lei 4320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal fortalecem a burocracia estatal Federal (Governo Central) e Estadual (Governo Regional) como entidades do Sistema Federativo. Desta forma, as organizações federais ao exercerem de forma coercitiva a legitimidade da autoridade burocrática





, impondo condições para gestão fiscal e orçamentária dos Municípios, tornam-se fontes geradoras de conflitos políticos – administrativos entre dirigentes públicos municipais e a burocracia federal. O fortalecimento da burocracia Federal é descrito por (Santos et. al., 1998,p284) ao tratar sobre o ajuste fiscal nos Estados , afirmando:

“ O modelo de controle legal-administrativo desenhado na Constituição de 88 continua atribuindo ao Senado Federal o controle do endividamento dos três níveis de governo, conforme estabelecido no art. 52.Em face da ineficiência do modelo de controle proposto, visto que a dívida continuava crescendo, novas medidas, na década de 90 , foram tomadas(...)Tentando reformular o controle exercido pelo Senado, em 1995, a Resolução nº 69 ressalta a limitação do endividamento de Estados e Municípios, atribuindo também ao Banco Central a função de analisar os pedidos de autorização de endividamento.”

Assim , as decisões políticas com referência a gestão orçamentária e financeira são estabelecidas considerando as demandas da sociedade local e diretamente influenciadas pelos fatores técnicos determinados pela burocracia administrativa federal. Porém, tais pressupostos alimentam a premissa da existência de uma clara dicotomia entre política e administração. Segundo Meynaud(1965 , p. 109) esta situação não ocorre pois ,

“A ação administrativa pode acontecer em duplo sentido... está ligada a um estado definido de estrutura e relações sociais que reduz a uma visão utópica toda tentativa que tenha por objeto, o restabelecimento da separação tradicional entre administração e política.”

Por isso, a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal como elemento indutor da ação de mudanças estruturais de administração e gestão do orçamento público e também pelo fenômeno de mudança cultural. Face ao novo contexto, as relações sociais e políticas se ajustam ao ambiente, com os dirigentes das entidades públicas revisando seus valores e atitudes assentados na cultura política perdulária



e irresponsável de criar obrigações acima da capacidade arrecadadora do Governo.

Surge, então, um novo paradigma para Administração Pública: administração e gestão dos recursos públicos com responsabilidade. Essa nova realidade será responsável pela grande transformação cultural no Brasil, nesse limiar do século XXI. Estamos deixando para trás uma cultura perdulária de gastar sem a preocupação de onde se originam os recursos e, sobretudo, pelo descaso com a administração e gestão eficiente das receitas e despesas, para uma postura política de melhoria da eficiência da gestão pública.

Considerações Finais

O escopo e finalidade da gestão pública são descritos pela prestação de um serviço público de qualidade e uma maior transparência na administração dos recursos oriundos dos tributos pagos pelos cidadãos, de tal forma que promova o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade, de acordo com a sua capacidade institucional de gerar e gerir os recursos arrecadados.

A relevância deste estudo é caracterizada pela perspectiva de se aplicar o modelo conceitual de investigação como instrumento norteador de conhecimento e compreensão da gestão orçamentária nos Municípios de pequeno porte, sob os seguintes contextos: Como são formuladas as políticas públicas para o Município? Como as questões de interesse do município são tratadas pela Administração Municipal? Como é a atuação da Câmara de Vereadores do Município na aprovação e fiscalização da aplicação das leis orçamentárias? Como se dá a gestão do processo orçamentário na administração municipal? Qual é a estrutura Administrativa do Município e o perfil dos servidores públicos municipais? Quais são as implicações e dificuldades de ordem técnica, orçamentária e administrativa que os municípios têm para se adequar a Lei 101/2000? Quais são dificuldades para operacionalização da Lei de Responsabilidade Fiscal com relação as metas fiscais anuais, os limites de gastos com pessoal e o nível de endividamento público? Quais foram as mudanças culturais e políticas advindas com a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal?

Por fim, conclui-se que as respostas a grande parte desses questionamentos



serão objetos de análise em relação à medição e apuração dos resultados das contas públicas no que concerne ao universo dos municípios investigados, a partir dos indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal a saber : dívida consolidada líquida; resultado primário; receita corrente líquida , limites da dívida pública.

Agradecimentos

Pesquisador apoiado pela UEG no Programa de Bolsa de Incentivo à Pesquisa e Produção Científica(PROBIP)

Referências

ALMEIDA, Francisco Alberto Severo de, Orçamento da União: um enfoque Sistêmico, In: 23º Encontro da ANPAD,Resumo dos Trabalhos, Foz do Iguaçu,1999.

_____, Francisco Alberto Severo de e Fábio Gomes Ferreira, Lei de Responsabilidade Fiscal como instrumento de controle e ajuste das dívidas dos Estados, o. In: XXIV Encontro Nacional Da Associação de Pós-Graduação em Administração, ANPAD, Brasília,2005 .

BRASIL, Constituição, 1998, República Federativa do Brasil, Brasília, Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, [IBGE divulga nova edição do mapa político das regiões brasileiras](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18240-ibge-atualiza-mapas-politicos-das-regioes-brasileiras.html), <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18240-ibge-atualiza-mapas-politicos-das-regioes-brasileiras.html>, acesso em 21.11.2017. às 10h30

_____, Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, Brasília, 3 ed. ATLAS, V. 19, 107 p. (Manuais de Legislação Atlas).

_____, Ministério do Planejamento e Orçamento – Secretaria de Orçamento Federal. Projeto de Lei Orçamentária para 1999 – Resumo – Brasília: SOF/DEGIN/CGCON, 1988.

_____, Lei Complementar nº 101, de 10 de maio de 2000, Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras

providências, Brasília, Senado Federal, 2000

_____, Secretaria do Tesouro Nacional, Manual de contabilidade aplicada ao setor público: aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: procedimentos contábeis orçamentários. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Orçamento Federal, 2ª ed, reimpressa, Brasília, 2010

_____. Portaria Interministerial n. 163, de 4 de maio de 2001. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, estados, Distrito Federal e municípios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portarias325e519.PDF>. Acesso em: 12 novembro 2017.

_____. Portaria Interministerial n. 42, de 14 de abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria42.pdf>. Acesso em: 12 novembro 2017.

PEREIRA, José Matias, Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil, 3ª ed. São Paulo, Atlas, 2006.

MALAFAIA, Ana Carolina Severo de Almeida, Francisco Alberto Severo de Almeida e, Neusa Maria Ravaroto, As finanças públicas dos municípios: um estudo das dívidas dos municípios sob a égide da lei de responsabilidade fiscal. ANAIS ELETRÔNICOS DA I CIEGESI / I ENCONTRO CIENTÍFICO DO PNAP/UEG22-23 de Junho de 2012 - Goiânia, Goiás

MEYNAUD, Jean, Amplitude das atribuições e responsabilidades, In: Poder e responsabilidade em Administração Pública, Rio de Janeiro, FGV, 1965

SANCHES, Osvaldo Maldonado, Dicionário de orçamento, planejamento e áreas afins, Brasília, Prisma, 1997.

_____. A participação do poder legislativo na análise e aprovação do orçamento, Revista de Informação Legislativa, Brasília 33, n.131, p.59-77, jul/set. 1996.

SANTOS, Thomas da Gama Moret, et. al., Ajuste Fiscal dos Estados. In: Finanças Pública, 2º Prêmio STN de Monografia/Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília, ESAF, 1998



Os efeitos do uso do Mapeamento do Fluxo de Valor no setor de logística de indústria de refrigerantes de grande porte.

Eder Luz Xavier dos Santos¹ (PQ)*, Pedro Augusto Souza Rodrigues (IC), Thaynara Machado Borges (IC).

Avenida 5 de Janeiro, s/nº; Setor Universitário, Sanclerlândia – GO, 76160-000.

Resumo:

O trabalho tem o objetivo de analisar a aplicação do Mapeamento Fluxo de Valor (MFV), diagnosticar sua importância no processo produtivo de uma organização, por meio de um estudo de caso e entrevista não estruturada, com o intuito de fazer o levantamento de dados para apresentar a real eficácia desta ferramenta na produção. Na criação de um fluxograma, será relatado como ocorre o funcionamento do mapeamento fluxo de valor: quais valores ele agrega a empresa estudada; se é realmente compensatório implantá-lo; quais custos incidem na implementação dessa ferramenta. A metodologia será composta por estudo de caso e entrevista, no intuito de coletar as experiências presenciadas no cotidiano da produção. Com a aplicação desse questionário irá perceber a diferença entre antes e depois da implantação do mapeamento do fluxo de valor, as melhorias nos processos logísticos, tais como armazenamento, espaço, transporte e produção de bebidas, onde também trará algumas experiências que os entrevistados tem sobre essa nova maneira de gerir a área de logística de uma grande organização. Tem o intuito de apresentar os resultados e as dificuldades apresentadas para que fosse possível implantar a ferramenta e as melhorias que foram feitas, para apresentação dos resultados será elaborado um artigo científico para submissão do mesmo em periódicos e revistas especializadas.

Palavras-chave: Distribuição. Movimentação de materiais. Administração da Produção. Melhoria Contínua.

Introdução

A administração da produção é uma atividade que tem por responsabilidade gerenciar recursos que são destinados à produção e para disponibilização de bens e serviços. O foco desta atividade é destinado para a prestação de serviços, ou para a produção de um bem físico, é responsável pelo desempenho de técnicas utilizadas na gestão da produção e também a finalidade de desenvolver serviços e produtos SILVA, CISSÉ e NICOLAU, 2015).

Na administração da produção, o mapeamento do fluxo de valor (MFV) é

¹ Email: ederpadrao@gmail.com



uma ferramenta utilizada para montar um planejamento, que tem como objetivo maximizar os lucros e minimizar os custos gerados na produção, é uma ferramenta importante na administração da produção para a diminuição dos custos e melhorias da qualidade (PAIVA, 2014).

Tem como objetivo a diminuição dos gastos e custos, sem que houvesse a necessidade de demitir colaboradores da organização, pode-se utilizar o fluxo de valor como uma ferramenta eficiente, é bastante utilizada pelas organizações na atualidade, pois ao auxiliar na maximização dos lucros e diminuição dos custos, é possível se sobressair perante aos impactos que as crises econômicas geram no mercado (OLIVEIRA, CORRÊA e NICOLINI, 2013).

Neste artigo, será discutido sobre os efeitos do uso do Mapeamento do Fluxo de Valor (MFV) no processo logístico de uma empresa de refrigerantes de grande porte, com a seguinte problemática: o mapeamento do fluxo de valor é realmente positivo para uma organização?

Material e Métodos

Será utilizada como metodologia a pesquisa exploratória, pesquisas bibliográficas, e estudo de caso único no setor logístico de uma indústria de produção de refrigerantes de grande porte e realização de uma entrevista com os gestores responsáveis pelo setor logístico desta indústria.

Para Gil (2008), pode-se considerar como pesquisa exploratória, todo tipo de pesquisa que tem como finalidade descobrir novas ideias, instituições e processos. Permite-se abranger o conhecimento dos pesquisadores sobre o assunto, com isso é possível criar novas pesquisas mais estruturadas.

Como citado por considera-se pesquisa bibliográfica tudo o que já se tornou público, tais como, revista, jornais, artigos, textos publicados, entre outros, e tem como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com o conteúdo, permite que ele tenha acesso a diversas informações sobre o mesmo (OLIVEIRA, 2011).

Segundo afirma Oliveira (2011) o estudo de caso é focado na investigação de uma determinada situação ou processo, em tempo real, ou seja, leva o pesquisador para o local que a atividade está em desenvolvimento para que se



faça uma investigação empírica do fenômeno o estudo de caso é uma ferramenta utilizada para o levantamento de dados, através do contato direto com o acontecido.

Resultados e Discussão

O Mapeamento do Fluxo de Valor se origina da expressão em inglês (VSM, *Value Stream Mapping*), conhecida como uma das ferramentas mais eficazes utilizadas no método *Lean*. O grande objetivo do Fluxo de Valor é ter um melhor aproveitamento de recursos disponíveis para produção, para agregar valor em um período reduzido, manter sua qualidade alta e custos reduzidos (FONSECA, LIMA e QUEIROZ, 2013).

De acordo com De Lima (2016) o método *Lean Manufacturing* (LM) tem a função de reduzir os desperdícios gerados no processo de produção para atender a demanda de forma rápida, através da diminuição dos custos e investimento para aperfeiçoar a qualidade dos produtos.

O Fluxo de Valor não tem o intuito somente de aplicar melhorias em processos individuais e sim de otimizar todo o Processo de Desenvolvimento de Produtos (PDP), ele também define melhor as atividades, tem o foco principal em procedimentos que agregam valor ao produto, é possível desenvolver uma percepção mais aguçada dos desperdícios, para diminuir os custos dos mesmos (MESQUITA, MESQUITA e SOUZA, 2014).

Para desenvolver um mapeamento do fluxo de valor em uma organização com mais facilidade, é necessário adotar algumas medidas, tais como, analisar o *status quo*, analisar um possível estado futuro, qual o mapeamento ideal para implantar, qualificar sua equipe de colaboradores para o mapeamento do fluxo de valor, implantar novos métodos de funcionamento e promover continuamente melhorias nos processos (SALGADO, et.al., 2009).

Considerações Finais

O pensamento enxuto tem ferramentas que auxiliam a entender e ampliar os processos. Uma delas é o *just in time* (JIT), que foi criado na empresa Toyota, após





a Segunda Guerra Mundial e é conhecido também como Sistema Toyota de Produção, este sistema tem como principal foco a eliminação de desperdícios do processo, mas exige também uma melhoria contínua de processos e qualidade, visa que as empresas que se destacam no mercado, não podem depender exclusivamente da redução de custos e sim de uma série de fatores que impactam significativamente no processo (PAULA et al., 2013).

Através da movimentação interna de materiais, se torna possível reduzir o tempo entre as tarefas realizadas pelos colaboradores da organização ao realizar a entrega na quantidade ideal (SOUSA, 2012).

Em resposta ao objetivo proposto pelo trabalho será elaborado um roteiro para o levantamento das informações referentes à entrevista semiestruturada com abordagem e coletas de dados referente aos seguintes fatores: como os gestores adquirem experiência de produção, como possuem esta ferramenta e qual o nível de compensação das empresas ao aderirem à utilização desta ferramenta. Com o levantamento dos dados será possível descrever de forma analítica o funcionamento do fluxo de valor, compreende quando, onde e como se aplica.

Com a finalização desta pesquisa será possível compreender os efeitos da ferramenta Mapeamento do Fluxo de Valor na prática, o que possibilita aos pesquisadores a junção das teorias apreendidas durante a graduação com a prática adota na indústria.

Agradecimentos

Agradecimentos ao orientador desse artigo, por acreditado na ideia e pelo incentivo, agradecimentos a empresa que será aplicada a pesquisa e a Universidade Estadual de Goiás pela oportunidade de desenvolvimento cognitivo e humano.

Referências

FONSECA, Alessandra Bregio; LIMA, Renato da Silva; DE QUEIROZ, José Antônio. Utilização do mapeamento do fluxo de valor na logística reversa de uma multinacional de higiene e beleza. Enegep, Salvador, Bahia, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6º edição Editora

Atlas, São Paulo 2008 p.27-57.

MESQUITA, Daytta Cristina Vieira; MESQUITA, Wisner Gonçalves; SOUZA, Leandro Rodrigues da Silva. A implementação do mapeamento do fluxo de valor em uma montadora de veículos denominada Beta. **Exacta**, vol. 12, núm. 2, 2014, pp. 197-208, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Becker Mendes; CORRÊA, Ricardo Alves Valesca; NICOLINI, Luiz Eduardo do Patrocínio Nunes. **Uso da simulação computacional com o mapeamento do fluxo de valor para auxiliar na tomada de decisão**. *Exacta*, v. 11, n. 1, 2013.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Universidade Federal de Goiás. Catalão–GO, 2011.

PAULA, A. et al. **Aplicação da manufatura enxuta em uma indústria de equipamentos agrícolas**. *Ingeniare*, v. 21, p. 147–158, 2013.

PAIVA, Carlos. **Mapeamento do Fluxo e Valor: Um Estudo de Caso em uma Empresa do Setor Alimentício**. *Revista eletrônica Academicus*, 2, 64-81, 2014.

SALGADO, Eduardo Gomes; MELLO, Carlos Henrique Pereira; DA SILVA, Carlos Eduardo Sanches; OLIVEIRA, Eduardo da Silva; DE ALMEIDA, Dagoberto Alves. **Análise da aplicação do mapeamento do fluxo de valor na identificação de desperdícios do processo de desenvolvimento de produtos**. *Gestão & Produção*, v.16, n.3, p.344-356, 2009.

SOUZA, P. T. DE. **Logística interna: o princípio da logística organizacional está na administração dos recursos materiais e patrimoniais (armp)**. *Revista Científica FacMais*, v. II, Numero, 2012.

SILVA, Pedro Freitas; Cissé, Serigne Ababacar; NICOLAU, Igor Carneiro. **Administração da Produção nas organizações: Uma breve Revisão Teórica**. *Profissional*, M., UFG, O, Profissional, M., & UFG, O. (2015), 305-417, 2015.



PARÂMETROS CLIMÁTICOS PARA A REGIÃO DE ANÁPOLIS

Lucas Alves dos Santos¹ (IC)*, Camilla Pompêo de Camargo e Silva (PQ)².

lcasalv@gmail.com.

Universidade Estadual de Goiás - Campus de Ciências Exatas e Tecnológicas, Br 153, nº 3.105, Anápolis, Goiás, Brasil.

Resumo: Diante dos poucos estudos sobre a caracterização do clima da cidade de Anápolis e a implicação do mesmo na determinação de limites de conforto térmico, e consequentemente a determinação de parâmetros de adequação das construções ao clima da região, a pesquisa sugerida visa promover o estudo de dados climáticos da cidade de Anápolis, a partir da análise de informações já produzidas, como as da estação meteorológica da Base Aérea de Anápolis. A metodologia utilizada será baseada no trabalho dos irmãos Olgyay, por meio da carta bioclimática, que permite a determinação de limites de conforto térmico a partir de médias mensais de temperatura e umidade, e, consequentemente, permite a determinação de parâmetros de adequação das construções ao clima da região. Espera-se uma contribuição à questão do desenvolvimento de parâmetros propostos para a arquitetura Anapolina, que, por sua vez, carece de uma atenção especial frente às suas especificidades climáticas e ambientais.

Palavras-chave: Anápolis. Dados climáticos. Limites de conforto.

Introdução

É nítido que as cidades contemporâneas estão em constante crescimento, em ritmo acelerado e com um caráter cada vez mais tecnológico. Porém, mesmo com o avanço da técnica e o surgimento de novas tecnologias, percebe-se que o modelo construtivo não corresponde às reais necessidades ambientais, especificamente climáticas, de cada região.

Prédios envidraçados produzidos em larga escala num país de clima tropical como o Brasil são provas reais da afirmação acima. Os impactos desse modelo construtivo, atrelado ao modelo econômico vigente, afetam diretamente a realidade e o modo de vida das pessoas e a arquitetura apresenta-se como um dos principais agentes de mudança dessa realidade.

Pensar o projeto a partir das necessidades ambientais afeta diretamente na economia energética do edifício e, por consequência, da cidade. A esse modo de





pensar o projeto, dá-se o nome de arquitetura bioclimática¹, ou seja, projetar pensando em questões tais quais, ventilação, temperatura, vegetação e afins, todos inerentes aos dados bioclimáticos de cada região.

Porém, é sabido que o investimento em pesquisas dessa natureza ainda é escasso no âmbito nacional e, aproximando-se mais da nossa realidade, regional. Como consequência disso, a quantidade de dados bioclimáticos de cada região ainda é insuficiente para determinar, com precisão, suas reais necessidades projetuais.

Se nos aprofundarmos especificamente no caso da cidade de Anápolis (GO), poderemos observar a escassez de dados realmente efetivos para a determinação de parâmetros e recomendações construtivas no que tange pensar o projeto de arquitetura.

Resultados e Discussão

A pesquisa concentrou-se, na revisão da bibliografia proposta, bem como o confronto entre diferentes autores, a fim de adensar o corpo teórico da mesma. A leitura perpassou tanto a visão de autores como Fernandes (2006) e Olgyay (2002) como o confronto de dados teóricos disponibilizados por Santos (2018) e Castro (2017).

Entretanto, mesmo recorrendo a tais autores, enfrentou-se grande dificuldade na obtenção dos dados climáticos da cidade de Anápolis referente às últimas décadas, uma vez que visava-se o levantamento dos mesmos através da Base Aérea localizada na cidade.

Durante o processo de levantamento, entrou-se em contato com a instituição, porém não conseguiu-se realizar visitas de campo ao local, devido ao processo administrativo deveras burocrático. Além disso, durante o contato estabelecido com os responsáveis pela Base Aérea, foi-se descoberto que a mesma também não possuía os dados desejados para a construção da carta bioclimática.

Frente a essa questão, recorreu-se a diferentes fontes teóricas sobre o clima da região. Mesmo com a ausência de dados numéricos, conseguiu-se levantar

¹ Termo adotado pelos irmãos OLGAY (1973), que estendem a climatologia aplicada à arquitetura às condições de conforto térmico humano, integrando arquitetura com o clima local.



dados qualitativos sobre a realidade do clima anapolino, levando-se em consideração os principais acontecimentos ambientais mais recentes.

Encontrou-se em sites de climatologia tais como *accuweather* e *freemeteo* dados referentes ao clima da cidade, porém ainda mostram-se insuficientes para a construção da carta bioclimática.

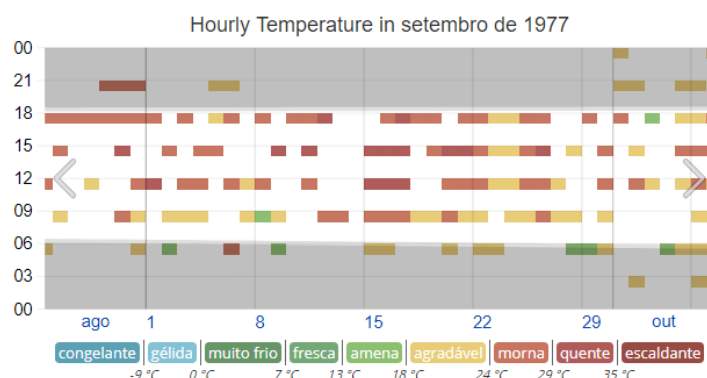


Figura 1: Tabela de Temperatura de Anápolis (GO) em setembro de 1977.

Fonte: weatherspark.com, 2019.

Depois de todo o processo de levantamento de dados e revisão da literatura, a atual pesquisa entrou em fase de organização e catalogação de todo o material reunido, de modo a se ter um diagnóstico mais preciso da situação climática de Anápolis.

Considerações Finais

Mesmo não conseguindo confeccionar a carta bioclimática de Anápolis pela insuficiência de dados exigidos para sua compreensão em todos os órgãos responsáveis, pode-se, ao final da presente pesquisa, traçar características específicas para a compreensão climática da região.

Por pertencer a Zona bioclimática 6 da NBR 15220, sua característica em muito se aproxima da cidade de Goiânia, até mesmo pela alteração em sua condição climática nos últimos 3 anos. Percebe-se, através de uma análise comparativa o aumento do período de clima seco, em cerca de 2 meses.

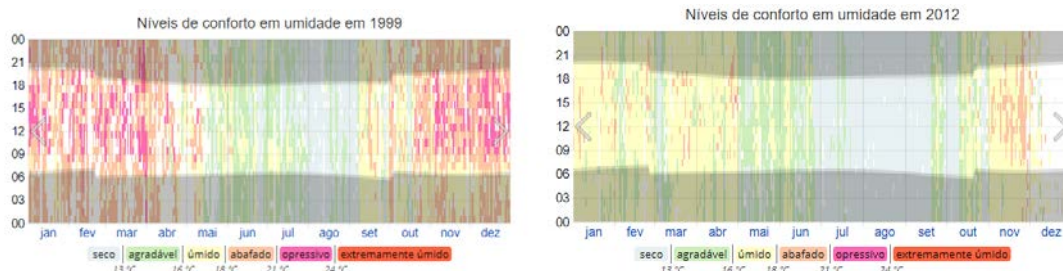


Figura 2: Comparativo sobre o aumento do período de secas da cidade de Anápolis na última década.

Fonte: weatherspark.com, 2019.

A temperatura se mantém elevada se compararmos os anos de 1996, 2006 e 2016, por exemplo. A questão da sensação de elevação da temperatura, se dá, primeiramente pela baixa na umidade dos últimos anos, com a incidência de chuva fora de época e grandes períodos de seca, desregulando o ecossistema da cidade de Anápolis.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela oportunidade de estar em constante evolução. Agradeço, com um carinho especial, minha orientadora Camilla, por quem tenho grande estima, acreditando a todo momento em meu trabalho e me tratando com tamanho carinho e consideração, além de ter se tornado uma amiga querida com quem tenho o orgulho de dividir esse trecho de minha história, bem como meu atual trabalho de final de graduação. Por fim, a minha família e amigos por estarem comigo ao longo dessa trajetória, me instruindo e compreendendo minhas pequenas ausências. Nada disso teria sido possível sem vocês. A todos, o meu muito obrigado.

Referências

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15220-3: **Desempenho Térmico de Edificações - Parte 3: Zoneamento Bioclimático e Estratégias de Condicionamento Térmico Passivo para Habitações de Interesse Social**. Rio de Janeiro, Brasil, 2005.



CASTRO, JOANA D'ARC BARDELLA. **A Influência da mudança do clima na agenda das cidades: um recorte especial para a região urbana de Anápolis/GO.** 2017. Disponível em: www.anais.ueg.br/index.php/sepe/article/view/8938. Acesso: 12 abr 2019, 15h.

FERNANDES, A. M. C. P. **Clima, Homem e Arquitetura.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

LAMBERTS, R.; DUTRA, L.; PEREIRA, F. **Eficiência energética na arquitetura.** São Paulo: PW Editores, 1997.

OLGYAY, V. **Arquitectura y clima: manual de diseño bioclimático para arquitectos y urbanistas.** Barcelona: G. Gili, 2002.

_____. **Design with climate bioclimatic approach to architecture regionalism.** Universidade de Princeton, Nova Jersey. 3a. ed., 1973.

SANTOS, BRUNO DE SOUSA. **Antropização e ocupação urbana em Anápolis: causas e consequências da carência de planejamento.** 2018. Disponível em: anais.unievangelica.edu.br/index.php/CIPEEX/article/view/3009. Acesso: 13 maio 2019, 18h.



Representatividade e participação das mulheres rurais em Goiás: Estudo sobre os territórios rurais e de cidadania de Goiás

Mateus Carlos Baptista^{1*}; Divina Aparecida Leonel Lunas²

1* IC: mateuscarlosbatista@gmail.com

2 PG: Orientadora deste trabalho. Doutora pela Unicamp em Desenvolvimento Econômico. Docente da UEG Câmpus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CCSEH) e do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: divalunas@gmail.com

Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas Av. Juscelino Kubitschek, 146 Jundiá - Anápolis-GO. CEP 75.110-390. Fone: (62) 3328-1128

Resumo: O presente trabalho aborda a representatividade e participação das mulheres rurais goianas nos espaços econômico e político do Estado. De modo geral é um tema pouco explorado, mas que começa a ter destaque tanto pelas instituições governamentais quanto pelas organizações não governamentais. Objetiva-se, então, neste trabalho estudar a representatividade e participação da mulher rural por meio da análise dos dados disponíveis de organização das atividades produtivas rurais em Goiás. O método adotado é a da descrição considerando a pesquisa bibliográfica optada para o levantamento dos dados analisados e levando em conta ainda a categoria gênero que é a principal variável da inquisição. Os resultados obtidos destacam que a participação e representatividade das mulheres rurais no âmbito da produção e da política são crescentes. Ressaltando que ainda prevalece o predomínio masculino na zona rural.

Palavras-chave: Presença feminina, espaço rural de Goiás, participação política.

Introdução

Tradicionalmente, afirmam Spanevello; Matte; Boscardin (2016), que o meio rural brasileiro dá distintos papéis aos homens e às mulheres. A distribuição desses papéis entre ambos os sexos não se faz com base no fator biológico, mas sim, social.

E o esforço atual para compreensão da participação econômica da mulher e o alcance das políticas públicas a esfera feminina atribui-se a todas as ONGs e instituições Públicas Federais, tais como DPMR, MDA e IBGE. O Censo Agropecuário do IBGE de 2006, inclui pela primeira vez a variável sexo. Nele,

conforme Butto; Dantas; Hora (2012), foi registrado que “os homens eram responsáveis por 4.519.261 estabelecimentos (87,32% do total), enquanto as mulheres eram responsáveis por 656.228 (12,68% do total)”. E dessas, segundo relatório dos ODMs de março de 2010 citado por essas autoras, relata que apenas 3% das mulheres ocupadas no setor não agrícola não tinha rendimento em 2008, enquanto que no setor agrícola do mesmo ano, 28,5% ocupadas com 15 anos ou mais não tinham rendimento.

Este estudo tem como objetivo geral estudar a representatividade e participação da mulher rural por meio da análise dos dados disponíveis de organização das atividades produtivas rurais em Goiás. Desse objetivo delimitou-se os seguintes objetivos específicos: analisar a representatividade da mulher rural em Goiás por meio de dados de participação em atividades econômicas, organização de classe e entre outros; analisar o perfil dessas mulheres de acordo com os dados censitários disponíveis e apontar as tendências e perspectivas verificadas no estudo.

Os objetivos ressaltam razão e importância desta pesquisa. Há uma relativa facilidade de traçar o perfil da mulher urbana pela sua visibilidade midiática e das próprias autoridades, porém, o da rural se encontra ainda na caverna platônica em busca de luz da emancipação. Algumas das mulheres já estão de lado de fora e lutam pela emancipação econômica e política das outras, isto é, lutam pela maior representatividade na produção e liderança feminina rural. É de suma importância a participação deste trabalho no desenho do perfil da mulher rural goiana tendo em vista que as autoridades públicas e organizações não governamentais estão se mobilizando aos poucos a esse respeito por causa de muito esforço de algumas de pesquisadoras incluindo a própria mulher inconformada com a situação.

Material e Métodos

Neste estudo a primeira etapa constou de uma análise bibliográfica para descrever o contexto da participação e representatividade da mulher rural. Desta forma, foi necessário um levantamento bibliográfico das principais literaturas e pesquisas sobre a questão de gênero no Brasil e em Goiás. Após esta etapa houve levantamento de dados secundários quanto dados estatísticos sobre a participação das mulheres rurais nas atividades econômicas em Goiás. Os dados foram

descritos, analisados e interpretados visando caracterizar o perfil da mulher rural e suas ações por meio das informações disponíveis sobre os territórios rurais e da cidadania (SIF, 2018). Essa análise foi utilizada na última etapa da pesquisa para finalização do relatório final. Esta descrição indicará as perspectivas quanto a questão da mulher rural em Goiás.

Resultados e Discussão

Distribuição da População do Estado de Goiás e por Regiões Goianas

A população residente no Estado de Goiás é de 6.003.788 habitantes distribuídos em 10 regiões (Tabela 4.1.1). Em 2010, as Metrópolises de Goiânia e o Entorno do Distrito Federal foram as mais populosas com 2.173.141 e 1.047.266 pessoas respectivamente. As menos povoadas são Noroeste Goiano com 140.900 habitantes e Nordeste Goiano com 169.995 pessoas. Obviamente, a última tem menor densidade demográfica (4,86 hab/km²); seguida de Norte Goiano (5,41 hab/km²). O Noroeste Goiano, por causa da sua área, apresenta uma densidade de 9,58 hab/km². As duas primeiras citadas possuem maiores densidades de todas – 339,56 e 33,90 hab/km² sequencialmente (2017).

A disparidade da densidade demográfica pode ser justificada por algumas variáveis de acordo com os dados do IBM¹ (2016,) como se vê: 1) número de empregos. A Metropolitana de Goiânia obteve, em 2016, 52,59% do total do número de empregos no Estado de Goiás, seguido de Centro Goiano com 9,66% e Sudoeste Goiano com 9,92%; 2) PIB per capita. A Metropolitana de Goiânia apresenta maior PIB per capita em 2014 e 2015 (40,38 e 39,01%) e em terceiro lugar, Centro Goiano com 10,91% e 10,87% nos mesmos anos; 3) educação. A Metropolitana de Goiânia e o Entorno do Distrito Federal têm maior participação nos números de escolas, salas e alunos matriculados do Estado desde 2015-2016. Em 2017, por exemplo, as duas regiões têm 34,77% e 19,97% de alunos matriculados enquanto que Noroeste Goiano e Nordeste Goiano registra 3,06% e 2,03%.

O que indica que quanto maiores números de empregos, de escolas, salas,

¹ Instituto Mauro Borges de estatística e estudos sócioeconômicos

alunos matriculados e PIB per capita mais populosa a cidade é. O mais perfeito de todos é a educação, neste caso, maiores números de escolas, salas, alunos matriculados que caracterizam as duas regiões mais habitadas. Os outros indicadores descrevem com menos precisão.

Na Tabela 1 observa-se que a população urbana aumenta cada vez mais, saiu de 5.004.197 habitantes em 2000 para 6.003.788 em 2010; o número das mulheres é maior que o de homens nos centros urbanos; e, nos meios rurais do Estado de Goiás, Centro Oeste e Brasil os homens superam as mulheres. Em outras palavras, o êxodo rural, principalmente do sexo feminino, é cada vez mais crescente de tal forma que a aglomeração populacional se vê mais em metrópoles. Em Goiás, as variações percentuais entre a população rural e urbana eram 321,27% em 1991; no ano seguinte, passou para 624,38% e em 2010, para 829,85% (IBM, 1991,2000,2010). Isso confirma o que Silva (2016) disse em sua pesquisa. Para ela, a população rural brasileira vem decrescendo há muito tempo.

Tabela 1 - Estado de Goiás: Área, população residente, densidade demográfica, segundo as Regiões de Planejamento - 1991, 2000, 2010 - 2017.

Região	Área (km²)	População Residente				Hab/ km² (2017)
		1991	2000	2010	2017 (1)	
Metropolitana de Goiânia	7.344,17	1.312.709	1.743.297	2.173.141	2.493.792	339,56
Centro Goiano	18.536,04	478.858	541.440	622.541	689.626	37,20
Norte Goiano	59.561,69	312.891	300.807	308.127	322.105	5,41
Nordeste Goiano	38.726,22	135.378	147.986	169.995	188.233	4,86
Entorno do Distrito Federal	35.949,23	472.586	810.701	1.047.266	1.218.788	33,90
Sudeste Goiano	25.178,62	186.896	212.252	248.372	276.924	11,00
Sul Goiano	25.096,02	299.003	350.266	401.213	443.623	17,68
Sudoeste Goiano	61.477,32	365.173	433.168	553.900	637.003	10,44
Oeste Goiano	52.695,40	321.482	328.504	338.333	354.731	6,73
Noroeste Goiano	15.541,80	133.927	134.807	140.900	148.897	9,58
ESTADO DE GOIÁS	340.106,49	4.018.903	5.003.228	6.003.788	6.773.722	19,93

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

(1) Estimativa - 01/07

Brumer (2004) explica que a migração rural-urbano tem maior proporção de migrantes do sexo feminino que a do masculino. Chama atenção para os problemas que isso pode acarretar. Segundo ele, essa significativa diferença pode levar a queda de produtividade com o aumento de número de celibatários homens e diminuição da reposição da mão-de-obra na área rural; e, ausência das moças pode forçar maior fuga dos rapazes para as cidades. Aponta ainda os fatores que interferem nesse processo migratório citados anteriormente.

Responsabilidade da Mulher Rural em Goiás e Participação em Atividades Econômicas

A Tabela 2 mostra a realidade entre os sexos no trabalho. Basta olhar para os homens e as mulheres que estão na força de trabalho e fora da força de trabalho em cada trimestre se percebe que, elas estão em desvantagem tanto em Goiás, Centro Oeste quanto no Brasil. Os homens são 57,61% do total da força de trabalho. Ao passo que 66,40% das mulheres estão fora da força de trabalho no 4º trimestre de 2015. No mesmo período, as mulheres representam a maioria do total, isto é, 50,86% das pessoas de 14 anos ou mais de idade fora da força de trabalho.

Tabela 2: População residente, por sexo, situação do domicílio e densidade demográfica-Goiás, Centro Oeste, Brasil- 2000 e 2010

Nome	Domicilio	Sexo	2000	Total	2010	Total
Goiás	Urbano	Homens	2.159.811	4.393.292	2.664.186	5.420.714
		Mulheres	2.233.481		2.756.528	
	Rural	Homens	332.913	610.905	317.441	583.074
		Mulheres	277.992		265.633	
Centro Oeste	Urbano	Homens	4.955.081	10.089.868	6.118.252	12.482.963
		Mulheres	5.134.787		6.364.711	
	Rural	Homens	846.573	1.548.790	861.719	1.575.131
		Mulheres	702.217		713.412	
Brasil	Urbano	Homens	66.864.196	137.925.238	77.710.179	160.925.804
		Mulheres	71.061.042		83.215.625	
	Rural	Homens	16.738.120	31.947.618	15.696.811	29.829.995
		Mulheres	15.209.498		14.133.184	

Fonte: IBM, IBGE - 2000,2010

Butto; Dantas; Hora (2012) já haviam observado a partir dos dados do IBGE (2006) que os homens eram responsáveis por 87,32% estabelecimentos e as mulheres, por 12,68% do total. Isso ajuda a explicar 57,61 % de homens na força de trabalho e as mulheres, 42,39%. Um outro fator importante é a maior proporção de emigrantes do sexo feminino para as metrópoles e a própria força das mulheres fora de trabalho podem ser entendidos, com frisa Patrick Champagne *apud* Brumer (2004), que atividade agrícola é vista por jovens, principalmente pelas moças, de forma negativa por ser árdua e menos vantajosa.

Tabela 3: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho e fora da força de trabalho, por sexo - Goiás, Centro-Oeste e Brasil - outubro - dezembro/2015, 2016 e 2017. (Em 1.000 pessoas)

Especificação	Pessoas de 14 anos ou mais de idade								
	Total	Homens	Mulheres	Força de trabalho			Fora da força de trabalho		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Goiás									
4º trimes 2015	5.320	2.614	2.706	3.444	1.984	1.461	1.875	630	1.245
4º trimes 2016	5.409	2.635	2.774	3.533	2.024	1.510	1.876	611	1.265
4º trimes2017	5.541	2.651	2.889	3.625	2.007	1.618	1.916	644	1.272
Centro-Oeste									
4º trimes 2015	12.254	5.947	6.307	7.937	4.517	3.419	4.318	1.429	2.888
4º trimes 2016	12.525	6.051	6.474	8.217	4.631	3.586	4.308	1.420	2.887
4º trimes 2017	12.811	6.127	6.684	8.340	4.638	3.702	4.470	1.489	2.981
Brasil									
4º trimes 2015	164.955	78.815	86.140	101.318	57.211	44.107	63.637	21.604	42.033
4º trimes 2016	167.148	79.895	87.253	102.604	57.550	45.054	64.544	22.345	42.199
4º trimes 2017	169.054	80.483	88.571	104.419	57.957	46.462	64.635	22.525	42.110

Fonte: IBGE / PNAD Contínua Trimestral

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Participação em Atividades Organizacionais

“Apesar dos fatos numéricos, a representatividade feminina em espaços de

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



poder, como nos três poderes é considerada por cientista aquém das expectativas e possibilidades” (OLIVEIRA, 2018). Na mesma notícia publicada no Portal “Mais Goiás”, relata que no universo de 513 deputados federais, apenas 54 são mulheres; no Senado, 13 senadoras entre 81; Goiás, dos 41 deputados somente 5 são mulheres.

Se a representatividade feminina no domínio urbano não é tão significativa em termo numérico, no meio rural não é diferente. Há uma luta sem trégua para a conquista do seu espaço tanto no meio urbano como rural. Mesquita e Nascimento (2015, p. 261) informam que “a atuação das mulheres nas lutas pela terra demonstra uma transposição ou reorganização das barreiras espaciais estabelecidas pelas relações de gênero.” Citam duas mulheres que, para elas, são exemplo do protagonismo das mulheres nessa luta no Estado de Goiás.

A primeira foi Benedita Cipriano que liderou “Santa Dica”, movimento messiânico de contestação do latifúndio, decorrido no município de Pirenópolis. O movimento foi, segundo elas, classificado como o primeiro registro visível de disputa territorial. A segunda, uma anônima, foi obtida através do relato de Antônia e Helena² que acamparam no Assentamento Serra Dourada, vale do rio Uvã, município de Goiás/GO. Dela disseram: “Apesar da existência de uma figura feminina na liderança, percebemos que seu trabalho é visto como uma ajuda. Além disso, quando as mulheres tinham autonomia, suas funções estavam direcionadas às práticas religiosas que é um papel, socialmente, feminino” (MESQUITA E NASCIMENTO, 2015, P. 263).

No tocante a luta feminina para conquistar seu espaço no mais alto escalão das organizações rurais, Sales (2007) havia abordado o assunto no Estado de Ceará. As mulheres cearenses conseguiram não só ingressar nos movimentos políticos das organizações rurais como também a cota mínima de 30% de sua representação na direção. Porém, ainda lutam, conforme esse autor, com a ideia de sua participação ser considerada como apenas ajuda a liderança masculina. Brumer (2004), Cielo, et al. (2014) relatam o mesmo desafio das mulheres de outras regiões.

² Helena e Antônia são nomes fictícios usados com o objetivo de preservar a identidade das entrevistadas. Nota das autoras.



Considerações Finais

Ao longo do estudo verificou-se que, assim como de outros Estados do Brasil, a mulher rural goiana prefere as metrópoles ao invés de zonas rurais pelos mesmos motivos das outras: falta de oportunidade nas atividades econômicas, não valorização de sua participação nas organizações rurais e a percepção de que trabalho rural é difícil e com poucas vantagens comparadas ao da cidade.

Apesar da sua desvantagem numérica e política no campo tem lutado incansavelmente em busca de seu espaço. A sua participação nas atividades econômica tem melhorado. No 4º trimestre de 2015 a sua força de trabalho era de 1.461. No mesmo período de 2016 passou para 1.510 e no ano seguinte, 1.618. Ou seja, de 2015 a 2016, teve 3,35% de aumento da sua força de trabalho e de 2016 a 2017 foram 7,15% de crescimento. Com esse ritmo tende a melhorar seu campo da batalha política, pois, o domínio político está condicionado, de certa forma, à vantagem numérica.

Por isso entende que no que diz respeito à representatividade percebe-se que há avanços na luta das mulheres rurais quanto a sua participação na tomada de decisões nas suas famílias, bem como o crescimento do número de famílias comandadas por mulheres. Este cenário é característica também de uma elevação das políticas públicas direcionada para a inserção e empoderamento das mulheres rurais no Brasil que tendem a contribuir para melhorar a participação das mesmas nas atividades produtivas.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo dom da vida e capacidade de apreender, a minha maravilhosa esposa e a minha excelente e bondosa professora que Deus colocou na minha jornada acadêmica.

Referências

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1), jan. –abr, 2004, p. 205-227

BUTTO, A.; DANTAS, I.; HORA, K. **As mulheres nas estatísticas agropecuárias:**



experiências em países do Sul. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012

CIELO, I. D.; WENNINGKAMP, K. R.; SCHMIDT, C. M. A Participação Feminina no Agronegócio: O Caso da Coopavel – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel.

Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe). ISSN 2177-4153, Vol. 12, n.1, jan-mar, 2014, p.1-18

IBGE. **Censo Demográfico.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html?=&t=downloads>>. Acesso: Acesso em 07 de fevereiro de 2019

IBM. **Regiões de planejamento do estado de Goiás – 2018.** Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1233:regi%C3%B5es-de-planejamento-do-estado-de-goi%C3%A1s-2018&catid=26&Itemid=187>. Acesso: Acesso em 07 de fevereiro de 2019

LUNAS, D. A. L.; JÚNIOR, H. M. C.; LIMA, C. S. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial Rural: experiências e desafios da política pública no Sudoeste Goiano. **Redes.** Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 3, setembro-dezembro, 2017, p. 113-144

MEDINA, G. **Agricultura familiar em Goiás: lições para o assessoramento técnico.** 4. ed. Goiânia: Editora UFG [Recurso eletrônico], 2018

MESQUITA, N. L.; NASCIMENTO, A. C. A influência da luta pela terra na identidade de gênero das mulheres camponesas do Assentamento Serra Dourada, em Goiás/GO, Brasil. **Revista Pegada.** vol. 16, n. 2, dezembro/2015, p. 252-27

OLIVEIRA, H. **Em Goiás, mulheres têm baixa participação nos espaços de poder.** Disponível em: < <https://www.emaigoias.com.br/educacao-e-crucial-para-aumento-da-presenca-feminina-em-espacos-de-poder-afirma-estudiosa> >. Acesso: Acesso em 14 de fevereiro de 2019

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2), maio-ago, 2007, p. 437-443

SILVA, G. B. Mulheres na agricultura familiar: terra, trabalho e família na comunidade Ribeirão no município de Catalão (GO). 2016. **Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia** (como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Catalão, GO, 2016

SISTEMA DE INFORMAÇÃO TERRITORIAL – SIT. Disponível em <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php?opcaomapa=TR&modo=0>>. Acessado em: 02 de abril de 2018





SPANEVELLO R. M.; MATTE A.; BOSCARDIN M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Revista Latinoamericana**, Polis, v.15, Nº 44, p.393-414, 2016.

